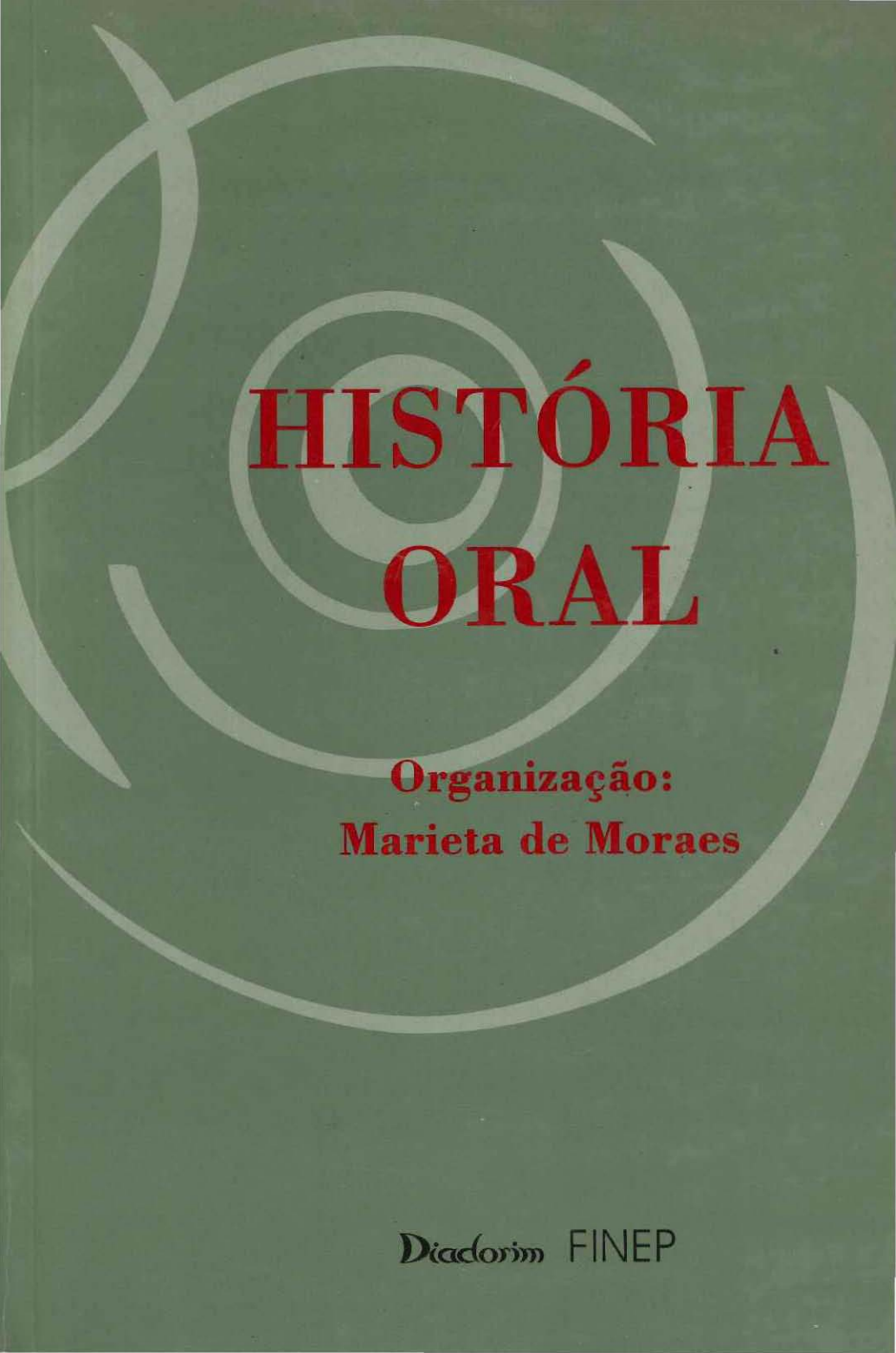




HISTÓRIA ORAL

Organização:
Marieta de Moraes

Diadorim FINEP

HISTÓRIA ORAL
E
MULTIDISCIPLINARIDADE

HISTÓRIA ORAL E MULTIDISCIPLINARIDADE

Organização: Marieta de Moraes Ferreira

Apoio: FINEP

Diadorim

Copyright © by CPDOC – Fundação Getulio Vargas

Capa:
Tatiana de Lamare

Revisão:
André Penido
Sandra Pássaro
Laura

Editoração:
Raul Queirós

1994
Diadorim Editora Ltda
Rua Marquês de São Vicente 124 Lj. 227
Gávea – Rio de Janeiro –RJ
Cep: 22450-040
Tel(fax): (021) 274-2696

SUMÁRIO

Introdução <i>Marieta de Moraes Ferreira</i>	7
A função epistemológica e ideológica da História Oral no discurso da História Contemporânea <i>Michel Trebitsch</i>	19
Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais <i>Mercedes Vilanova</i>	45
História Oral e Política <i>Aspásia Camargo</i>	75
História, História Oral e arquivos na visão de uma socióloga <i>Maria Isaura Pereira de Queiroz</i>	101
Relação de Grupos e Resumos de Trabalhos	117

INTRODUÇÃO

Este livro é resultado do esforço de um conjunto de instituições do Rio de Janeiro, que organizou em abril de 1994, sob a coordenação geral do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, o II Encontro Nacional de História Oral: História Oral e Multidisciplinaridade.

O objetivo do seminário era promover uma discussão aprofundada sobre o uso da metodologia de História Oral, permitir um melhor conhecimento da abrangência da pesquisa com fontes orais no Brasil, e agregar o conjunto de pesquisadores da área de maneira a viabilizar um intercâmbio acadêmico e criar mecanismos regulares de troca de informações.

O encontro teve grande êxito. Inscreveram-se 250 pesquisadores oriundos de diferentes instituições e estados do país, e foram apresentados 60 "papers", distribuídos em sete grupos de trabalho temáticos (questões metodológicas; tradição oral e etnicidade; instituições; elites e militares; gênero; trabalho e trabalhadores; constituição de acervo). Os especialistas internacionais Mercedes Vilanova, Michel Trebitsch e Aspásia Camargo pronunciaram conferências que provocaram debates profícuos.

Uma avaliação dos trabalhos apresentados nos permite delinear um quadro geral do estado da História Oral no Brasil hoje. Pode-se dizer que neste campo de trabalho há uma forte presença da comunidade acadêmica, sendo pouco

expressiva a participação de grupos sindicais, associações de moradores, empresas ou mesmo arquivistas.

Dos participantes que apresentaram trabalhos, 62% tinham o doutorado, 34% o mestrado, e 3,7% eram graduados. No que diz respeito à sua formação, diversamente do que se observava na década de 1980, quando os pesquisadores que trabalhavam com história oral eram predominantemente cientistas sociais, constatou-se uma maioria de historiadores, com 51%, ficando os cientistas sociais em segundo lugar, com 34%. A seguir vinham os profissionais das áreas de educação e letras, com 3,7%, e, finalmente, das áreas de enfermagem, psicologia e saúde pública, com 1,8% cada.

Em relação ao conteúdo temático, não houve predominância expressiva de estudos voltados para as camadas populares, como se podia perceber na década anterior, tanto no Brasil como na grande maioria dos países latino-americanos. Embora o estudo de minorias ou de grupos menos favorecidos constitua uma tradição no campo da História Oral, ficou evidenciado o crescimento de um espaço para temas ainda pouco explorados, como história intelectual, burocratas, militares, história institucional.

Neste livro não estão publicados todos os trabalhos apresentados no encontro, em virtude da escassez de recursos para fazê-lo. De outro lado, as dificuldades que se enfrentaria para selecionar uns, e não outros, levou à decisão de publicar apenas as três conferências proferidas durante o evento, e, ainda, a conferência da professora Maria Isaura Pereira de Queiroz, que não pôde comparecer na data prevista mas nos enviou seu texto. De toda forma, registramos aqui a composição dos grupos de trabalho e, por fim, publicamos os resumos de todos os textos apresentados. Ainda que não seja este o formato ideal por nós desejado, acreditamos que com isto iremos atender à solicitação constante do público interessado

nos resultados do encontro, e oferecer uma contribuição relevante para o aprofundamento do debate acerca da metodologia de História Oral no Brasil.

As primeiras experiências sistemáticas no campo da História Oral, no Brasil, foram iniciadas em 1975, a partir de cursos fornecidos por especialistas mexicanos e norte-americanos na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Esses cursos consistiram na apresentação e discussão dos princípios norteadores do método da História Oral, com base no currículo do Oral History Program, da Columbia University, e voltaram-se para um público específico de professores e pesquisadores da área de história e ciências sociais oriundos de diferentes instituições.¹

Como resultado dessas iniciativas, surgiram os primeiros programas de História Oral no Brasil, na Universidade Federal de Santa Catarina e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Esses programas dedicaram-se ao estudo da política regional e das elites políticas brasileiras.

O uso de entrevistas orais como fonte de informação para pesquisas já era procedimento até certo ponto corrente entre cientistas sociais, mas não havia a preocupação de, a partir da relação entre depoente e pesquisador mediada por um gravador, produzir documentos. A novidade dos programas de História Oral do CPDOC e do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina foi exatamente propor a constituição de acervos de depoimentos orais de história de vida, de representantes da elite política brasileira.

Ainda que esse novo campo de trabalho despertasse, na época, pouco interesse e, em alguns casos, fortes resistências, a possibilidade de sua afirmação pode ser explicada a partir da abertura de novos centros de pesquisa e programas de pós-graduação nas universidades

brasileiras.² Esse processo, iniciado ainda nos anos 70, de uma forma ou de outra, abriu espaço para a introdução de novas práticas de pesquisa.

Até então, os estudos sobre o Brasil, não apenas na área de história, mas no campo das ciências sociais em geral, eram do tipo ensaístico, com pouca ou nenhuma utilização de fontes primárias de informação, e escassas referências teóricas. Os cursos universitários concentravam-se no estudo do Brasil colonial ou do século XIX, limitando-se, na abordagem do período republicano, às fronteiras da Revolução de 1930. As pesquisas voltadas para temas de história contemporânea do país eram, portanto, extremamente raras. A investigação da sociedade brasileira e de sua história, com poucas exceções, não se fazia dentro da universidade, orientando-se muito mais para a formação de professores do que de historiadores ou cientistas sociais.³

A alteração desse quadro deveu-se em grande parte ao desenvolvimento de uma política científica e tecnológica, pelo governo federal, que passou a reconhecer a chamada área de ciências humanas e sociais como merecedora de atenção, e a contemplá-la com recursos expressivos. Especialmente a partir de 1976, as ciências sociais começaram a receber apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o que lhes proporcionou um crescimento considerável e, sobretudo, possibilitou sua institucionalização.⁴

Ainda nessa ocasião, o apoio às ciências sociais foi reforçado pela nova política nacional de cultura, definida pelo Ministério da Educação e Cultura, que, ao estabelecer a participação das universidades nas atividades de levantamento de acervos arquivísticos com valor histórico, estimulou o surgimento de centros de documentação e pesquisa vinculados a estabelecimentos federais de ensino.

Essas modificações levadas a termo no âmbito da política científica não apresentaram, todavia, efeitos imediatos no que diz respeito à expansão dos programas de história oral. A década de 1980 iniciou-se sem alterações substanciais, ainda que alguns novos programas surgissem no Nordeste, mais especificamente em Pernambuco e Bahia, e que se tenha realizado um segundo curso com especialistas estrangeiros, sob a coordenação do professor William Moss, diretor da Biblioteca John Kennedy.

Se, no campo institucional, não era fácil a montagem de programas de História Oral, ou mesmo a manutenção ou expansão dos já existentes, em função dos altos custos operacionais, a utilização do método por pesquisadores individuais mostrou-se um caminho mais fácil e acessível. Assim, nesse período, o uso da História Oral expandiu-se consideravelmente, com o aumento do número de pesquisadores e a incorporação de novos objetos e temas de pesquisa.

Os anos 80 representaram, no campo acadêmico, a consolidação de vários programas de pós-graduação em história e ciências sociais, multiplicando-se as teses de mestrado e doutorado. Jovens pesquisadores autônomos passaram a produzir suas pesquisas com história oral explorando temáticas como a classe trabalhadora brasileira, a história de bairros, as minorias e grupos discriminados, como negros e mulheres. Esta nova tendência da História Oral permitiu um conhecimento mais acurado de segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira. Apesar disso, dois pontos importantes devem ser destacados: essas iniciativas individuais de coleta de depoimentos orais resultaram em extrema dispersão, e as dificuldades no levantamento e organização do material produzido levaram, em inúmeros casos, à sua completa perda ou destruição. Deve

ser lembrado, também, que essa expansão da História Oral, embora tenha ocorrido num meio de professores e estudantes universitários, não resultou em um debate metodológico consistente. A realização das entrevistas, na maioria das vezes, desprezou os critérios rigorosos requeridos pela prática da História Oral.

Ainda assim, em 1983, o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), ligado à USP, realizou o X Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos e promoveu mesas-redondas sobre o uso da história de vida, ampliando assim o debate sobre a História Oral. Naquele mesmo ano, a Fundação Cultural da Bahia e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia organizaram, em Salvador, o Seminário de História Oral, com o objetivo de promover a maior divulgação dos métodos e técnicas de recolhimento, arquivamento e crítica de depoimentos orais, bem como de propiciar uma reflexão conjunta sobre este instrumental de pesquisa histórica. Na ocasião, pretendeu-se também criar condições para o estabelecimento de bases de intercâmbio científico e institucional permanente entre centros de pesquisa e pesquisadores.⁵

Ao que tudo indica, tais propostas não foram levadas a termo, nem qualquer fato novo surgiu para alterar o quadro descrito, mantendo-se a dispersão das iniciativas de produzir pesquisas baseadas em depoimentos orais. Esta situação mostrou-se ainda mais grave em virtude da ausência total de qualquer política voltada para a regulamentação e preservação de fontes orais por parte dos arquivos oficiais.

Na segunda metade dos anos 80, um novo impulso possibilitou a abertura de programas institucionais. O processo de redemocratização, a elaboração da nova Constituição brasileira em 1988, a comemoração do centenário da Proclamação da República em 1989 e a realização de eleições diretas para presidente da República,

depois de mais de 20 anos de regime militar, atuaram como elementos dinamizadores para a pesquisa sobre nossa história recente, com reflexos sobre a História Oral. A preocupação de produzir balanços referentes à vida política do país, bem como de apontar os entraves que impediam o acesso da grande maioria da população à cidadania, estimulavam a abertura de novos centros de documentação e pesquisa, ou a revigoração dos já existentes.

Os novos centros, em sua maioria, nasceriam ligados às universidades e se definiriam pelo desenvolvimento de diversas linhas de pesquisa, produzindo-se assim uma maior pulverização de temas e procedimentos. Seus acervos constituíram-se, em geral, de documentos de arquivos e bibliotecas, cuja acumulação não obedecia a uma linha pré-estabelecida e que, na maior parte das vezes, já integravam o acervo de outras instituições. No caso dos programas de História Oral, a idéia central foi desenvolver algumas linhas de entrevistas voltadas para a recuperação da história local ou institucional, e absorver os depoimentos coletados na elaboração de teses ou de outros trabalhos universitários.

Já os centros de pesquisa localizados em instituições fora das universidades tiveram como característica uma definição prévia e mais fechada de sua linha de acervo, seja em função de um período histórico, seja de um tema específico. Neste caso a formação do acervo voltou-se para o recebimento de arquivos completos, e não de documentos esparsos, visando-se assim atender a uma comunidade mais ampla de usuários. Neste tipo de centro de pesquisa, os programas de História Oral constituíram apenas uma das atividades existentes.

Ainda que nesse momento tenham sido criados importantes programas de História Oral em centros de pesquisa fora das universidades, como o Programa Memória Judaica da Fundação Marc Chagall, no Rio Grande do Sul, e a Memória da Saúde, na Fundação

Oswaldo Cruz, é evidente o predomínio numérico dos programas universitários.

Paralelamente, fora da área acadêmica, o interesse pela tomada de depoimentos orais, de maneira a constituir acervos que permitissem a recuperação da memória das grandes empresas estatais ou agências governamentais também se fez notar. O exemplo mais importante foi a criação, em 1986, do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, da Eletrobrás, que abriu um novo campo de trabalho para a História Oral.⁶ Instituições semelhantes, como a Petrobrás, o Banco Central, o Ministério das Relações Exteriores, também se interessaram em realizar projetos de História Oral, na maioria das vezes não criando programas próprios, mas contratando instituições especializadas para realizar o trabalho. O CPDOC e a Fundação Joaquim Nabuco muito se beneficiaram dessa orientação, ao conseguirem, através de convênios, angariar recursos para ampliar e dinamizar seus programas.

A despeito desse desenvolvimento expressivo, não se pode dizer, em sentido amplo, que a história oral tenha conquistado sua plena expansão e reconhecimento. É verdade que ampliou-se significativamente o número de pesquisadores que se envolveram com sua prática e utilizaram os resultados obtidos em novas pesquisas. No entanto, a discussão metodológica manteve-se ainda muito restrita. O tema não conseguiu ser absorvido nos currículos dos programas de pós-graduação ou em cursos de ciências sociais e história. Os primeiros já trabalhavam com a técnica de entrevistas e não estavam preocupados em discutir os aspectos documentais envolvidos nos métodos de trabalho da História Oral. Já os segundos, portadores de uma tradição de trabalho resistente ao uso de fontes orais, e voltados, ainda em grande medida, para temas localizados num passado mais longínquo, não demonstravam interesse pela área.

A História Oral não esteve, assim, incluída de maneira mais sistemática nos debates dos colóquios, seminários e encontros da área de história e ciências sociais, nem foi objeto de atenção a ponto de originar encontros especializados. Além disso, muitos dos programas criados não tiveram uma existência concreta, dispondo não mais do que de um depósito de algumas horas de entrevistas gravadas, sem possibilidades reais de preservação e divulgação.

No que diz respeito à utilização do material de História Oral, então produzida, pode-se ressaltar, ainda, duas ordens de problemas: as dificuldades analíticas de aproveitamento e as questões vinculadas ao arquivamento, entre elas a inexistência de políticas de acesso à documentação pelo usuário.

Em relação ao primeiro ponto, pode-se dizer que, com raras exceções, o aproveitamento das entrevistas coletadas restringiu-se à publicação integral ou parcial, de forma mais ou menos original. Em outros casos, as entrevistas constituíram-se em fontes de informações para preencher lacunas de pesquisas não-voltadas para a História Oral. Desta forma, os trabalhos publicados não deram a atenção devida a uma análise sistemática dos usos e limites da história oral, deixando de lado a discussão de questões metodológicas relevantes.

No que diz respeito ao segundo ponto, permanece um grande desafio: a inexistência de procedimentos gerais para a localização, seleção, recolhimento e arquivamento dos depoimentos orais dispersos por um imenso país como o Brasil. Os arquivistas ainda têm se envolvido muito pouco com políticas de preservação da documentação oral, ficando fora deste debate o Arquivo Nacional e os arquivos estaduais. É verdade que alguns centros de História Oral têm feito esforços para a divulgação de seus acervos através da publicação de catálogos e manuais, mas estas constituem iniciativas ainda numericamente pouco expressivas.⁷

Finalmente, o horizonte que se abre nos anos 90 é de desenvolvimento da História Oral no Brasil, com o pleno reconhecimento e a institucionalização da área. Em abril de 1993, realizou-se o Encontro Nacional de História Oral em São Paulo, que inaugurou uma nova fase de intercâmbio entre programas. No conclave foram apresentados 25 trabalhos, e 123 pessoas inscreveram-se representando cerca de 30 instituições. A principal deliberação do encontro foi a proposta de criação da Associação Brasileira de História Oral. Estabeleceu-se, ainda, que todos os esforços seriam feitos para divulgar esta idéia, promover o cadastramento dos pesquisadores e instituições envolvidos na área e realizar, em 1994, o II Encontro Nacional de História Oral.

Diferentemente dos anos anteriores, em 1993 os principais encontros acadêmicos da área de história e ciências sociais incluíram em suas programações cursos, conferências, mesas-redondas e grupos de trabalho dedicados à discussão da História Oral. Devem ser citados, ainda, eventos de caráter regional voltados para o tema, como o Encontro de História e Documentação Oral de Brasília.⁸

Este esforço de mobilização e de ampliação dos debates desaguou afinal no II Encontro Nacional de História Oral, durante o qual foi criada a Associação Brasileira de História Oral. A realização do encontro e a publicação, hoje, das conferências apresentadas tornaram-se possíveis graças ao empenho da Comissão Nacional para a criação de uma Associação Brasileira de Documentação Oral, integrada por Alice Beatriz Gordo Lang (CERU), Antônio Montenegro (UFPE), José Carlos Sebe Bom Meihy (USP) e Yara Maria Khoury (PUC/SP), e ainda das seguintes instituições:

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância/Laboratório de Pesquisa Social-IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro
Coordenação: Elina Pessanha e Rosilene Alvim

Casa Oswaldo Cruz-Fundação Oswaldo Cruz
Coordenação: Nara Brito e Cristina Fonseca

Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos – CIEC/ECO/UFRJ
Coordenação: Ilana Strozenberg e Cristina Barros Barreto

Laboratório de História Oral e Iconografia/Pós-Graduação em História/UFF
Coordenação: Ismênia Martins e Hebe de Castro

Merece, também, registro especial, a colaboração de Alzira Abreu, então diretora do CPDOC, pelo apoio integral ao evento, dos pesquisadores do Programa de História Oral, Marly Motta, Inês Cordeiro de Farias, Verena Alberti e José Luciano de Mattos Dias, dos editores Leda Soares e Dora Rocha e dos funcionários administrativos do CPDOC, Nazareth Vargas, Regina Vives, Clodomir O. Gomes, Viviane Gabbay, Valquíria da Conceição, Adolpho Breves.

O apoio da Finep, Capes, IBM, Banerj Cultural e da Contemporânea foram inestimáveis.

Rio de Janeiro, dezembro de 1994.

Marieta de Moraes Ferreira

*Coordenadora do Programa de História Oral do CPDOC/FGV
Presidente da Associação Brasileira de História Oral*

NOTAS

¹ Carlos Humberto P. Correa. *O documento de história oral como fonte histórica, uma experiência brasileira*. Florianópolis, Universidade de Santa Catarina, 1977 (dissertação de mestrado).

² Aspásia Camargo. *Elaboración de la história oral em Brasil, Secuência – Revista de Ciências Sociais*. México, abril 1986, p.114; Marieta de Moraes Ferreira (coord). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994.

³ Alzira Alves de Abreu. CPDOC 20 anos, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº13, 1994, p. 1-20

⁴ Regina da Luz Moreira. *Brasilianistas, historiografia e centros de documentação, Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº5, 1990, p. 66-74.

⁵ Programa do Seminário de História Oral de Salvador, arquivado no CPDOC/FGV.

⁶ Programa de História Oral da Memória da Eletricidade. *Catálogo de depoimentos*. Centro de Memória da Eletricidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1990.

⁷ *O Catálogo de história oral*. Universidade Federal de Santa Catarina, 1977; *Catálogo de depoimentos*. Programa de História Oral, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV), 1981; *Catálogo imigração judaica no Rio Grande do Sul. História de vida*. Instituto Cultural Marc Chagall. Rio Grande do Sul, 1989; *Memória da Assistência Médica da Previdência Social no Brasil (Catálogo de depoimentos)*. Casa Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1989; *Memória de história oral: Catálogo de depoimentos*, Ceará, NUDOC, 1987; *Manguinhos, acervo de depoimentos*; Rio de Janeiro, Casa Oswaldo Cruz, 1991; Verena Alberti. *História oral – a experiência do CPDOC*; Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1990.

⁸ Ver programações do XVII Encontro Nacional da ANPUH, São Paulo, jun. 1993; Simpósio Nacional da SBPC, Recife, 1993; XVI e XVII Encontros Nacionais da ANPOCS, 1992-1993, Minas Gerais.

A FUNÇÃO EPISTEMOLÓGICA E IDEOLÓGICA DA HISTÓRIA ORAL NO DISCURSO DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Michel Trebitsch*

A História Oral se inscreve, para mim, em uma reflexão mais geral, de natureza historiográfica, sobre o *status* da história contemporânea. Esta reflexão iniciou-se em 1991, em torno da questão da periodização, e prosseguiu, mais recentemente, durante uma jornada de estudos em homenagem a François Bédarrida sobre a noção de tempo presente. Subjacente ao título pomposo desta conferência – ao qual seria preferível o de “Lugar da História Oral na Historiografia Contemporânea” –, bem como ao ousado panorama internacional esboçado em suas grandes linhas, alinham-se questões bastante rudimentares, que nada mais são senão um novo comentário da célebre expressão de Louis Starr, ao caracterizar a incerteza epistemológica da História Oral: “Mais do que uma ferramenta, e menos do que uma disciplina.” Vou resumi-las:

1. O *boom* da História Oral data, grosso modo, dos anos 60. Qual é, então, o sentido da genealogia mítica que ela se atribui quando remonta, conforme as interpretações, ao século XIX, senão à Antiguidade?

* Pesquisador do Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP), do CNRS, Paris.

Esta tradução é de Monique Augras

2. A pretensão, pela História Oral, de se constituir em uma “outra história”, surge no contexto dos movimentos de contestação radical dos anos 60 e 70. Devemos, por isso, mantê-la no *status* de um “período historiográfico” que se encerrou no início dos anos 80, ou ver nela uma frente pioneira da historiografia?

3. Vamos concluir com uma pergunta em forma de balanço a respeito da passagem da História Oral para a história da memória, ao mesmo tempo em que ocorre um duplo fenômeno de “academização” e de internacionalização.

Uma genealogia mítica

Em 1948, Allan Nevins inventa a História Oral moderna quando, juntamente com Louis Starr, funda o Columbia History Office, satisfazendo a esperança, imaginada desde 1938 em *The Gateway to History*, de criar “uma organização que faça um esforço sistemático para obter, por parte dos americanos vivos que tiveram vidas significativas, de modo oral ou escrito, o mais completo relato de sua participação na vida política, econômica e cultural dos sessenta últimos anos”.¹ Iniciadas em maio de 1948, as primeiras entrevistas de homens políticos, coletadas desde o fim do ano graças à invenção, em junho, do gravador a fita, estendem-se para as elites econômicas (grandes empresas como a Ford) e culturais (radialistas). Seguindo este modelo, alguns centros são criados nos anos 50, mas é a partir de 1964 que ocorre o *boom* da História Oral: de 89 centros em 1961, o número quadruplica até 1965, para chegar a mil em 1977. A American Oral History Association, presidida por Nevins, fundada em 1967, passa a publicar, em 1973, uma revista nacional, *Oral History Review*. Este *boom*, contudo, não se explica pela experiência adquirida a partir de 1948, nem pelo aprimoramento, em 1960, do gravador portátil.

Ao contrário, o modelo de Columbia, que considera a transcrição, e não a gravação, como documento original, que privilegia o estudo das elites, e não o dos excluídos da história, que atribui à História Oral a tarefa de preencher as lacunas dos documentos escritos e até mesmo de constituir arquivos de mesma natureza, esse modelo moderado será considerado como o exemplo daquilo que não se deve fazer.

Nos anos Kennedy, mais do que o choque da Guerra do Vietnã – a não ser sob a forma indireta do “térceiro-mundismo” –, a descoberta da “outra América”, da pobreza, e a expansão do movimento negro desencadeiam o interesse pelos excluídos, pelas minorias étnicas, imigrantes e delinqüentes. É o mesmo “populismo existencialista”, postulando que o saber pode por si só resolver a questão social, que impregna os movimentos radicais, feministas, pacifistas da *New Left*, bem como as pesquisas orais dos anos 60, que opõem a “história vista de baixo” à história escrita, branca, e até mesmo WASP. Símbolo dessa virada, o livro de Oscar Lewis, *The Children of Sanchez* (1961) aplica o modelo antropológico ao estudo das culturas minoritárias, podendo-se comparar seu impacto ideológico com o do livro de Franz Fanon, *Les damnés de la terre*, sobre os intelectuais franceses.

A História Oral, apresentando-se de cara como uma contra-história, dotou-se de uma genealogia em parte mítica que esvazia qualquer tentativa de estabelecer uma cronologia linear. Inventou, no decorrer das lutas, seus deuses tutelares, seus heróis corajosos – senão os seus mártires – precursores cujo aparecimento, ou redescoberta, é difícil situar em termos cronológicos precisos. Identificou, também, “cães de guarda” da ideologia dominante, os seus bodes expiatórios e seus inimigos hereditários. Tal genealogia baseia-se em três reivindicações complementares:

1. contra a história antiga, a anterioridade milenar;
2. contra a história oficial, uma história "vista de baixo";
3. contra a ficção da objetividade, uma ciência engajada.

1. No cerne do contra-discurso elaborado pela História Oral no decorrer dos anos 60, há, em primeiro lugar, a vontade de derrubar o interdito estabelecido pela história crítica do século XIX, que expulsa a tradição oral do campo científico em proveito das fontes escritas. A História Oral opõe a esse veto uma dupla questão acerca da legitimidade e, sobretudo, da anterioridade milenar. Convoca o pai da história, Heródoto, que foi o primeiro a realizar o seu *inquérito*, com o olho e o ouvido, com a observação direta e o testemunho. Em seguida vem Tucídides, com sua técnica de cruzamento dos testemunhos, e Políbio, com sua crítica dos ratos de biblioteca. A História Oral, assim, vem se dando títulos de nobreza antiga, e se firma em uma continuidade historiográfica que conduz aos cronistas medievais e até mesmo a Voltaire, com o seu *Siècle de Louis XIV*.² No entanto, já no século XVII, Mabillon e os beneditinos de Saint-Maur elaboram os primeiros princípios de erudição e crítica dos textos, nos quais se inspiraria o empreendimento filológico imposto à história científica no século XIX, particularmente na Alemanha e na França. Dos beneditinos, refutando as lendas, aos positivistas, expulsando a memória em proveito do "fato", o discurso do real não terá sido constitutivo do próprio discurso histórico? Quando Heródoto prescrevia à história a tarefa de conservar, tal como o poema épico, a memória dos heróis mortos em combate, quando se colocava como rival de Homero, já situava a ciência como rival do mito, o real como rival da ficção. Esta é outra peça do processo intentado pela História Oral.

A partir da Revolução Francesa, a história científica constitui-se em história nacional, seguindo um duplo

processo de institucionalização e profissionalização. A criação dos arquivos nacionais, paradigma da instituição de memória organizada em torno da fonte escrita, transforma a história no território dos arquivistas, que a reduzem à "caça aos documentos", encerrando-a no estudo dos tempos longínquos. Ao restringir a tradição oral ao campo da anedota ou ao passado recente, às sociedades sem escrita, isto é, sem história, às categorias inferiores dos mundos extra-europeus, ou das classes populares, ou ainda às disciplinas inferiores, como a etnologia e o folclore, a história positiva estabelece uma hierarquia paralela das ciências, das fontes e dos grupos sociais que participa do mesmo grande mito unitário de uma história nacional.

2. A esta hierarquia, a História Oral vem se opor como contra-história, operando uma inversão historiográfica radical, tanto do ponto de vista dos objetos como dos métodos. História vista de baixo, história do local e do comunitário, história dos humildes e dos sem-história, tira do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou: tradições pré-colombianas recolhidas pelos cronistas franciscanos do século XVI, em que se enraíza a História Oral mexicana; relatos dos veteranos da revolução americana, coletados por volta de 1840; entrevistas de operários ingleses, realizadas já em 1851 por Henry Mayhew (*London Labour and the London Poor*). Alimenta-se dos relatos dos vencidos, testemunhos dos *Camisards* (rebeldes protestantes do século XVII) das Cévennes, coletados no início do século XVIII pelo pastor autodidata Antoine Court, ou lembranças dos *Chouans* (revoltosos realistas do Oeste francês no fim do século XVIII), piedosamente reunidas pelos legitimistas dos anos 1830-1840, e de novo apresentadas no fim do século XIX, no processo de beatificação das vítimas da revolução. É a história de todas as *Vendées* (resistência

armada), e só pode buscar os seus precursores nas margens da ortodoxia histórica, entre os “primitivos da etnografia”, os literatos românticos ou os folcloristas saudosistas.

Poderíamos, assim, identificar uma segunda genealogia, situada no século XIX, presente na “via literária”, que evidencia o fascínio do romantismo pelas culturas populares. Esta linha teria sido inaugurada no fim do século anterior pela fraude de Ossian, bardo celta inventado pelo professor Macpherson, e ilustrada pelos primeiros contos de Grimm inspirados no nascimento da *Volkskunde* alemã, nas investigações orais realizadas por Walter Scott para os seus romances históricos, ou no *revival* regionalista de Barbey d'Aurevilly ou George Sand.

A “via etnológica” nasce do mesmo empenho em preservar uma cultura popular presumidamente imóvel e ameaçada pelo progresso. Sem querer buscar a origem deste processo nos glossários regionais britânicos do século XVII, as pesquisas de sociedades científicas locais, tais como a Academia céltica (1804) ou as coletas dos estudantes finlandeses dos anos 1830, já prefiguram, na articulação entre dialetologia e folclore (a palavra aparece em 1846), um projeto etnológico moderno que se afirma frente ao perigo da industrialização. Anunciada pela obra de Paul Sébillot, fundador da *Revue des Traditions Populaires* (1886), a institucionalização da etnologia no início do século XX (*Atlas Linguistique* da França, fundação do Museu Nacional canadense, que sistematiza as coleções dos folcloristas – Marcel Barbeau –, do Instituto de Pesquisa sobre Dialeto e Folclore, da Universidade de Uppsala) é contemporânea da criação de arquivos sonoros já em 1899, em Viena, em 1904, em Berlim, e em 1911, em Paris, onde Ferdinand Brunot inaugura os Arquivos da Palavra, transformados em Fonoteca Nacional em 1938.

A História Oral assegura o seu *status* de contra-história, ao buscar uma fonte privilegiada na pré-história

da etnologia, e perpetua, ao alimentar uma de suas lendas sombrias – a do “atraso francês” – o persistente mal-entendido entre antropologia e história. Ao mesmo tempo, oculta outras fontes de inspiração, tais como a tradição das grandes pesquisas operárias do século XIX, de Villermé aos *Blue Books*, de Engels a Le Play, ou ainda a expansão do jornalismo popular, do qual, em parte, toma emprestada a técnica da entrevista. Genealogia por demais “moderna”, por demais urbana, é verdade, e que não combina com a sua pretensão de salvar do naufrágio “o mundo que perdemos”.

3. Quando recorre a Heródoto contra a tradição positivista, apresentando-se como volta às fontes da história autêntica, a História Oral não está equivocada: é retorno, repetição e adaptação dos grandes paradigmas sobre os quais o populismo, já desde o século XIX, sonhou reconciliar o saber com o povo. Opondo à fria trilogia acadêmica – Estado, história, escrita – a sua própria trindade – revolução, memória, oralidade –, a História Oral assume um projeto utópico de democratização da história, contra a instituição, a civilização, o progresso, a cidade, propondo-se devolver a palavra ao povo, ao rural, ao primitivo. História quente, militante, história dos excluídos, em que o oral se opõe ao escrito como a natureza à cultura, o vivenciado ao concebido, o verdadeiro ao artificial, a História Oral construiu sua identidade sobre um sistema maniqueísta de antinomias, de que decorrem os seus princípios metodológicos – uso da pesquisa de campo e da observação participante, abertura interdisciplinar para as demais ciências sociais.

Deste modo, busca um terceiro tipo de genealogia quando ressuscita, contra Nevins, que o tinha por sua vez ocultado, o modelo populista da Escola de Chicago. A sociologia empírica, nascida no fim do século XIX no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago,

ao conceber a “cidade como laboratório”, inventava a pesquisa de campo que iria produzir, em 1918-1920, esse monumento mítico da sociologia das “*life histories*” – *The Polish Peasant in Europe and America*, de William Thomas e Florian Znaniecki. “Sair das bibliotecas para ir a campo” – toda a sociologia participante dos anos 60, ignorando Políbio ou as pesquisas de Le Play, reconhecer-se-á na célebre apóstrofe de Robert Park, cavalo de batalha teórico contra a sociologia quantificadora, frente à qual o próprio Thomas já se havia curvado depois de 1945 e, ao mesmo tempo, palavra de ordem do militantismo social, inspirado por sua vez na *Backyard Revolution* dos anos 30. Em nome do mesmo populismo, serão exumados os relatos autobiográficos indígenas coletados por Paul Radin (*Crashing Thunder*, 1926), bem como os *Federal Writers Projects*, lançados pelo *New Deal* para pesquisar as lembranças dos “pequenos brancos” e dos ex-escravos negros do Sul, das quais Georges P. Rawick empreende, em 1972, época do movimento dos direitos civis, a edição integral – *From Sundown to Sunup: The Making of the Black Community*.

O populismo dos anos 60: a História Oral como frente historiográfica pioneira

De acordo com a lenda, a onda da História Oral parte dos Estados Unidos para cobrir o continente americano antes de rebentar na Europa no decorrer dos anos 70. Esta cartografia pode não somente ser posta em dúvida, como merece também ser examinada com bastante cuidado a alardeada ligação entre o *boom* da História Oral e a contestação radical dos anos 60-70. Ao contrário, o que chama a atenção em vários aspectos é que a História Oral deve seu êxito, em grande parte, a fenômenos mediadores. Foi depois da calmaria da onda contestatória que ela passou

a enunciar mais claramente a sua pretensão de ser uma frente pioneira da historiografia.

1. Retomando o caso norte-americano, mais do que pesquisas sobre o mundo dos *outsiders*, imigrantes, delinqüentes, são autobiografias de ladrões, prostitutas, gângsteres – entre eles, o célebre *Jack-Roller*, de Clifford R. Shaw (1930) – que a Escola de Chicago toma como emblemas. No fim dos anos 60, Studs Terkel, jornalista de rádio e televisão que participara dos *Federal Writers Projects*, fabrica *best-sellers* a partir da coleta de “*life histories*” de habitantes de Chicago (*Division Street America, Hard Time: an Oral History of the Great Depression*). É o “terkelismo” e, em seguida, sobretudo em 1973, o célebre *Roots*, de Alex Haley, que asseguram o sucesso da História Oral, ao realizar, pela vulgarização através da mídia, uma surpreendente coincidência cronológica, senão ideológica, entre a utopia da contestação radical e a nostalgia pasadista de retorno às raízes.

Talvez esta capacidade de adaptação e recuperação própria dos Estados Unidos explique não apenas a enorme expansão, mas a legitimação, relativamente fácil, da História Oral no campo científico. Além dos debates sobre história engajada, a respeito da Guerra do Vietnã, que opuseram violentamente “ativistas” e “arquivistas”, Ronald J. Grele sugere, já em 1975, em *Envelopes of Sound*, uma atitude de conciliação que permitiria a expansão, no meio universitário, da História Oral, oficializada e pedagogizada por inúmeros manuais. Mais próxima do modelo de Columbia, nas grandes instituições públicas e particulares, e nas universidades tradicionais do Leste, do Texas e da Califórnia, a História Oral se dirige para os excluídos, nas universidades recentes das regiões culturalmente dominadas, enquanto cresce, sobretudo no Sul, uma *community history* com sabor local, alimentada por entidades tão diversas como museus, sociedades históricas, sindicatos ou grupos religiosos.

O caso da Grã-Bretanha, que desempenha um papel pioneiro no continente europeu, é semelhante. Um grande historiador, como Macaulay, certamente não desprezou as fontes orais na sua *História da Inglaterra a partir do reino de Jaime II* (1848-55). Entretanto, o verdadeiro nascimento da História Oral britânica data da convergência, no contexto ideológico dos anos 60, de duas correntes diversas, porém igualmente preocupadas com as camadas populares, em vez das elites.

A primeira, não-acadêmica em sua maior parte, provém da confluência, nos anos 50, do retorno da moda das "histórias de aldeias" com a expansão das coletas de dialetos empreendidas na Irlanda entre as duas guerras mundiais. O estudo do dialetólogo George Ewart Evans sobre os trabalhadores diaristas de uma aldeia do Suffolk (*Ask the Fellows Who Cut the Hay*), seguido pelo livro-piloto de Jan Vansina sobre a tradição oral (1961) e pelos primeiros passos da história africana vão orientar esta corrente na direção da antropologia. No entanto, é uma interrogação mais social sobre o desaparecimento da Inglaterra industrial do carvão e do ferro, marcada pela criação dos primeiros museus industriais ou pela reedição de grandes pesquisas e autobiografias operárias do século XIX, que opera o encontro com a outra corrente, mais acadêmica, inspirada nos trabalhos de Richard Hoggart sobre a "cultura do pobre", e sobretudo pela obra de E. P. Thompson a respeito da formação da classe operária inglesa.

Nos anos 60, historiadores, antropólogos e sociólogos, reunidos em torno de John Saville, em Hull, e de Paul Thompson, em Essex, abrem a história operária para uma "nova história social", que abarca o estudo da vida cotidiana dos trabalhadores (família, mulheres, lazeres, cultura), estendendo-se, como em *The Edwardians*, de Paul Thompson (1978), aos estudos nacionais de História Oral.

Porém, como nos Estados Unidos, o êxito da História Oral proviria da divulgação, pela mídia, do *best-seller* de Ronald Blythe, *Akenfield* (1969), romance sobre a vida cotidiana de uma aldeia inglesa, e de séries de investigações feitas a seguir pela televisão (*Yesterday's Witness*). Do mesmo modo, a História Oral será encampada pela academia já no início dos anos 70, com a abertura, em 1972, do Department of Sounds Records, no Imperial War Museum de Londres, e a criação da revista *Oral History*, além da Oral History Society, em 1973.

2. Há, no entanto, na História Oral britânica uma dimensão militante e politicamente engajada que se manifesta no movimento dos History Workshops, lançado por Raphael Samuel e contemporâneo da antipsiquiatria de Ronald Laing e da antipedagogia de *Summerhill*. Raphael Samuel só viria a teorizar sobre esta experiência em *Village Life and Labour* (1975), enquanto Paul Thompson desenvolveria, em *Voices of the Past* (1978), a idéia ainda mais radical de que a função da História Oral, ao devolver a história ao povo, é de democratizar a própria história.

A perspectiva militante revela-se, talvez, mais nítida na Itália e na Alemanha, onde não enfrenta apenas o peso do criticismo histórico, de Ranke a Croce, mas sobretudo o "luto impossível" do fascismo. Na Itália, recusando-se a retróagir aos trabalhos dos folcloristas do século XIX, a História Oral adquire desde logo o perfil de uma história engajada. Já nos anos 50, intelectuais como Danilo Montaldi, Gianni Bosio, Rocco Scotellaro, lançam, em nome dos "militantes políticos de base" e contra os partidos operários tradicionais, pesquisas sobre as classes populares do Mezzogiorno e a classe operária do Norte, enquanto Ernesto de Martino imagina uma crítica antropológica da cultura das elites, de que nascerá, em Milão, o instituto que leva o seu nome. Na onda dos movimentos de 1968, seguindo o célebre modelo de Nuto Revelli na

coleta de entrevistas de camponeses piemonteses, a História Oral pretende devolver a palavra aos operários das fábricas, aos militantes políticos, às mulheres. Aliando à contra-história dos grupos oprimidos a alternativa revolucionária, em uma confusão e dispersão acentuadas pelas experiências das rádios e televisões livres, apresenta-se ao “mundo dos vencidos” como reconquista de identidade.³ E somente em meados dos anos 70, com as pesquisas sobre relatos de vida do sociólogo Franco Ferrarotti, os projetos de Sandro Portelli e, sobretudo, os trabalhos de Luisa Passerini sobre a memória operária do fascismo na região de Turim, todos orientados, progressivamente, sob a influência de Paul Thompson, no sentido de uma reflexão de alto nível teórico,⁴ a História Oral vai se livrar, em certa medida, do seu caráter populista e espontâneo.

Na Alemanha, o caráter ao mesmo tempo tardio e militante da História Oral pode ser interpretado como uma resposta da geração de 1968 a seus questionamentos relativos ao passado nazista.⁵ Este caminho já fora aberto, nos anos 50, por uma pesquisa governamental, incluindo questionários sobre os expulsos e os refugiados, e uma coleta de *Zeugenschriftum*, com transcrição de testemunhos sobre a guerra, organizada pelo Institut für Zeitgeschichte, de Munique, mas ainda dentro do quadro tradicional da história política. São os movimentos radicais dos anos 60 que vão superar o tabu referente à *Volkskunde*, cuja tradição, ancorada nos estudos folclóricos e nas autobiografias operárias do século XIX, havia sido ocultada pela história acadêmica e distorcida sob o governo de Hitler. Tratando dos excluídos e dominados, e particularmente das mulheres, a partir de uma *Heimatgeschichte*, entendida como crítica das macroestruturas, as primeiras iniciativas são militantes e até mesmo antiinstitucionais (*Geschichtswerkstätte*, *Fernuniversität*).

No fim dos anos 70, a História Oral alemã assume sua orientação específica, associando as pesquisas sobre a memória da guerra e do nazismo com o interesse pelo movimento operário, quando Lutz Niethammer lança, na Universidade de Essen, o grande projeto *Lusir* – pesquisa sobre a vida cotidiana dos trabalhadores do Ruhr de 1910 a 1930 (*Die Jahre weiss man nicht, wo man die heute hinsetzen soll, Faschismuserfahrungen im Ruhrgebiet*, 1983) –, que depois se estendeu ao período da guerra e do pós-guerra.⁶ Menos do que o efeito direto da contestação social dos anos 60, foi a implantação durável de um “movimento social” alternativo, na paisagem social e política dos anos 80, que fez a História Oral alemã entrar em uma fase de intensa reflexão metodológica. Mantendo a predileção pelos grupos menos favorecidos e oprimidos, e sobretudo as mulheres, apresenta-se, talvez mais do que em outros países, como a vanguarda de uma “outra história”, “vista de baixo”. Uma história do cotidiano (*Alltagsgeschichte*), até mesmo uma história “verde”, cuja função social e política implica a “solidariedade compreensiva” dos pesquisadores e dos seus objetos, e resulta em uma teoria de ação e construção do social.⁷

3. À pretensão de se constituir em “outra história”, da qual o caso alemão parece representar o melhor exemplo, podemos opor, com mais detalhes, o caso da França e, mais precisamente, do mito do “atraso francês” em relação à abertura anglo-saxã, cujo alcance ultrapassa as nossas fronteiras, e que somente a “tomada de palavra” de maio-1968 teria derrubado.⁸ A saga da insurreição contra o positivismo, de que 68 é típico, nasce no meio dos sociólogos, não dos historiadores. “A brutal irrupção da práxis social no cenário tranqüilo da sociedade de consumo foi fatal ao meu cientificismo”, escreve Daniel Bertaux, cujo célebre e inalcançável relatório de 1976 para o Cordes contribuirá decisivamente para ressuscitar

a Escola de Chicago.⁹ Deixando curiosamente de lado a tradição de Le Play ou as contribuições da sociologia de campo de Gurvitch e Le Bras, Daniel Bertaux passa a apregoar, contra a sociologia quantitativa dos questionários, uma sociologia qualitativa, a única capaz de perceber a mobilidade social, e que desenvolve em uma reflexão mais ampla sobre o método biográfico.¹⁰

No entanto, ao contrário da lenda, maio-1968 só teve uma influência secundária sobre a História Oral, a não ser, de modo indireto, no auge da onda estruturalista, pela atenção dedicada à linguagem e à vivência. Já em 1966, na confluência da lingüística estrutural, da antropologia levi-straussiana, da semiologia barthesiana, da psicanálise lacaniana, e até mesmo da crítica althusseriana da ideologia, *Les mots et les choses*, de Michel Foucault, prefigura as reflexões ulteriores sobre autismo (Bettelheim), o asilo (Goffmann), as “linguagens totalitárias” (J. P. Faye), as sociedades primitivas (Clastres), e leva à convicção contestadora de que é preciso devolver a palavra à criança, ao louco, às minorias sociais, raciais, sexuais, oprimidas. Por detrás da vontade espontânea saída da “boca” dos bons selvagens do século XX contra a instituição, a escrita, o poder, emerge o apelo da *vivência*, do indivíduo cotidiano, da família, da sexualidade, do nascimento e da morte que vai resultar na busca de identidade e na nostalgia passadista, na moda do biográfico e no retorno às raízes.

A especificidade – e não o atraso – da História Oral na França talvez se deva a fatores caracteristicamente históricos, em primeiro lugar. O primeiro deles seria a marca secular das “guerras franco-francesas” sobre os mecanismos de mobilização e recalque da memória coletiva que tanta influência teve sobre o “luto impossível”, para os franceses, da Guerra e da Ocupação (do território). Apesar das pesquisas já levadas a termo, em 1944, pela comissão que se tornará em 1951 Comitê de

História da Segunda Guerra Mundial, foi preciso esperar 1969 para que o sucesso do filme de Marcel Ophüls e André Harris, *Le chagrin et la pitié*, viesse desbloquear a síndrome da guerra.

Um segundo fator, mais profundo, talvez, provém da lentidão das mutações econômicas e sociológicas na França: somente no fim dos anos 60 se vão descobrir, por ocasião da estrondosa agitação camponesa, os efeitos da urbanização e do ingresso na Comunidade Européia sobre o mundo rural.¹¹ *Grenadou, paysan français*, coletânea de entrevistas feitas por um jornalista com um camponês da Beauce, produz em 1966 o primeiro best-seller francês do gênero. E em 1967, enquanto Henri Mendras diagnostica o tardio “fim dos camponeses”, Edgar Morin pesquisa o município de Plodèmet, *Commune en France*, Jacques Ozouf publica *Nous les maîtres d'école*, e Philippe Joutard começa a sua investigação oral, que levará perto de dez anos, sobre a lembrança dos *Camisards* rebeldes das Cévennes. Algumas iniciativas locais, muitas vezes oriundas dos confins autonomistas (Occitânia, movimento bretão *Datsum*, “Recolher”), redescobrem um passado cultural, enraizado mais profundamente no mundo rural do que no mundo operário. Mas aqui também a mídia é em grande parte responsável pelo sucesso da “vivência” – título da coleção lançada em 1967, seguindo o modelo americano, por Robert Laffont, e que será amplamente beneficiada pelo triunfo de *Papillon*, de Henri Charrière. O êxito avassalador viria em 1975, com *Le cheval d'orgueil*, autobiografia muito elaborada, de P. J. Helias.

Na França, todavia, não há “oficinas de história” nem “nova história social”. É verdade que existe uma experiência isolada, a do Eco-Museu de Le Creusot, aberto em 1974. Mas, se formos procurar um “lugar de memória” em que a palavra seja dada ou devolvida aos anônimos e

aos subalternos, será, paradoxalmente, do lado da escrita que iremos encontrar. O louco empreendimento de Jean Maitron no fim dos anos 50, ao organizar o *Dictionnaire Biographique du Mouvement Ouvrier Français*, é responsável, por si só, pelo papel desempenhado em outros países pela História Oral. Será que a inegável desconfiança dos historiadores franceses frente à História Oral não se deve, além do fetichismo da fonte escrita e do peso da centralização estatal, à espantosa persistência da ficção da objetividade? Reticentes nos anos 30 diante do passadismo etnológico à la Van Gennep, não terão os *Annales* mantido, a seu modo, o tabu positivista que pretendiam rejeitar quando, nos anos 50, passaram a privilegiar o enfoque quantitativo e estrutural? A História Oral mais acadêmica que levanta vôo em meados dos anos 70 reage, sem dúvida, ao peso desse modelo e à persistência do esquema de inspiração marxista, embora essas heranças complexas sejam incontestavelmente responsáveis pela sofisticação peculiar dos debates historiográficos e metodológicos.

O impulso para as primeiras pesquisas coletivas dá-se com a fundação do Centro de Pesquisas Mediterrâneas sobre Etnotextos e História Oral da Universidade de Provence, por Jean Claude Bouvier e Philippe Joutard, que em 1977 publica sua *Légende des Camisards, une sensibilité du passé*; com a ampla pesquisa oral *A Europa do tempo presente*, lançada em 1976 pelas universidades de Lille, Bruxelas, Liège e Mons; e com a investigação de Yves Lequin e Jean Métral sobre a memória operária em Givors. De acordo com o título de uma pesquisa dirigida na EHESS por Joseph Goy, Jacques Ozouf e André Burguière, ao modelo estruturalista sucede uma "antropologia histórica da mudança", marcada pela obra de Jean-Pierre Vernant e Michel de Certeau. Este enfoque se interessa pela vida cotidiana, pela família, pelos gestos

do trabalho, pelos rituais e pelas festas, pelas sociabilidades, e ainda que privilegie o testemunho e a fonte oral, liquida a oposição, oriunda de 68, entre cultura popular e cultura erudita, ao sublinhar o quanto a oralidade está transcrita e inscrita no livro, no cartaz, no panfleto. Quase contemporânea da história das mentalidades, a emergência da “memória coletiva” no campo histórico contribui para assentar a História Oral em toda a sua complexidade, a de uma história “longa” da memória com passado “recomposto”, particularmente graças à reflexão de Michael Pollak sobre a função do testemunho entre os egressos dos campos de concentração, “das palavras que matam” entre os nazistas, e às numerosas pesquisas sobre o mundo judaico e o “silêncio da memória” (Nicole Lapierre).¹²

A essa primeira corrente, de tendência antropológica, não seria correto opor, termo a termo, uma tendência mais arquivística, que recusa a visão populista de uma História Oral reservada aos grupos oprimidos. É também em 1975 que essa tendência aparece, em uma pesquisa sobre a história da previdência social, em que Dominique Aron-Schnapper e Danièle Hanet introduzem nos testemunhos uma distinção baseada na posição hierárquica dos entrevistados.¹³ Ao definir o arquivo oral, na esteira de Jacques Ozouf, como *arquivo provocado*, Dominique Schnapper fornece uma resposta, explicitada com precisão em 1983, em suas “Questões impertinentes para os historiadores orais”, afastando definitivamente quaisquer pretensões militantes. Tal enfoque toca mais de perto a história política e institucional, e até mesmo a história das elites, impondo-se, por conseguinte, às grandes instituições particulares, como o Instituto Charles de Gaulle, e públicas, como os Arquivos da França, o Ministério das Relações Exteriores, ou ainda os Comitês de História dos ministérios (Indústria,

Economia, Justiça, Transportes Ferroviários) que se multiplicam nos anos 80. Esta tendência contribui decisivamente, e sobretudo no Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP), para inscrever a História Oral no campo da história imediatamente contemporânea, história do tempo presente, que se define como história com testemunhas, e que questiona a própria noção de *arquivo*, ao mesmo tempo em que advoga para si certo empirismo metodológico.

*Uma avaliação: a História Oral entre ciência e consciência*¹⁴

No ano de 1980, em um número intitulado de modo pseudoprovocador "Arquivos orais: uma outra história?", a revista *Les Annales* desiste da controvérsia: a causa da História Oral está ganha. Seguindo as pegadas de Paul Thompson (*The Voice of the Past*, 1978), chegou o tempo das avaliações: *Ces voix qui nous viennent du passé*, de Philippe Joutard (1983), a grande *Anthology*, de David Dunaway e Willa Baum (1984), o recente número especial da revista *Bios* (1990), e o *International Yearbook of Oral History* (1992), organizado por Luisa Passerini.

1. Nos anos 80, a História Oral recebe a consagração oficial no Congresso Internacional das Ciências Históricas, em Bucareste (1980), conquistando definitivamente sua legitimação entre as ciências históricas.¹⁵ Banaliza-se, ao se tornar acadêmica, e sua trajetória, que ultrapassa os debates historiográficos, torna-a semelhante às grandes engrenagens do fim do século XIX, que, surgindo como antiideologias nos anos 60, foram aos poucos se ajustando a um complexo discursivo dominado pelo consenso. Em toda parte, a busca de identidade e a procura das raízes quase que fagocitam o projeto de revolta total, o radicalismo existencial presentes no sonho de uma história alternativa.

É quase em toda parte, apoiada em *best-sellers* – *Akenfield*, *Roots*, *Le cheval d'orgueil*, *Le monde des vaincus* –, a História Oral deve seu êxito à vulgarização e à ação da mídia.

Nos anos 60 e 70, mediante uma temática geracional, tomada por teoria e princípio de coesão, a História Oral introduz-se, em face da história oficial, como contra-história, tornando-se, em parte, como mostra Michael Pollak, a arma utilizada por uma jovem geração de pesquisadores marginalizados (mulheres, acadêmicos não-parisienses), com trajetórias atípicas, que estabelecem, por conta própria, a ligação entre a crise do emprego na área das ciências humanas e o declínio dos grandes paradigmas teóricos.¹⁶ Ora, são esses jovens que entram no mundo do trabalho no decorrer dos anos 80, tomam conta da direção das instituições nacionais e internacionais, das revistas, das cadeiras universitárias e dos centros de pesquisa, legitimando, deste modo, a História Oral que os legitimou. Em torno de alguns personagens-chaves, muitas vezes mulheres, Ronald Grele e Michael Frisch, nos Estados Unidos, Nicole Gagnon, no Canadá, Paul Thompson e Raphael Samuel, na Grã-Bretanha, Lutz Niethammer, na Alemanha, Luisa Passerini, na Itália, Eugénia Meyer, no México, Mercedes Vilanova, na Espanha, etc... constituem-se redes – para não dizer “igrejinhas” –, mantendo-se sensíveis as distinções entre uma “escola” anglo-saxã, que continua militante, e uma “escola” francesa – para não dizer latina –, que se afasta dos preceitos da sociologia participante.

A institucionalização da História Oral caminha *pari passu* com a sua internacionalização, simbolizada pela fundação, em 1980, do *International Journal of Oral History* e pontuada pelos grandes colóquios internacionais que se sucedem depois do encontro-piloto de Colchester, em 1978. De Amsterdã, em 1980, a Aix-en-Provence, em 1982, Barcelona, em 1985, Oxford, em 1987, Essen, em

1990, as preocupações militantes vão aos poucos recuando para dar lugar às preocupações metodológicas, enquanto se afirma a reflexão central sobre fenômenos de memória e recalques coletivos.

Coisa de “ricos” durante muito tempo, quando os historiadores dos países ocidentais projetavam o seu olhar (ou a sua consciência pesada) sobre o próprio passado nacional ocultado, ou sobre aqueles submetidos à duradoura dominação colonial, a História Oral vai aos poucos se expandindo em nível mundial. O Canadá toma feições de pioneiro quando as pesquisas orais, sob a égide da Universidade Laval (Nicole Gagnon), contribuem para a conscientização nacional do Québec. Também precocemente, o continente sul-americano se abre para uma História Oral essencialmente militante e até mesmo anticolonial. No México, a História Oral é lançada nos anos 70 pelos livros provocativos de Fernando Horcasitas (*Memorial nahuatl de Milpa Alta*, seguido por *De Porfirio Díaz a Zapata*). Independente do impacto dos *Filhos de Sanchez*, até mesmo das violentas críticas à imagem desesperadora da pobreza mexicana que o livro transmite, bem como do eco da imensa pesquisa oral conduzida pelo historiador francês Jean Meyer sobre a revolta dos Cristeros dos anos 20, a História Oral mexicana vai buscar suas raízes nas crônicas franciscanas do século XVI ou na corrente indianista e indigenista. É esta corrente que vai inspirar, logo depois da Revolução, a fundação da Escola Nacional de Antropologia e História do México, de onde ainda provém, nos programas dirigidos por Eugénia Meyer (*Archivo de la Palabra*), o enfoque antropológico dos estudos sobre excluídos e dominados.

As pesquisas, hoje, ainda permanecem dispersas. O Brasil torna-se singular pelas pesquisas sobre as elites, e apenas em 1988 um primeiro encontro reúne, no México, especialistas da América Latina e da Espanha. No que diz respeito à África, território dos antropólogos e etnólogos,

permanece um ângulo morto da pesquisa histórica, apesar da montagem progressiva de uma metodologia de tradição oral.

2. Será que a História Oral, banalizada pela divulgação da mídia, pela institucionalização, pela internacionalização, está totalmente domesticada? Ao alcançar áreas longamente submetidas a regimes em que, por definição, a palavra está proibida, ela sofre nova metamorfose, situada a igual distância da utopia de 68 e da recuperação. Nesses termos, temos de pensar no caso da Espanha, onde a História Oral passou a investigar, quase que naturalmente, um pouco de acordo com o modelo italiano e alemão, a memória do franquismo, e até mesmo as camadas mais profundas do "fato libertário".

É sobretudo nos países do Leste europeu, logo depois da queda do bloco comunista, e mesmo antes, em certos casos, desde os anos 80, na Hungria ou na Polônia, que a História Oral reencontra a veia militante de reconquista da memória. Trata-se mesmo de construir uma história, nunca escrita, da opressão de massa, e mais ainda, talvez, quando, depois das bocas, abrem-se os arquivos, de reconstruir uma consciência, isto é, uma *memória*. O que o caso da Europa Central e Oriental, e mais ainda, da ex-União Soviética tem de inaudito é que não se trata de devolver a palavra aos excluídos, dominados, transferidos, perseguidos, mas sim a uma sociedade inteira que teve de permanecer calada durante quarenta a cinquenta anos. Em quase toda parte, a expansão da história precede, quando não contribui, à queda dos anos 1988-1989. Na Polônia, onde a obra de Thomas e Znaniecki suscitara uma antiga prática de concursos de relatos de vida, a História Oral se beneficia, para começar, da liberalização do início dos anos 70. Há coincidência entre a sua expansão e a do movimento social (Solidariedade). Depois de 1988-1989, esta História Oral, de natureza antes de mais nada

política, passa a se preocupar com as grandes crises que pontuaram o regime comunista a partir de 1986. Do mesmo modo, na Hungria, onde são criados arquivos de História Oral já em 1985, as pesquisas se interessam particularmente pela “personalidade” staliniana.

Obviamente, é na ex-União Soviética que a História Oral se reveste de um sentido mais poderoso e mais trágico. Já em 1986, a *Glasnost* estimula uma “onda de verdade”, enquanto o Centro Estatal dos Arquivos Sonoros lança uma grande investigação sobre os veteranos da Segunda Guerra Mundial. Mas é sobretudo à Associação Memorial, que fixa como primeiro objetivo salvar a memória das vítimas do stalinismo, que se deve a expansão da História Oral. Com a queda da União Soviética, em 1988, o movimento expande-se rapidamente. Além da reconquista da memória e da identidade, o projeto toma um sentido mais profundo, de reconquista da *história* e de reconstrução da sociedade. A abertura dos arquivos públicos não impede o privilégio, até mesmo a veneração, atribuído ao testemunho, em um país em que a escrita ainda é vista com suspeita, por ter sido sinônimo de delação ou confissão, e no qual, por vezes, as memórias são os únicos arquivos. Enquanto um centro de História Oral se abre, em 1989, a Associação Memorial desenvolve um projeto diretamente político.

Esse rejuvenescimento da História Oral procede pela abertura de novas frentes em favor de uma metodologia que não resolveu, nem pode resolver, a tensão constitutiva entre objetos e desafios científicos, e busca de identidade. Quer se ressaltem o papel documental das “fontes orais”, os procedimentos biográfico e autobiográfico, a função do testemunho, os mecanismos da memória, será que mesmo assim a História Oral não poderá ser definida como um “corte epistemológico”? Pouco inclinada às grandes teorias, contribui fortemente para a renovação

historiográfica, por tomar de empréstimo métodos das demais ciências sociais, ou por transferir, na história do presente, problemáticas elaboradas pela nova história para outros períodos de tempo. Curiosamente, não foi revolucionada pela recente expansão do vídeo, da informática, da numerização, mas sua crescente sofisticação não deixou de provocar uma espécie de efeito retroativo sobre a própria conceituação de fonte, quer se trate do *status* jurídico dos “novos arquivos” e, por conseguinte, dos arquivos escritos (regra dos trinta anos), ou da expansão de uma “nova” filologia, marcada pela lingüística estrutural, que não mais considera os textos como fontes, mas como testemunhas ou “monumentos”, bem como pela crítica genética, que concede a mesma atenção às condições de produção do texto que ao texto em si.¹⁷

Sem dúvida, é por esse motivo que a História Oral vai se dirigindo cada vez mais para as questões de memória e de história cultural, e além delas, ainda mais profundamente, com Luisa Passerini ou Régine Robin, estabelecendo uma interface com a psicanálise, a lingüística, a história literária, no sentido da relação entre ficção e mito, palavra e silêncio.

NOTAS

¹ Louis M Starr. Oral History in *Encyclopedia of Library and Information Sciences*, vol. 20. New York, Marcel Dekker, 1977, pp. 440-463; H. T. Hoover. Oral History in the United States in Michael Kammen, (dir.), *The Past before Us. Contemporary Historical Writing in the United States*. Ithaca and London, Cornell U.P., 1980, pp. 391-407; Ronald J. Grele. The Development, Cultural Peculiarities and State Of Oral History in the United States in *Bios*, 1990 pp. 3-15.

² Carta ao Pe. Dubos, 30 de outubro de 1738.

³ Nuto Revelli. *Il mondo dei vinti*. Turin, Einaudi, 1977.

⁴ Luisa Passerini. *Torino Operaria e Fascismo*. Bari, Laterza, 1984; *Storia e Soggettività - Le fonti orali e la memoria*. La Nuova Italia, Firenze, 1988; (org.) *Mémoires et histoires de 1968 in Le mouvement social*, 143, avril-juin 1988.

⁵ Pollak, Michael. *L'histoire orale en RFA et à Berlin-Ouest* in Bulletin de l'IHTP, 17, septembre 1984, pp. 18-22; Karin Hartewig. *Oral History in Western Germany* in *Bios*, 1990 pp. 115-128.

⁶ Ver também Louis Steinbach. *Ein Volk, ein Reich, ein Glaube? Ehemalige Nazionalsozialisten und Zeitzeugen berichten über ihr Leben im Dritten Reich*, Bonn, Dietz, 1984.

⁷ Lutz Niethammer et Werner Trapp (dir.). *Lebenserfahrung und kollektives Gedächtnis. Die Praxis der Oral History*. Frankfurt, Suhrkamp, 1980, rééd. Syndikat, 1985. Ver também K. Hagemann. *Möglichkeiten und Probleme der Oral History für Projekte zur Frauengeschichte*, in *Beiträge zur feministischen Theorie und Praxis*. Munich, 1981; Peter Schöttler. *Eine Grüne Geschichtsschreibung? Von der Alltagsgeschichte zur 'Geschichtswerkstatt' in Moderne Zeiten*, 9, 1983; Paul Gerhard et Schossig Bernhard (dir.), *Die andere geschichte: Geschichte von unten, Spurensicherung, Ökologische Geschichte, Geschichtswerkstätten*, Cologne, 1986.

⁸ Avaliação mais recente em Danièle Voldman. *L'Histoire Orale en France à la fin des années 1980* in *Bios*, 1990 pp. 87-95.

⁹ Daniel Bertaux. *Histoires de vie ou récits de pratiques? Méthodologie de l'approche biographique en sociologie*. Paris, Cordes, 1976.

¹⁰ Daniel Bertaux. *From the Life Approach to the Transformation of Sociological Practice*, in *Biography and Society*. D.B. ed., Londres, Sage, 1981, p. 29.

¹¹ Apesar de um franco-atirador como Roger Thabault. *Mon village. L'ascension d'un peuple*. Paris, Delagrave, 1944 (reed, FNSP, 1982).

¹² Françoise Zonabend. *La mémoire longue. Temps et histoires au village*. Paris, PUF, 1980; L. Aschieri, *Le passé recomposé*,

mémoire d'une communauté provençale. Marseille, P. Tacussel, 1985; Michael Pollak. Des mots qui tuent in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 41, février 1982, pp. 19-46; Michael Pollak, *L'expérience concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris, A. M. Métailié, 1990; Nicole Lapiere. *Le silence de la mémoire. A la recherche des Juifs de Ploetz*. Paris, Plon, 1989.

¹³ Dominique Aron-Schnapper, Danièle Hanet et al. *Histoire Orale ou archives orales?* Paris, Association pour l'Étude de l'Histoire de la Sécurité Sociale, 1980; Sintese: Archives orales et histoire des institutions sociales, in *Revue Française de Sociologie*. XIX, 1978.

¹⁴ Danièle Voldman, *L'histoire Orale entre science et conscience*. XXe, 25, janvier-mars 1990.

¹⁵ Por exemplo: Jean-Pierre Rioux. Six ans après, in *Cahiers de l'IHTP*, 4, 1987, pp. 5-7. Jean Péneff. *La méthode biographique: de l'École de Chicago à l'Histoire Orale*, Paris, A. Colin, p. 5.

¹⁶ Michael Pollak. Pour un inventaire, in *Questions à l'Histoire Orale*, *Cahiers de l'IHTP*, 4, 1987, pp. 11-31.

¹⁷ Ver *Actes du 11e Congrès International des Archives*, Paris, 22-26 août 1988, Munich, New York, Paris, 1989, Conseil International des Archives, vol. XXXV; Jacques Le Goff. Documento/monumento, in *Enciclopedia Einaudi*, 5, Turin, 1978, pp. 38-48

PENSAR A SUBJETIVIDADE – ESTATÍSTICAS E FONTES ORAIS

*Mercedes Vilanova**

Sou uma pessoa que viaja sempre com uma bússola, que é minha orientação. Quando aterrissei em Brasília e vi que a cidade estava orientada para o leste, e me dei conta que apontava para Barcelona... senti uma alegria imensa. Mas, quando cheguei ao Rio, ocorreu uma coisa extraordinária: a bússola apontava para o céu. Então, penso que, se o céu existe nessa terra, sem dúvida, é no Rio. Também me dei conta da imensidão de vosso continente que, creio, é de dimensões divinas, e não humanas, no qual a imaginação se perde em meio a estas paisagens maravilhosas, e que se sente que é o coração da América. O que eu tento descobrir aqui – porque cheguei há muito pouco tempo – é aonde conduzem essas artérias. E o fato de eu poder falar em espanhol e de ser entendida em português é um símbolo da enorme esperança de que todos nós vamos nos entender a partir do nosso idioma, aceitando as diferenças, e iremos juntos nesse símbolo da unidade, que, creio, não é a fonte oral, mas a História bem-feita.

O título da conferência é muito amplo – “Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais” – e inclui três

* Catedrática de História Contemporânea da Universidade de Barcelona, e membro do Comitê Internacional de História Oral, além de fundadora e atual diretora da revista *Historia e Fuente Oral*.

grandes blocos. Vou fazer uma pequena introdução, talvez um pequeno roteiro, porque o que eu gosto, o que me apaixona é o diálogo. Para mim, é sempre um pouco difícil começar uma exposição, quando na verdade o que eu gostaria mesmo de saber é das suas indagações.

Naturalmente, ao falar da subjetividade, não vou ser tão arrogante e pensar que posso falar da subjetividade dos outros. Venho aqui falar da minha subjetividade. Também não vou ser tão paternalista para tirar a palavra dos outros – o que os homens sempre fizeram conosco, as mulheres, – e creio que sou, ou tento ser, suficientemente humilde para expor não uma lição, mas a minha trajetória profissional.

Sou uma pessoa que há dezenas de anos vem se dedicando às estatísticas. Minhas obras fundamentais são sobre eleições – ou seja, eu estudei a democracia – e sobre o analfabetismo na Espanha. Tenho um certo receio em falar aqui de analfabetismo, quando estou consciente de que este é um país que sabe o que é analfabetismo e tem lutado contra ele. De início, quero dizer que as estatísticas estabelecem quase sempre as perguntas relevantes, porque definem a maioria, ainda que marquem apenas as tendências. Mas, para mim, o melhor da estatística, o imprescindível é encontrar a pergunta relevante.

Quanto às fontes orais, são intrinsecamente diferentes das fontes escritas, mas são do mesmo modo úteis. Quero sublinhar a palavra útil, porque a História tem de servir para alguma coisa. E eu venho falar não de História Oral, mas de uma História sem adjetivos. O grupo a que pertenço, em Barcelona, é contra a história social, a história política, a história das mulheres, a história dos marginais; nós queremos uma História sem adjetivos, uma História bem-feita, uma História que seja útil. E estamos convencidos de que essa História bem-feita, sem fontes orais, é uma história incompleta. Ao mesmo tempo, sabemos que a fonte oral é uma fonte viva, é uma fonte

inacabada, que nunca será exaurida, e portanto, que a História bem-feita que queremos fazer é uma história inacabada. Por isso, somos humildes e não damos lições. Mas a História que queremos fazer é mais completa que uma história contemporânea feita sem fontes orais. Sabemos que a fonte oral, posto que é viva, é parcial. E vou defender a parcialidade da fonte oral, não só porque é inacabada, como também porque nos põe em confronto com o outro. É parcial e, nesse sentido, é política porque, na confrontação do entrevistador com o entrevistado, pode-se buscar as diferenças e também a unidade. E esta dinâmica do diálogo é um dos aspectos mais apaixonantes do trabalho com as fontes orais.

Gostei muito do livro *Entre-vista*. É isto que temos que ver. A entrevista significa realmente duas pessoas que estão se olhando. E é nesse olhar-se um ao outro que a fonte oral se justifica, porque constitui um processo de aprendizagem. Não estamos estudando fontes; estamos conversando com pessoas que buscam diferentes conhecimentos. E é nessa síntese nova que elaboramos através do diálogo, estamos convencidos, e vivemos essa experiência, que vamos mudar uns e outros.

Em um dos comentários que fiz na revista *Historia y Fuente Oral*, intitulado "Transformar-se ou calar", defendo a idéia de que as fontes orais não viram a página, e que estamos na pré-história de um caminho que começa porque, aos poucos, nós, como historiadores, nos transformamos e transformamos aqueles que entrevistamos. De modo que defendo a subjetividade inerente à fonte oral, que a torna útil, distinta e absolutamente necessária para uma história completa. Este será o roteiro que vou tentar seguir, iniciando com o tema da subjetividade.

A meu ver, a subjetividade criadora da fonte oral tem de ser defendida. Estamos no limiar de uma revolução historiográfica. Nunca antes na história da humanidade

houve a possibilidade da não manipulação dos diálogos. A fonte oral – que é fonte porque está gravada numa fita não necessariamente transcrita – introduz uma revolução historiográfica porque impede que os diálogos sejam manipulados como têm sido até o presente. Os historiadores sempre fizeram entrevistas, porém só a fonte oral, depois da Segunda Guerra Mundial, realizou esse feito, que é fundamental porque, além do mais, exige um trabalho de equipe. Este é um ponto básico. A fonte oral exhibe, além disso, a força de todo um destino pessoal, e implica uma argumentação simples, com que a academia não está habituada, porque familiarizou-se com a prática de complicar o argumento e satisfazer-se com a cronologia pessoal, a cronologia excessivamente linear da história até agora escrita. Além disso, a fonte oral gravada – isso eu já disse há muitos anos em Bucareste – é aquela que permite uma história “científica”, porque pela primeira vez, entre uma coletividade entrevistada, nos permite diferenciar o coletivo do pessoal. E isto nunca, até agora, se pôde fazer.

Talvez eu tenha falado muito sinteticamente, porque me parece absurdo estar defendendo algo que é tão absolutamente revolucionário, e que nem nós mesmos compreendemos. Talvez porque não o façamos bem. Vou sintetizar também minha viagem interior, pessoal, tentando mostrar como fui mudando profissionalmente, etapa por etapa, até chegar ao que sou hoje – com a ressalva de que, naturalmente, pretendo continuar mudando. Essas etapas não são como as paradas de um trem que passa de uma estação a outra, porque a parte mais significativa ou mais interessante do que se descobriu mantém-se na própria pessoa do historiador. Não pretendo dar lições, mas apenas explicar minha trajetória e dizer qual era a minha bagagem quando comecei, faz muitos anos – quando se viaja, há sempre uma bagagem.

Quando comecei, preocupavam-me os processos de mudança. Certamente porque eu estava vivendo na Espanha franquista, eram para mim uma obsessão e uma preocupação os processos da revolução social. Talvez por minha origem, talvez porque tenha feito estudos anteriores sobre figuras literárias importantes, sou uma pessoa obcecada pela maioria. Só a maioria entra em minha bagagem. Isto não significa dizer que todos devem ser iguais. Significa dizer que eu me defino como historiadora por interessar-me só pela maioria como aquilo que é digno de ser historiado. Por outro lado, eu não tinha pressa. Minha maneira de fazer história é uma maneira muito lenta, com muitas paradas, sem nenhum tipo de justificação. Em minha bagagem não existiam pressupostos políticos, mas sim uma ambição mundial. Não internacional, porque não creio nos nacionalismos, mas interessava-me estabelecer um diálogo com as fontes, com os historiadores, as pessoas, com a academia, que pudesse ser válido em qualquer lugar, não apenas em Barcelona, esta cidade que eu quero quase tão apaixonadamente como ao Rio.

Sintetizarei quatro etapas – quatro descobertas e quatro transformações que se entrelaçam entre si. Meu ponto de partida, talvez pela bagagem que eu já trazia, foi estudar a revolução social na Espanha, os coletivismos, a Guerra Civil Espanhola, o anarquismo, porque me havia sido vendido pela historiografia que isto era a maioria – pensar que a Guerra Civil era o centro de gravidade da intelectualidade dos anos 30. A historiografia européia e a americana apontavam para algo único nessa Espanha republicana que lutou contra o franquismo. Naturalmente, eu queria fazer uma história sem pressa, uma história bem-feita, e montei um grande aparato estatístico, bibliográfico e cronográfico. E depois de dois anos estudando uma pequena população – porque

fazer história local não quer dizer que não estamos fazendo história mundial –, estudando a fundo todos os textos e os números de que dispunha, quando saí para falar com as pessoas, tive uma desilusão imensa, porque eu, que havia estudado nos arquivos e nas bibliotecas, descobri pela primeira vez a falsidade dos escritos. Esta é uma lição que nunca esquecerei. Mais tarde passei por outras etapas e descobri outras falsidades, mas aquilo me chegou ao coração. O que as pessoas me diziam era muito mais verídico do que aquilo que os historiadores, os intelectuais, os acadêmicos haviam escrito. Como eu era jovem, otimista, pensei que devia averiguar a verdade. E tornei-me um detetive. Eu era tão otimista que pensava que as pessoas iam me dizer a verdade, e então que ia descobrir, ia saber realmente, por exemplo, por que havia fracassado a revolução social.

No número 3 de *Historia y Fuente Oral* eu explico esta etapa em um artigo que os camponeses de Aragão nos tiraram das mãos e fotocopiaram, que se intitula “Vellechite (que foi a grande cidade bombardeada por republicanos e franquistas) – South Bronx (em Nova Iorque)”. Um fotógrafo catalão, filho de anarquistas, fez uma exposição no Queens, perto de Manhattan, apresentando fotos da Vellechite atual, que até muito pouco tempo permanecia bombardeada, e do South Bronx norte-americano também recente, de tal modo que pareciam ser uma só coisa a Nova Iorque de noventa e tantos e a Catalunha de 36.

Quando percebi que, sendo detetive, também não iria descobrir a verdade, mudei a ótica de minha investigação. Foi então que decidi estudar – porque também a historiografia o dizia – a espontaneidade das massas. E resolvi estudar essa espontaneidade no comunismo, nos levantes do comunismo libertário armado em um rio catalão, o alto Liobregat, que teve muito impacto em 1932, na Espanha. Montamos um trabalho, com entrevistas

diferentes, não tanto de detetive, pois buscávamos o centro de gravidade das pessoas, e entrevistamos muitos militantes que atuaram no comunismo libertário de Fígolos. E fizemos uma descoberta extraordinária para nós – naturalmente, todos esses descobrimentos tão importantes são de sentido comum, o povo os conhece, mas os acadêmicos têm dificuldade de perceber: que os militantes sempre ganham a batalha da história escrita. Quando, depois de recorrer aos relatos, fomos escrever a história, escrevemos a história que os militantes queriam. E descobrimos então a segunda grande verdade – sabíamos já da falsidade do escrito: descobrimos a importância do silêncio. Nos demos conta de que tudo o que não nos haviam dito era realmente o importante, era o que buscávamos. Aí já não éramos mais detetives em busca da verdade; nos convertemos em advogados do silêncio. Não dos sem voz, porque todos têm voz, só que não os ouvimos. Não se tem o direito de dizer que alguém não tem voz, quando nós é que somos surdos. Não!

Então nos tornamos fiscais do não-dito, e fiscais da palavra, porque passamos a recusar quase tudo o que nos diziam. Para romper este silêncio, montamos uma estratégia específica: com conceitos definidos e um questionário fechado, perseguimos literalmente os que não queriam falar, porque pensávamos que os que nos rechaçavam e aquilo que não nos diziam eram o realmente importante para a História. Ao mesmo tempo que mantínhamos a ilusão de que assim quebraríamos o silêncio e que iríamos então encontrar o não-dito, fomos percebendo que não seria possível prosseguir atrelados a uma metodologia fechada, a proposições científicas acabadas. Porque a imaginação rompe todos os esquemas, e temos de estar sempre alertas, trabalhando cientificamente, mas atentos às portas imensas que se nos vão abrindo normalmente – portas insólitas, porque são as

do sentido comum – à medida que aprofundamos a investigação. A partir desse momento, dessa busca tenaz de testemunhas que não queriam nos receber, estabelecemos um tipo de amostra, que denominamos de exaustiva, porque excluía a possibilidade de substituição: qualquer testemunho que se substituísse, quais fossem os motivos, deixaria de ter sua parcela nessa História majoritária que queríamos construir, alterando-a.

Creio que foi nesse momento que começou a minha autêntica especialização. Não sou especialista em fontes orais. Minha competência não-reconhecida é a de especialista no invisível: aquilo que não se vê é o que realmente me interessa. E não posso deixar de fazer aqui um breve louvor à estatística. Porque o que não se vê, o invisível, é justamente o majoritário. E somente a estatística evidencia aquela descrição da paisagem social que é imprescindível para matizar as diferenças e chegar a contemplar os pequenos – que é sempre o interessante. A porcentagem nos assegura aquilo que é majoritário. Somente a porcentagem. E a porcentagem da porcentagem nos aproxima de uma estatística qualitativa fina que estabelece, finalmente, as perguntas interessantes, porque abarcam o majoritário. Perguntas que só a fonte oral pode responder. Nesse sentido, há uma analogia, um casamento perfeito entre a estatística e a fonte oral. Mas, além disso – porque considero este aspecto também parte de uma revolução historiográfica tão importante como a fonte oral –, através do ordenamento, de uma maneira relativamente simples, podemos pela primeira vez na história calcular os coeficientes de correlação que nos apontam as relações invisíveis entre variáveis, o que até agora não era possível obter. A estatística constitui-se, portanto, num instrumento imprescindível para uma História completa, uma História bem-feita.

Naturalmente, eu utilizei muitíssimo a porcentagem e a porcentagem da porcentagem, o cálculo do coeficiente de correlação. E através do coeficiente de correlação, através da porcentagem, através da busca e da sistemática daqueles que não queriam falar conosco, descobri duas coisas, as únicas duas coisas que descobri em minha vida profissional, minhas duas únicas idéias originais: descobri as características da abstenção nos processos democráticos catalãos dos anos 30, e descobri a relação da abstenção com o analfabetismo. Ao mesmo tempo, descobri as características absolutamente definitivas dos analfabetos no mundo, em uma história feita sobretudo de analfabetos.

Esta descoberta da parcialidade, se quiserem, da escrita, que mudou minha trajetória profissional no início dos anos 70, mudou a minha abordagem metodológica para ascender às maiorias, bem como minha própria visão da fonte oral. Porque os analfabetos, que são maioria, são invisíveis. Entre outras coisas, porque se escondem, porque não são um grupo de pressão; porque enquanto se alfabetizam, deixam de ser analfabetos; porque é muito difícil encontrá-los, e mais ainda falar com eles. Talvez signifiquem o escalão social mais baixo. Ser analfabeto é diferente de ser pobre — é outra característica da pobreza. Embora não necessariamente se é analfabeto e se é pobre. Mas o que me interessa nos analfabetos é que eles são uma interpelação fortíssima. Nada nos questiona mais do que os analfabetos. Nós, os alfabetizados, que funcionamos como com um livro na cabeça. Os analfabetos são radicalmente diferentes: não enganam. São realmente os fiéis depositários desta fonte oral, e que não poderão ler a história escrita. Nesse sentido, penso que há uma História por escrever. Por isso eu digo que estamos na pré-história da História escrita. E foi precisamente nessa confrontação que eu senti, quase como uma barreira, o que jamais teria sido capaz

de imaginar: as estatísticas me mostravam as tendências, mas não me diziam realmente o que era.

Sei que é muito difícil falar de analfabetismo no Brasil. Mas tenho a defesa de que o analfabeto é uma realidade em mutação, que depende do contexto social: é diferente ser analfabeto na Idade Média, na Moderna e na Contemporânea, que é uma realidade que está em função do alfabetizado. Mas, talvez, o que pareça mais chocante para uma pessoa como eu, fascinada pelo diálogo, é o fato de o analfabeto e a analfabeta estarem sós se não estão fisicamente com o outro. Isso é realmente incompreensível para nós, e nos expõe, porque não sabemos o que significa ser alfabetizado.

Nessa tarefa de busca, de encontro, de definição e de confrontação com os analfabetos, tivemos de propor as entrevistas de outra maneira, de forma a evitar a confusão conceitual e que fizéssemos um questionário quase policial para saber como foram as coisas. Quando descobri que o importante era exatamente o que não se dizia – os silêncios –, estabelecemos conceitos definidos e um questionário também com hipóteses concretas. Quando a exaustiva amostra nos demonstrou a realidade, ou a presença dos analfabetos na História, propusemos as histórias de vida, que na realidade são sempre uma biografia dupla, porque queremos saber quem são e como são, mas, sobretudo, falando com eles, queremos saber quem somos nós. E esta é a lição que mais me ensinaram os analfabetos: que eu desconheço minha própria subjetividade. Porque funcionando como com um livro na cabeça, eu sou o que os outros querem que eu seja, não o que quero ser.

Então, nesta dupla biografia, que é a história de vida, parece-me – por isso tenho aqui a bússola – que, como numa paisagem submarina, nas entrevistas, nós vemos sempre através de óculos que deformam, distorcem, aumentam. Além disso, quanto mais fundo descemos,

além de tornar-se mais escuro, porque não há senso de gravidade, se não sabemos exatamente para onde vamos e qual será a direção do nosso alvo, somos facilmente iludidos, enredados, seduzidos pelo outro, que nos vence. E nesta profundidade marinha da dupla biografia e do mar, nos é imprescindível uma lanterna, um feixe de luz que seja concreto, porque, sendo muito amplo, se perde no azul. E esse feixe de luz concreto são as perguntas que fazemos. São perguntas limitadas, que não nos mostram todo o horizonte arenoso, mas que são absolutamente necessárias. Não só para não perdermos o rumo, para não nos perdermos na imensidão azul do outro, mas para irmos nos aprofundando em quem e como é o outro, e em quem e como somos nós. Pois, de uma maneira ou de outra, nos confundimos, como a própria respiração, com o azul do mar.

Quero também dizer que não há entrevistas perfeitas, porque jamais, de antemão, sabemos qual é o texto, quais são as possibilidades do nosso diálogo. Só o sabemos quando, em um ponto qualquer, tocamos no invisível, e a entrevista se abre, desabrocha. E é nesse apostar, por esta relação até o limite do possível – e esta é talvez uma de nossas tragédias –, que sabemos que os outros arriscam mais do que nós, ainda que também arrisquemos.

Nessa defesa apaixonada que estou fazendo do diálogo, posso dizer que, se as entrevistas nos aborrecem, é porque os temas ou as hipóteses que estabelecemos não nos interessam. Porque as entrevistas tendem a indicar os pontos cruciais que prejudicam a independência ou a liberdade: ou apontam os bloqueios das consciências, ou sublinham o que mais dói. Isso é importante sobretudo para as mulheres, porque nós nos ocultamos, e nos ocultaram no silêncio. Por isso intitulei um dos meus escritos de “Transformar-se ou calar”. Temos de acabar com os silêncios. Dos outros e de nós mesmos. E por

essa necessidade da ruptura do silêncio, reivindico que a História é diálogo. É como uma opção política, porque nos obriga a mudar os parâmetros equivocados e introduz a esperança do presente no passado. Entendo que toda História, também a da Grécia, também a pré-história, é a história do presente, que é, contudo, uma história a ser escrita. E essa história a ser escrita, ou a história para o presente, é a história da construção de uma identidade respectiva, uma identidade que se deve construir a partir da igualdade, que é a única categoria que torna crível o diálogo. Uma igualdade que não significa similitude, monotonia, uniformidade, porque só as diferenças tornam interessantes os diálogos. Diferenças que, esperamos, ao contrário de hoje, impliquem hierarquia e insubordinação.

P. – *Acho que foi uma oportunidade feliz a senhora vir ao Brasil falar sobre o analfabetismo, sobretudo da importância desse tema para a História Oral, num país em que 50% da população são analfabetos. Eu gostaria, inclusive, de saber a porcentagem na Espanha. Entre nós, esta é uma dimensão muito presente e, parece-me, uma das dimensões mais perversas da exclusão, exatamente porque impossibilita a participação nas lutas e na própria sociedade civil. Várias pessoas que trabalham com as classes populares têm colhido esse depoimento: a vergonha, o medo de falar, o medo que essas pessoas externam durante as entrevistas de não saber dizer as coisas. No Brasil, após 68 – porque até o início da década de 1960 ainda tentávamos reverter esse quadro –, nós assistimos ao desmonte. E hoje, uma das questões políticas mais graves é termos 50% de uma população que não falam, no sentido de que não dispõem dos instrumentos para participar dessa disputa, para verbalizar os seus desejos, os seus sonhos, as suas necessidades.*

Eu gostaria de saber como essa questão é vista na Espanha, porque, no Brasil, o analfabetismo é um problema gravíssimo, e a sociedade, por alguma razão, parece-me anestesiada. Quando se lê a história da década de 1960, em que a educação e a alfabetização estavam na ordem do dia, e se constata que hoje, na década de 1990, o problema continua e não está na ordem do dia, no mesmo nível, isto nos apavora. Porque esses 50% de analfabetos na nossa sociedade, 50% de excluídos, como o nosso inconsciente, apesar de excluídos, determinam profundamente a nossa história. Só que de uma forma profundamente metafórica e violenta, impossibilitando um diálogo que poderia ser muito mais construtivo.

M.V. – Fizeram-se muitas perguntas. Vamos por partes. Os analfabetos não estão excluídos. Eles trabalham como escravos. Trabalham e sempre trabalharam. De modo que não é certo que o analfabetismo exclui – primeiro ponto. Segundo ponto: não é uma forma perversa de exclusão, porque não é uma exclusão de trabalho. Terceiro: não é que estejamos anestesiados; é que estamos alfabetizados. Então, o mais original que eu posso dizer é que, como eu me nego a ver a História a partir do poder, embora eu creia que o poder seja importante e, em alguns momentos, mudou, talvez seja esta a minha próxima transformação... No Brasil há 50% de analfabetos, mas nos Estados Unidos existem 30% de analfabetos funcionais. De modo que o mundo está caindo no analfabetismo, não é um problema apenas do Brasil. O problema que há aqui é a miséria. Mas não mudemos os termos. A escola é para doutrinar. E a alfabetização pode se fazer para ajudar a integrar politicamente em um sistema perverso. Eu não sou Lênin, não sou Castro, não sou Freire, no sentido de que não quero alfabetizar, porque cheguei à conclusão de que este é um problema subjetivo e psicológico. O importante não é o

analfabetismo. O importante é a informação, são os canais de informação pertinentes para o progresso pessoal e social. Não nos enganemos. Há que se democratizar a informação.

A alfabetização não é imprescindível para o trabalho. A maioria das pessoas está trabalhando, e esta maioria não corresponde a alfabetizados de elite. No máximo, alfabetizados funcionais. O grande exemplo é o banco, onde trabalham alfabetizados funcionais que manuseiam máquinas e que não são alfabetizados de elite. Não nos confundamos. Então, para que serve a alfabetização? Em primeiro lugar, serve para o bem-estar. É para o ócio, para a literatura, é para poder discutir, para argumentar até o infinito, é para se ler livros, que são parte de nossa vida e que nos permitem não estar sós quando não temos alguém ao lado. É posto que é a reivindicação do ócio, que não seja a televisão, porque a imagem não substitui a alfabetização para o ócio. Também não se entende a televisão sendo analfabeto; pode-se entender os romances de amor, os seriados, mas não as notícias. Estas chegam fora do contexto.

Com isso, entro na pergunta importante: a alfabetização é necessária para a militância e para a organização? Não há possibilidade de luta política, tal como nós a entendemos, sem a alfabetização. A alfabetização é necessária para que se organize. A primeira coisa que faz a militância é aprender a escrever. Somente este pequeno detalhe mudou (eu não posso falar do Brasil) a proposição historiográfica espanhola sobre a Guerra Civil. Com 30% de analfabetos reais – os que não sabem assinar, cujas estatísticas tendem a duplicar, porque se escondem – e mais os 30% de analfabetos funcionais, a classe operária catalã espanhola, nos anos 30, era feita de analfabetos e analfabetas que não podiam militar e não podiam ser anarquistas, porque o anarquismo é uma filosofia elevada e abstrata que necessita

de leituras para ser compreendida. Então o que me interessa dos analfabetos é que me digam o que eu sou como alfabetizada. É curioso, os analfabetos, na Espanha, porque estavam excluídos da militância, não foram reprimidos por Franco. De modo que Franco, que exilou, que executou, que encarcerou, que deportou, que expurgou a militância, sobretudo a masculina alfabetizada, ficou com uma Espanha analfabeta que supôs impedir os avanços da revolução. Mas os analfabetos são muito espertos, tão espertos como nós. E esse analfabetismo espanhol, cuja transição à alfabetização ainda não completamos, mostra algumas características não só do franquismo, mas da transição. De modo que eu, que não quero alfabetizar ninguém, sustento que o analfabetismo é uma realidade muito complexa e em transformação necessária ao entendimento dos processos sociais mais profundos e majoritários, e é sobretudo uma interrogação muito grande para os que vivem da alfabetização como todos nós aqui.

Há ainda um aspecto que eu gostaria de complementar. Através das estatísticas qualitativas finas, pude demonstrar que, na Barcelona dos anos 30, a divisão democrática nas eleições republicanas não era por sexo, mas por cultura. Quer dizer, na escala que eu pude desenhar de abstenção, entendida como marginalização do poder político, na escala mais baixa estão os homens alfabetizados, seguidos das mulheres alfabetizadas, seguidos dos homens analfabetos, seguidos das mulheres analfabetas. Parece-me que isso é uma mensagem de esperança para os que querem que a divisão social não exista. Tão importante como o sexo ou a idade é a cultura. E digo muito claramente: não aceitemos imagens simplistas de uma sociedade que nos querem apresentar dividida, na Espanha, por exemplo, pela politização da mulher. Não é certo.

P. – Minha pergunta trata justamente desse aspecto da cultura. A senhora disse que o analfabetismo é uma realidade cambiante, e que está estreitamente ligado a um contexto social mais amplo. No Brasil, o analfabetismo fica mascarado pela força dos meios de comunicação de massa. Temos um sistema televisivo muito atuante, que fornece uma série de novelas que permitem um espaço de diálogo e de contato entre as diferentes classes sociais, mascarando, desta forma, o analfabetismo. Através das novelas, da discussão do que se passa nas novelas, que é assistida por todas as classes sociais, se estabelece um diálogo e uma facilidade de contato entre analfabetos e alfabetizados, o que mascara a separação existente entre essas diferentes formações culturais. E só fui me dar conta da profundidade desse fato no Brasil, por incrível que pareça, em Portugal. Ao visitar uma pequena aldeia, numa serra, uma senhora que varria uma igreja que pedi para visitar, quando eu saí, me perguntou: “Você é do Brasil?” Eu respondi: “Sim, sou do Brasil.” Ela então disse: “Muito obrigada pelas novelas brasileiras.” Eu perguntei: “Por que a senhora vem me agradecer o fato de existirem novelas brasileiras?” E ela: “Eu sou uma mulher de mais de 60 anos, e durante muitos anos não pude assistir televisão com a minha família, porque meus filhos e meus netos sabiam ler e acompanhavam as legendas dos filmes importados que passavam na televisão portuguesa. E eu não podia participar do ato de assistir televisão com a minha família. Só depois que as novelas brasileiras passaram a ser veiculadas aqui em Portugal, eu pude assistir e discutir com a minha família todo o enredo da novela.” Então ela foi integrada através do meio de comunicação de massa.

A minha pergunta é a seguinte: como esses meios de comunicação de massa tão atuantes, e que permitem esses contatos culturais que como que obliteram a força da divisão

entre o analfabeto e o alfabetizado, fazem permanecer esta situação e não permitem que a alfabetização seja encarada como um processo de transformação e conscientização necessário e fundamental para que o diálogo e a igualdade possam existir na nossa sociedade?

M.V. – Eu não sou especialista em meios de comunicação nem em televisão para responder a essa pergunta. Mas, enfim, a televisão é uma perversão para os alfabetizados também. Diria que é igual tolice tanto para uns como para outros. Isso de poder-se entender... Muitas vezes pensamos que os analfabetos estão fazendo algo extraordinário quando fazem o mesmo que os alfabetizados. Esta é uma espécie de estupidez coletiva. Se achamos que a integração dos analfabetos pode se dar através dessas tolices, parece-me que se está dizendo até que ponto nós, os alfabetizados, somos indignos. Eu não vejo absolutamente integração por seguirem essas novelinhas da televisão. Ainda que eu compreenda que nesta sociedade em que vivemos há muitos alfabetizados, e todos assistem em família a essas tolices depois de comer. Coisa que eu não entendo. E são alfabetizados de elite. De modo que não vejo nisso qualquer integração. Mas só de pensar que o analfabeto não pode nem assistir a um programa de televisão, não pode escolher um programa, já que está à mercê do outro, está dependente da informação do outro...

Não acredito que a alfabetização conscientize. Se conscientizasse, esse mundo alfabetizado seria diferente. Acredito que a alfabetização conscientiza segundo a política que determina o que conscientiza. Mas pensar que são necessárias três gerações para chegar à possibilidade de uma crítica do que é esse passo do oral para a escrita... Por isso eu, que admiro a alfabetização, estou contra a Unesco. Porque se pensa que alfabetizar é como

vacinar. Como se fosse malária. Não é isso. A transição do oral para a escrita é algo tão impressionante que, exceto alguns casos de autodidatas, são necessárias três gerações. De modo que, repito, o importante não é a alfabetização e tampouco a conscientização. O importante é a informação, a democratização da informação, e o que vamos fazer com esta informação. E é justamente o que nos oculta a televisão; os centros de decisão nos ocultam a informação e nos tornam passivos frente ao que for.

P. – Gostaria de fazer um comentário e uma pergunta. Primeiro, com relação ao tema que está sendo colocado agora. Em Porto Alegre, nós constatamos, através de uma pesquisa com memória oral, que a identidade da população do bairro Santa Rosa foi forjada na luta pelo ensino público gratuito – isso foi registrado nas entrevistas. E eu estava bastante contente em verificar que a pesquisa estava revelando justamente o fato de que a educação fica registrada na memória de toda uma comunidade. Também descobrimos que, na região norte de Porto Alegre, a identidade de uma comunidade foi formada justamente porque lutou pelo ensino público e gratuito em Porto Alegre. Acho que este é um dado muito interessante para pensarmos o debate que estamos travando. Agora, a pergunta. Em certo momento, a senhora falou do caráter sedutor da entrevista. Achei interessante, e gostaria que se detivesse um pouco mais na questão.

M.V. – Com respeito ao comentário sobre o ensino público e gratuito, pense que o ensino público e gratuito é um descobrimento burguês, europeu, do século XIX, para converter-nos todos em ovelhas, para sermos cordeirinhos. E sobre o caráter sedutor da fonte oral, eu me dei conta de que nós, historiadores, estamos seduzidos pelas fontes escritas, orais e numéricas. De modo que a

sedução não é apenas pela fonte oral. Acontece que a fonte oral, porque é viva, não só nos seduz, mas também, por vezes, nos vence e nos convence. Por isso eu dizia que se tem de ir com a bússola. Não se pode perder a direção, porque nós não criamos as fontes orais para sermos seduzidos, mas para serem úteis à boa História completa que queremos escrever. Como isso é impossível – não ser seduzido –, porque falamos com pessoas, não estudamos fontes, a sedução da fonte oral requer o trabalho em equipe. Porque nós, que somos talvez os que melhor podemos entender o diálogo que ajudamos a criar, necessitamos que outros escutem esse diálogo para que critiquem a fonte, a pessoa e a nós mesmos. Uma maneira para controlar a sedução é ter bem clara a direção do interesse, as diferenças, a confrontação. A segunda maneira é formar uma equipe de modo que a entrevista possa ser escutada, criticada, valorizada, melhorada. Isso implica um trabalho lento e demorado, em que diversas pessoas têm de se pôr de acordo. Penso que nessa pré-história da fonte oral, muitos de nós temos a tentação de cair na sedução. Mas esta é uma das primeiras coisas a que temos de resistir. Porque a sedução vence, não transforma.

P. – Você colocou pontos extremamente interessantes na sua exposição. Casualmente, identifiquei-me com alguns deles, pelo fato de já ter feito um estudo de entrevista com trabalhadores que estavam em processo de alfabetização, e de ter passado por toda essa dinâmica da interação, de como construí-la e fazer ouvir aqueles que não são ouvidos, mas que incrivelmente têm muito a dizer. Na medida em que se vai conversando, que se inicia uma abordagem a partir das categorias particulares dessas pessoas, do que elas colocam como relevante na própria fala, e ao se tentar explorar esse aspecto, consegue-se estabelecer um tipo de relação em que elas se abrem para

falar. Nas condições brasileiras, ao se trabalhar com analfabetos ou, no caso, com um grupo iletrado que procura se alfabetizar, depara-se, evidentemente, com a questão da identidade social deteriorada, com a vivência de alguém que tem parte da sua identidade vista pelo todo da sociedade como uma carência, como uma deficiência, como um defeito.. E o incrível nesse processo é o fato de eles colocarem toda essa vivência, inclusive até não criticarem a estigmatização que sofrem, mas por outro lado resgatarem a sua experiência como trabalhadores e se revalorizarem.

É exatamente a partir da diferença do alfabetizado que interage com o analfabeto no momento da entrevista que se constrói uma relação de igualdade que permite que esse indivíduo se revele, abrindo-se às vezes com extrema emoção, porque essa diferença é explicitada e reconhecida. Por outro lado, no que se refere à participação política desses segmentos, o acesso ao código escrito é um canal realmente importante para que possam compreender o funcionamento da ordem política em que vivem e assim contestá-la, se for o caso, dado que todo conhecimento é, em geral, produzido pela experiência. Eu gostaria que você pudesse explorar mais essa parte da interação entre pesquisador e entrevistado, até nesse sentido da sedução do conhecer o outro e, pela diferença, se reconhecer.

M.V. – Há três coisas a dizer sobre esta intervenção. Os analfabetos, como os alfabetizados, mas os primeiros muito mais, falam com tópicos, que são como cortina de fumaça, para esconder que são analfabetos. Os alfabetizados também fazem isso, porém, o analfabeto utiliza sobretudo o lugar-comum. Por quê? Para se esconder. E por que se esconde? Este é nosso problema, é o problema do alfabetizado, não do analfabeto. Não nos enganemos. A identidade social deteriorada de que falava a companheira, a estigmatização que sofrem, isto

está no alfabetizado, não no analfabeto, que sabe que não tem nenhuma identidade social deteriorada.

Vou contar uma coisa curiosa. Quando eu entrevisto analfabetos em Barcelona e lhes pergunto: "De que classe social vocês se consideram?" Uns dizem: "Normais, como os outros." Quando vou aos Estados Unidos e pergunto a analfabetos afro-americanos: "De que classe social vocês se consideram?" Respondem: "Humanos." E a França inventou para os analfabetos a palavra *illettrés* – *analphabète* tem besta, estúpido, não é alfa, beta, gama. E então preferem chamá-los de "menos válidos". Ou seja, os *handicaps* "normais", "humanos" é o que os alfabetizados projetam. Os analfabetos sabem que são pessoas humanas, normais, não são pessoas "menos válidas". Não nos enganemos: o problema é nosso.

Então, para ser democrático, para utilizar a democracia como se entende hoje, não se necessita ser alfabetizado. Não é certo que, para fazer andar a democracia, se necessite a alfabetização. Nem a cultura como a entendemos. É o exemplo típico disso é a Alemanha, o país mais culto que, no século XX, através da democracia, cometeu as maiores atrocidades. Não! Não se necessita de cultura alfabetizada para a democracia. O que se necessita é a informação pertinente, para chegar a uma justiça progressiva. Mas isto nós, os alfabetizados, não sabemos fazer, porque projetamos o estigma sobre os analfabetos. Por isso, quando se fala das diferenças, o importante são as minhas, não as deles. Sou eu que tenho de compreender o que a alfabetização fez por mim. E para isto a fonte oral é extraordinária.

P. – Eu gostaria que a senhora comentasse sobre as técnicas ou os processos de cruzamento das fontes orais, entre História Oral e estatística. Como se faz esse trabalho?

M.V. – É uma pergunta muito curta e muito difícil de responder. A estatística qualitativa fina, ao aplicar-se à

porcentagem da porcentagem, indica aqueles grupos majoritários interessantes para serem entrevistados e, ao mesmo tempo, propõe as perguntas. Por exemplo: por que havia tanta abstenção na Espanha? É uma pergunta estatística. Outra pergunta estatística: por que as mulheres que estavam no serviço doméstico eram as mais marginalizadas politicamente, as que se abstinham mais? Por que as mulheres casadas que trabalhavam nas fábricas tinham uma participação política maior que as donas-de-casa ou as empregadas domésticas? Outra pergunta: por que o casamento, nos anos 30, integrou a mulher, mais que as solteiras, no serviço doméstico? Estas são perguntas estatísticas que, na minha proposição historiográfica, são absolutamente fundamentais. Porque a maioria corresponde a esses parâmetros. Uma vez que se conheça isto, o estabelecimento da entrevista e da procura do testemunho através da fonte está muito mais dirigido e é mais concreto. Penso que esta é a resposta mais rápida que posso dar à pergunta. A estatística dá o contexto social majoritário com a porcentagem da porcentagem que nos aproxima qualitativamente do que queremos, do que é importante, e talvez ajude ao perfil da testemunha.

Outra coisa sobre a amostra, que é muito importante, é que, uma vez estabelecido o perfil teórico das testemunhas, escolhidos; praticamente, através das fontes escritas, não há substituição possível. Qualquer substituição altera o conteúdo majoritário. Uma companheira, cuja tese de doutorado sobre a dupla jornada de trabalho da mulher na Companhia Telefônica de Barcelona eu orientava, selecionou uma amostra, ao acaso, entre mulheres com filhos pequenos. Quando a Telefônica nos deu a lista, havia seiscentas mulheres, e ela só queria quarenta. De modo que se foi substituindo. Se uma mulher não aceitava ser entrevistada, substituíam-se por outra. Quando descobrimos os analfabetos, nos demos conta de que havíamos chegado

a eles e, para não substituí-los... Eu perguntei a essa moça: qual é a característica das mulheres que não quiseram ser entrevistadas e das que aceitaram? A resposta foi espetacular. Haviam aceitado somente aquelas mulheres que tinham maridos, digamos, "simpáticos", e que permitiram. Porque as mulheres casadas com maridos que as controlavam e não lhes davam tempo para a entrevista não aceitaram. Estas eram a maioria. E as havíamos perdido.

De modo que, com essa combinação de estatística com amostras sem possibilidade de substituição, a fonte oral, creio eu, é a tentativa mais imaginativa que posso encontrar para ter acesso à maioria. Mas é um trabalho lento, duro, difícil, perseverante, e requer uma equipe. E sobretudo não cair em armadilhas.

P. - Há duas frases suas fantásticas, e eu gostaria que a senhora falasse um pouco mais sobre o posicionamento teórico a elas subjacentes. Primeiro, "nós transformamos aqueles que entrevistamos". E defende a subjetividade da História Oral, ou seja, o ato de entrevistar não é uma coisa passiva, e a entrevista não é um produto somente do entrevistado. E também, "falando com os entrevistados, queremos saber quem somos nós e qual a nossa subjetividade". Alguns pesquisadores afirmam: não há informantes, ou seja, há informantes que funcionam e outros que não funcionam. Então eu gostaria que a senhora falasse o que está por trás dessa interação proposta em sua pesquisa.

M.V. – Em primeiro lugar, não falamos com frases. Isto é uma deformação da escrita. A linguagem linear, que é a linguagem oral, não é feita com frases. Sobre o aspecto de que transformamos a quem entrevistamos, vou me reportar a Danielle Voldman no *A busca da verdade*, em que ela diz haver dois tipos de testemunhas: as que fazem a história e

as que passam pela história. As que têm o poder de decidir e as passivas. E umas e outras são testemunhas. Podem ser estruturadas ou não estruturadas. O caso dos analfabetos é claramente um caso de testemunhas que passam pela história não-estruturadas. “Se, no curso da entrevista” – pergunta Danielle Voldman – “somos capazes de ajudá-los a estruturar a sua própria identidade, estamos fazendo algo que realmente transcende o trabalho do historiador?” Eu creio que não, acho que é lícito. E estamos realmente transformando a personalidade do outro, porque estamos lhe dando a possibilidade de adquirir uma identidade histórica, uma identidade pessoal do seu próprio processo histórico. Isso quanto à entrevista com os analfabetos.

E quanto à minha própria transformação, penso que uma maneira honesta é explicar qual teria sido minha transformação pessoal e falar da minha subjetividade como historiadora – subjetividade profissional, naturalmente, não pessoal, porque não vim aqui expor nada pessoal –, da transformação subjetiva da minha maneira de fazer história. É uma coisa limitada, mas que me parece importante. É no ponto em que estou agora, que também é o ponto em que está Portelli, estamos chegando à convicção de que a biografia do outro é tão interessante como a nossa, porque não existe relação entre ambas, e nem é possível entender uma entrevista sem as perguntas do historiador. De modo que estamos no mesmo barco. E temos de reconhecer que a máxima objetividade é quando se pode explicar a subjetividade detalhadamente. Não nos enganemos. Mas temos de ser capazes de explicá-la, e não escondê-la. É humilde, mas é assim.

P. – Sou uma alfabetizadora de crianças e tenho uma pergunta. Você falou em diálogo, falou na questão da história que está sendo construída, uma história sem adjetivos, e também falou na quantidade de analfabetos, bem como na sua perspectiva de que a alfabetização não

é fator fundamental para a consciência e a politização. A minha pergunta: não sendo a alfabetização essa grande arma que os alfabetizados dizem ser para o progresso, para a consciência, para o desenvolvimento, até para a evolução do homem, você acha que, pela quantidade de analfabetos que existe, não seria uma nova história a ser escrita? Eu tentei escrever para ficar mais fácil, porém é mais complicado do que imaginei. Porque tenho de sair do meu lugar de alguém que acredita na letra, na alfabetização. Você acha, então, que, nesse contato entre alfabetizados e não-alfabetizados está sendo construída uma nova história?

A meu ver, a alfabetização não é garantia de nada. Não é essa grande arma de transformação. É apenas um dos instrumentos importantes para a democratização da informação. Porque esse povo que está aí no Brasil, mais de 50% de pessoas historicamente excluídas, esse povo está escrevendo uma história. Essa história está sendo escrita, está sendo vivida e produzida. Está aí. Elege ou não elege, legítima ou não legítima, enfim, é uma história que está sendo escrita, na medida em que a gente se abre para ouvir os ditos excluídos. E essa história pode nos surpreender.

M.V. — A alfabetização é três vezes milenária. Por ser três vezes milenária, nos esquecemos para que serve. Não é uma arma. Se fosse, eu não estaria aqui como alfabetizada. As grandes conquistas da alfabetização do Ocidente, que nos fizeram o que somos hoje, são o alfabeto grego, a imprensa, a edição de massa, digamos, e agora os meios eletrônicos de produzir a escrita, que constituem uma terceira transformação.

A alfabetização permite sobretudo três coisas: primeiro, livrar a memória — é muito importante nos livrar a memória de ter de lembrar números de telefone, agenda etc.;

segundo, correlacionar várias coisas – só os alfabetizados podem coletar vários textos e relacioná-los; e depois, argumentar até o infinito. Isto é a alfabetização. Não é, pois, uma arma. Não nos enganemos. As pessoas podem estar conscientizadas sem alfabetização, mas não podem fazer essas três operações, que são, sem dúvida, uma conquista maravilhosa da humanidade. Com esta distância entre o Norte e o Sul, o que está ocorrendo é um distanciamento cada vez maior entre a maioria de nós, que acabamos sendo os analfabetos, porque temos de recorrer a gerentes, uma vez que não sabemos como funcionam as coisas. Estamos caindo em uma sociedade de gestores. E é um grupo reduzido que maneja a informação mundial. Então, a democracia tem a ver com as estruturas de poder e com a informação, não com a alfabetização – embora a alfabetização tenha permitido concentrar a informação em uns poucos pontos. Mas não nos enganemos: para a democracia, o que tem de mudar são as estruturas de poder que impedem a democratização da informação, mas que não têm nada a ver com alfabetização. A alfabetização não é uma arma, é um imenso prazer.

Eu gostaria de dizer que os instrumentos da revista *Historia y Fuente Oral* estão a serviço de todos, porque, ainda que não a tenhamos em catalão nem em português, queremos dar acesso ao mundo latino-americano. Então peço que nos mandem seus trabalhos, que serão lidos, e se forem de qualidade, nós os traduziremos e os publicaremos, como um grande serviço à comunidade de historiadores que entendem o espanhol.

P. – Eu gostaria de uma informação adicional ao que já foi dito a respeito das relações entre a fonte e a estatística. A senhora utiliza a estatística como um ponto de partida das investigações, dos inquéritos. Eu queria saber se, no tratamento metodológico da fonte oral, também é utilizada, e como isso é feito.

M.V. - A estatística permite que não nos percamos na trivialidade do individual. É a única que nos dá a segurança de que não nos perderemos na trivialidade do oral. Naturalmente, também temos usado a quantificação no estudo da fonte oral. Embora seja difícil, nós o fizemos, e o fizemos trabalhando com lingüistas. E fizemos em dois níveis. Os lingüistas nos ajudaram a formular as perguntas, de tal maneira que podíamos relacionar e comparar as respostas, e podíamos entender, do ponto de vista lingüístico, a qualidade das respostas. Não entrávamos em para que servia a fonte oral. Mas para chegar às modalidades de vivências, a como se passa a informação, a como se informa as pessoas, tudo isso depende de como se propõe a pergunta. Nós estudamos os tipos de pronomes, os tipos de palavras, a relação entre palavras, e os quantificamos. Também quantificamos os silêncios. Neste aspecto, porém, parece-me que estamos ainda na pré-história. Contudo, creio que a perspectiva de nos fixarmos no que é comum na análise da comparação de testemunhos que respondem a perguntas iguais nos ajuda a avançar bastante. O estudo dos pronomes *eles* e *nós*, nos ajuda a entender bastante qual é o mundo, *die Weltanschauung*, a maneira de ver o mundo das pessoas que entrevistamos. É isto que faz com que a fonte oral exija uma equipe interdisciplinar. Existem outras profissões muito mais qualificadas para a análise quantitativa dos textos. E não sou especialista nisso, mas trabalhava com lingüistas.

P. - Este não é o ambiente mais apropriado para polemizarmos, mas eu discordo um pouco da forma como a senhora colocou a questão da alfabetização. Evidentemente, de uma maneira geral, nós não acreditamos que a alfabetização seja condição necessária e suficiente para um avanço democrático e para uma sociedade mais

justa. No entanto, vou ler um pequeno trecho de um depoimento que me dá um sinal da profunda exclusão que o processo de analfabetismo, repetitivo nesta nossa sociedade, perpetua. Dizia uma entrevistada assim: "Eu já fui burra. Já fui burra que ninguém botava nada na minha cabeça. Mas agora, meu filho, na continuação do tempo, eu acho bonito, aprendi a falar, aprendi a me expressar nos cantos, convivendo com pessoas assim, sabe como é, as pessoas mais. Quando as pessoas está conversando assim, quando eu vou pagar a casa, que eu chego lá no escritório do dr. Romero, e vem aquelas moça, aquelas pessoa conversando, eu fico prestando atenção aos modo delas conversar, ao jeito delas conversar. Aí, eu boto na cabeça o jeito de se sentar, e tal, sabe? Eu fico olhando. Elas sabem se expressar muito bem. Eu fico assim olhando... Quando eu pego num canto, tenho que falar do jeito que aquela pessoa estava falando. Tem gente que já viu eu conversando e disse assim: 'D. Maria Gilda, a senhora sabe ler?' Eu digo: 'Não, não sei, não.' 'Porque a senhora se expressa melhor do que muita gente que sabe ler.' Eu digo: 'Não. Eu não sei juntar uma letra, não sei.'"

Então, o que é revelador da Gilda, e que eu não conhecia, porque essa realidade que ela relata é invisível para mim, é o quanto ela percebia como grave a diferença, quer dizer, como que ela diferenciava coisas que nós não percebemos, aqueles que falam de um jeito e os que não falam. Eu não conhecia isso. Para mim, todo mundo fala igual, analfabeto ou não. Eu não tinha essa sensibilidade. Ela tem. Por quê? Porque ela não sabe aquele outro jeito. Por isso ela tem essa sensibilidade. E mais: ela sabe que, quando fala, sente-se logo fora, excluída, ou seja, ela passa a exclusão e o esforço que faz de inclusão. Para mim, esse é um elemento necessário, embora não suficiente.

M.V. – Creio que estamos diante de um exemplo perfeito de sedução de uma mulher analfabeta espertíssima, que sabe que está falando com seu alfabetizador. Por favor, não me entendam mal. Eu não sou contra a alfabetização. Tenho uma admiração enorme por todos os que alfabetizam. Mas estou falando com alfabetizados, e quero confrontá-los e dizer-lhes que não sabem o que é a alfabetização. Mas eu respeito os analfabetos. O que eu não quis, profissionalmente, não humanamente, foi alfabetizá-los. Pareceu-me muito mais interessante, metodologicamente, tentar compreender o que era ser analfabeto. Mas eu me dei conta de que não posso compreender o que é ser analfabeto porque sou alfabetizada. E este é o drama dos que estão fazendo uma história escrita, e num mundo majoritária e historicamente de analfabetos. Este é um ponto que me parece central em nossa história, não só porque é majoritário, mas também porque está imbricado claramente com a democracia, com a política, com nossa maneira de vê-los e, queiramos ou não, com a imagem e com a televisão. É alguma coisa que nos domina, não nos conscientiza. Temos de dar a volta. Eu tenho exemplos de analfabetos que falam muitíssimo bem, que recitam muitíssimo bem e que não necessitam ser alfabetizados para viverem e para serem felizes. O problema da exclusão é nosso. Quando um branco não dá uma xícara de café a um negro, o problema não é do negro, é do branco que não dá a xícara. Metamos isso na cabeça. O problema é nosso, não deles.

HISTÓRIA ORAL E POLÍTICA

*Aspásia Camargo**

Nenhum trabalho pode se contentar em apenas descrever a realidade. Esse é o grande desafio que a história e as ciências sociais, de um modo geral, têm vivido – delimitar a fronteira entre o descrever e o compreender, entre o registro e o entendimento. É sobre este aspecto que vou me deter, ou seja, o *status* que se pode dar a este campo tão difícil de definir e que talvez mereça algumas considerações preliminares no sentido de estabelecer qual o estatuto da História Oral, o que significa exatamente a História Oral.

Gostaria de começar com uma provocação, dizendo que a História Oral, no fundo, é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea. E digo isso não por um gosto pelo modismo, que acho que não tenho, mas por uma convicção profunda de tentar entender a complexidade desse instrumento, as suas diversas facetas, os seus resultados inesperados e as mil maneiras através das quais este método está sendo utilizado no mundo.

*Secretária Executiva do Ministério do Meio-Ambiente, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Rio de Janeiro, além de fundadora do Programa de História Oral do CPDOC/FGV.

A diversidade, a flexibilidade e a liberdade que caracterizaram o uso da História Oral nos anos 70 foram algo muito constrangedor. Havia um mal-estar permanente quando da discussão do método dentro da universidade. Éramos vistos, no mínimo, como imaturos, e a História Oral, como uma espécie de extravagância importada, que ninguém sabia exatamente para que servia. As tentativas iniciais de se usar e discutir o método ficaram muito confinadas, tanto no Brasil como no mundo. Tivemos de criar uma associação especial, internacionalmente, para discutir o problema, e havia sempre presente a tensão do sentimento de autoperencimento. Quem somos nós? Somos historiadores orais ou profissionais que trabalham em suas áreas com temas da sua preferência e competência? Havia uma grande confusão.

Hoje eu entendo a História Oral e a interpreto como algo realmente pós-moderno. Pós-moderno por sua elasticidade, por sua imprevisibilidade, por sua flexibilidade. O nome, que é mercadologicamente muito feliz – História Oral –, é um sucesso absoluto, porque sintetiza em duas palavras toda essa diversidade. Mas é também um nome que não resiste a uma análise positivista, a uma análise formalista – é um *nonsense*, há uma contradição nos seus termos. Porque que “história” é essa? Ou bem é uma disciplina, coisa que certamente não é – não se pode dizer que uma entrevista seja uma disciplina –, ou bem é o palco da História, o palco dinâmico dos acontecimentos. Também não o é, porque o que existe é um alguém falando sobre esta história. Temos de descartar essa outra possibilidade. E é exatamente por esse equívoco etimológico que tantas discussões metodológicas se encaminharam para uma linha completamente bizantina e com conclusões, a meu ver, incômodas, com conseqüências muito importantes sobre a definição do campo, sobre a hierarquia das importâncias e das prioridades, determinando, de certa maneira, que

algumas áreas fossem eleitas pelos deuses como áreas nobres, e outras, condenadas ao esquecimento ou simplesmente ao descaso.

Na verdade, o termo História Oral esconde a real natureza da discussão inicial que tinha de ser e deveria ter sido travada. Porque essa “história oral” começou como um brinquedinho dos americanos, que descobriram o gravador, e o gravador – uma realidade tecnológica irrecusável – tornou realmente possível o registro de coisas que antes não eram registráveis. Evidentemente, os americanos, bem empíricos e objetivos, mas também muito voltados para o aqui e agora, simplesmente pegaram o gravador e saíram gravando tudo: de Frank Sinatra à história das lideranças locais, acontecimentos, festas de fins de curso... Em suma, eles se apropriaram, inicialmente, da História Oral como um mecanismo comunitário – isso é muito interessante – “à la Tocqueville”, como uma espécie de instrumento na sua tradição de autogoverno, de consciência comunitária e de identidade local. Não há nada contra isso. Apenas aqueles produtos que hoje nos são dados a conferir não são produtos que possamos considerar como dignos da palavra História Oral. Por outro lado, a sofisticação européia criou um antídoto contra a utilização desse instrumento porque, tendo em vista as grandes teorias, a grande bagagem filosófica que marca a tradição européia das ciências sociais, esta extravagância americana era, no mínimo, inaceitável, e foi considerada uma experiência de segunda classe, que não merecia ser levada em conta. Pelo menos até os anos 70, acho que se pode dizer que as coisas se passaram dessa maneira.

Na verdade, o que está em jogo é que todo o posicionamento da comunidade acadêmica em relação à História Oral veio muito dessa necessidade inicial de definir uma postura a favor ou contra. E também, de certa maneira,

de escalonar a História Oral dentro de uma hierarquia de conhecimento que parecia ser realmente de segunda classe. Então, obscureceu-se a discussão – que eu acho fundamental – sobre a verdadeira natureza disto que começou com um gravador e que hoje nós consideramos que pode estar em vias de se tornar um método. Quais as possibilidades de se definir concretamente este instrumento e os seus resultados?

Em primeiro lugar, há uma fonte. O mínimo que podemos dizer é que a História Oral é uma fonte, um documento, uma entrevista gravada que podemos usar da mesma maneira que usamos uma notícia de jornal, ou uma referência em um arquivo, em uma carta. Tendo em vista que as cartas tiveram o seu período esgotado, ninguém mais escreve carta. O fax mudou um pouco isso, e talvez ainda tenhamos a possibilidade de montar um arquivo de fax, mas... o fax apaga. Por enquanto. Podemos tentar melhorar a qualidade técnica do processo, mas esse ainda é um problema grave do fax. De qualquer maneira, a tendência é para que cada vez mais os instrumentos orais e visuais se substituam, até porque tivemos um deslocamento da comunicação da área da escrita – o McLuhan já explicou muito bem a consequência dessa mudança para o oral e para a imagem. Este é outro ponto importante na discussão da História Oral: se também a imagem não pode ser apropriada como um instrumento tão valioso como o que utilizamos da gravação.

Quanto a esse aspecto, acho que não há discussão possível. E pensar se a História Oral é objetiva ou não, seria realmente pouco relevante, na medida em que nenhuma fonte é objetiva. Toda fonte, em princípio, é provida de objetividade, mas é também um fator de desconfiança e, evidentemente, pode ser um indutor do equívoco. A segunda possibilidade – e essa é inegável – é a História Oral como técnica. Uma vez que temos o

gravador como instrumento, o que podemos fazer para obter informações fidedignas? Antes fazíamos anotações, e na maioria das vezes não havia condições de reconstituir perfeitamente o discurso enunciado. Então, lutar contra o gravador e contra as suas enormes facilidades seria uma tolice. Nesse sentido, acho que a técnica tem também a sua legitimidade indiscutível.

Mas o grande problema é saber de que maneira usar objetivamente esta técnica e esta fonte, e se elas podem eventualmente se converter em metodologia. Metodologia aqui entendida como um conjunto de procedimentos articulados entre si cuja finalidade é obter resultados confiáveis que nos permitam produzir conhecimento. Considero a idéia de produzir conhecimento muito importante, e, decisivamente, este é um problema grave na discussão da História Oral. A meu ver, a História Oral jamais deveria ser pensada como ciência nesse sentido. Em primeiro lugar, porque, mesmo em relação às ciências sociais, esse estatuto "científico" é cheio de reservas. Em segundo, porque talvez seja parte do processo pós-moderno a liberdade de aceitar que há disciplinas de conhecimento que não são necessariamente científicas, e que o conhecimento não se confunde e não coincide necessariamente com a ciência. A ciência é uma das formas possíveis de conhecimento. Vemos aí que a filosofia está de volta. Ninguém, em sã consciência, pode negar a importância da filosofia. Só que a filosofia, por definição, não é ciência. Então, este é outro ponto importante, ou seja, o que é passível de conhecimento e que não é necessariamente científico.

De qualquer forma, temos de enfrentar essa prova de fogo da questão da objetividade. Porque paira no ar e é um mote permanente a idéia de que a História Oral não é objetiva, não é confiável, e que temos de usá-la com muitas reservas, pois esse tipo de informação pode nos induzir em

erro. Gostaria de mencionar algumas questões que mereceriam um aprofundamento, mas que são importantes de ser apontadas como fatores que, de certa maneira, nos libertariam deste mito da não-objetividade e dariam à História Oral a confiança para que todos possamos trabalhar em paz, sem termos de estar explicando como conseguimos os dados e se estes são fidedignos.

Em primeiro lugar, nós não trabalhamos apenas com uma entrevista. Até podemos fazê-lo, considerando a entrevista como unidade de análise, uma biografia ou algo assim. Mas a História Oral como metodologia e como fonte envolveria necessariamente um conjunto de entrevistas. Conjunto este submetido a uma amostragem expressiva, selecionada, através da qual os suportes essenciais daquele universo em análise estariam presentes. A idéia de escolher qualitativamente tem muito a ver com a antropologia. Já em algum momento uma colega querida, Lígia Sigaud, definiu a idéia de que estamos trabalhando com atores que são suportes da ideologia da sua classe, portanto, estamos partindo da idéia de que nenhum ator pode mentir quanto à sua verdadeira natureza; pode mentir no varejo, na interpretação de um fato ou de outro, mas não pode mentir no que diz respeito à sua relação com o mundo, com o seu trabalho, com a história, com os acontecimentos dos quais participou. Com isso, estamos querendo dizer que esta amostragem é a garantia da qualidade do produto.

Um segundo aspecto importante, oferecido por Daniel Bertaud, e que é brilhante, é a idéia do ponto de saturação. Nós começamos a fazer entrevistas e, em determinado momento, esgotamos aquele universo. Quando começamos a repetir a informação, é o sinal de que aquele circuito de informação se esgotou, que já sabemos tudo o que podíamos saber. E é também um sinal de que este campo que foi criado artificialmente, através da entrevista, tem

a sua lógica. É esta lógica que deve ser trabalhada, e não apenas a informação pontual que os documentos oferecem.

Outro ponto bem pós-moderno é a questão da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade. O que colhi da minha experiência é que a metodologia potencial ganha quando somos livres. Livres para usar instrumentos, procedimentos, abordagens diferentes. E que ela perde muito quando se tenta seguir uma receita de bolo, o que aliás foi um grande investimento no início da História Oral. Havia especialistas que davam cursos de metodologia para dizer o que se devia ou não fazer, como se ligava o gravador, quando desligar etc. A meu ver, essa receita de bolo mais prejudica do que ajuda porque, na verdade, o que dá a potencialidade do método é a capacidade de usar um pouco da metodologia antropológica. E eu quero falar especialmente sobre a história de vida, um pouco da disciplina do historiador, que é aquele detalhismo, aquele levantamento preciso das informações e das fontes, a congruência do fato, que constitui, no fundo, o suporte da entrevista.

Evidentemente, existe uma dimensão psicanalítica da maior importância, e que deveríamos aprofundar muito mais, que é o método dialógico da relação entre o entrevistador e o entrevistado, carregada de emotividade e de subjetividade. E eu ousou achar, sempre dentro dessa mesma idéia pós-moderna, que tal emotividade ajuda a entender, em vez de atrapalhar, desde que não sejamos possuídos, ingenuamente, pelos nossos próprios sentimentos. Acho que a emotividade é parte de alguma coisa que nos aproxima do nosso objeto, que pode, de certa maneira, permitir que esse objeto seja desvendado, e não obscurecido. Como educar essa postura? Ela não é parte do problema da História Oral. É parte, sim, do campo intelectual, do campo de formação profissional que vai nos fazer confrontar o nosso produto final com o produto final

de colegas que têm outras idéias e mesmo outras ideologias. E vamos ter de passar pelo crivo da realidade, que vai ser o elemento aferidor da real contribuição que este material nos permitiu produzir. Em outras palavras, é importante frisar que o que dá legitimidade a este procedimento não é uma eventual preocupação com as formas e os meios, mas o seu produto final. Ou seja, se ele se sustenta ou não diante da realidade.

Evidentemente, o método psicanalítico nos leva também, de certa maneira, a consolidar uma aliança entre História Oral e história de vida. Isto foi muito importante na montagem do Programa de História Oral do CPDOC, porque nos pareceu desde o início que havia uma espécie de sinergia, de potencialização e complementaridade entre esses dois métodos. A história de vida era usada pela antropologia também com mil restrições, e houve um momento em que se interrompeu a sua utilização, por ser considerada um método não muito objetivo. Mas no momento em que o gravador passou a permitir o controle do material, esta sinergia deu uma objetividade tanto à História Oral via história de vida quanto à história de vida via História Oral. E o que me parece extremamente importante é que isto permitiu trabalhar-se com trajetória. É um campo que me interessa muito no qual estou intensamente envolvida no sentido de que a História Oral ajude o pesquisador a constituir uma biografia diferente das que vinham sendo feitas até hoje. Com este objetivo, estamos tentando sofisticar a técnica da biografia, que é algo muito livre, muito literário, mas que pode realmente passar pelo crivo da longitudinalidade. Assim, criamos a possibilidade de fortalecer o método de História Oral, pela potencialidade que ele tem de fazer um controle objetivo dos fatos e das interpretações destes através da coerência longitudinal, temporal, e não da coerência horizontal, transversal. Em outras palavras, o que dá ao pesqui-

sador a certeza de que o que ele está produzindo é verdadeiro ou falso é a possibilidade da coerência interna do discurso enunciado segundo a lógica da trajetória do entrevistado. Ou seja, quanto mais investirmos nessa longitudinalidade – e isso foi muito importante no trabalho que fizemos sobre elites políticas –, mais confiável será o produto que estaremos colhendo. Se vamos buscar informação aqui e ali em torno de uma temática muito especializada e muito confinada, a capacidade de erro torna-se maior. Porque o que permite produzir informação de qualidade é exatamente a profundidade da relação dialógica que se trava entre entrevistador e entrevistado, e que produz os dados com o controle da sua própria consistência. Isto significa que quanto mais eu trabalho a biografia pensando na cronologia, quanto mais eu coordeno a biografia com a cronologia, mais eu produzo informação fidedigna.

Talvez muitas pesquisas de importância em História Oral não tenham utilizado esse método. É uma questão em aberto. Apenas me parece extremamente importante que se pense o ator político nesta lógica do seu próprio desdobramento.

O ponto central da questão é o problema da lógica da memória, ou seja, se essa memória é confiável ou não, se produz verdades ou mentiras. O que se pode dizer, e que é meio óbvio, é que ela produz ao mesmo tempo verdades e mentiras. Mas não é isso o que nos interessa. O que nos interessa é a capacidade de entender mentiras repetidas, porque se vários atores mentem da mesma maneira, deve-se pensar que esta mentira é importante. Por outro lado, a verdade é um pouco como a criminalística, como um depoimento policial: a verdade encaixa, enquanto a mentira pulveriza, desarticula. Portanto, se, falando com muitas pessoas, eu consigo construir uma versão que se sustenta, posso dizer que esta versão tem boa chance de ser

verdadeira. E se as versões não “colam”, se conduzem a pontos contraditórios e incoerentes, posso dizer que não consegui decifrar o meu enigma.

O que estou defendendo é a idéia de que o campo metodológico de referência básica da História Oral é, de certa forma, uma visão impressionista e uma visão fenomenológica, porque o que a História Oral nos permite é exatamente dar à fenomenologia uma consistência empírica que ela não tem, por se tratar de uma referência filosófica. E eu ousa dizer que os livros que estamos publicando e alguns ensaios de entrevistas, abordagens e uso da História Oral nos oferecem essa possibilidade de entender o ator por dentro, no cerne da sua cultura política, e uma cultura política em movimento. Este é o ponto central. A meu ver, o método ganha muito quando sabe entender a natureza dos silêncios que se criam, das incoerências, e sobretudo quando trabalha em um campo e com um objeto de estudo que se presta à potencialização de duas qualidades básicas: a sincronização das informações e a condensação. Isto significa que seu uso possibilita a compreensão de sistemas e realidades muito complexos, que fontes tradicionais, especializadas e fragmentadas, jamais conseguiriam entender. Ou seja, para os campos virgens do conhecimento, aquelas áreas de que não se dispõe de conhecimento acumulado, e que são importantes, que se identificam com atores estratégicos em determinado momento, ou sobreviventes, ou simplesmente atores que estão em processo, constituindo um determinado campo, podemos dizer que esta metodologia é melhor do que as outras, porque nos permite entender tudo de uma vez, ao invés de procurarmos um por um os fragmentos de uma compreensão especializada. Quanto mais nos especializamos, mais perdemos. Porque é o princípio de totalidade que comanda o objeto e a metodologia. Assim, quanto

maior a consciência da necessidade de compreensão da totalidade do campo, em luta contra a fragmentação da especialidade, mais poderemos avançar. Isto não significa que a especialização não seja importante. Significa que em algum momento existe um princípio de economia que é o seguinte: eu preciso obter rapidamente o máximo de informação possível sobre determinado campo, e não fragmentá-lo em vários pedaços, sob o risco grave de perder a visão de conjunto.

Há um segundo aspecto importante: além do mito da não-objetividade, criou-se também o mito de que a História Oral destinava-se apenas e exclusivamente a entender os esquecidos, os silenciosos, os vencidos, os derrotados, e que os vitoriosos não mereciam qualquer complacência. É óbvio que os esquecidos são objeto importante da História Oral. Não há dúvida sobre isso. Temos inúmeros exemplos de estudos e informações relevantes que surgiram dessa abordagem, dessa premissa. Mas o que queríamos sublinhar aqui é que o que faz essa metodologia tão boa para discutir o esquecido não é simplesmente uma opção preferencial pelo esquecido, pelo derrotado. Não. É porque o derrotado, por ser derrotado, não constrói as suas fontes, e portanto é submetido a uma espécie de pacto do sigilo. Mas se pensamos que o sigilo é uma categoria mais abstrata do que o esquecido, podemos inferir que existem áreas absolutamente fundamentais – que a Escola de Chicago, aliás, já mostrou, e que a antropologia, em geral, penetra com muito mais competência do que outras disciplinas – em que poderíamos usar essa mesma categoria. Áreas que representam realidades compactas, que têm uma certa organicidade.

Pode-se introduzir também a variável criminal. Tenho absoluta certeza de que, se por uma razão fortuita – e a História Oral vive de razões fortuitas – os nossos bicheiros quiserem falar, ou porque acham que falar é melhor do

que ficar calado, ou porque acham que chegou a hora, ou porque, por alguma estranha razão, algum historiador de plantão teve acesso pessoal a essas criaturas, certamente a História Oral se constituirá em uma metodologia muito superior à utilizada na edição dos jornais e revistas. Quem duvida disso? Eu ousa até pensar que o jornal se revelará uma fonte altamente incoerente, com inconsistências lógicas fantásticas nas informações veiculadas ao longo do tempo, e que a História Oral se tornará o nosso instrumento combativo.

Evidentemente, ao fazer esta defesa, eu gostaria de trocar algumas idéias sobre este campo tão especial que é a política, lembrando que, quando começamos, estávamos desbravando uma área proibida, estávamos fazendo realmente uma coisa muito esquisita: estávamos entrevistando políticos da década de 1930. Nada parecia mais extravagante do que isso naqueles anos de 75, nos quais o Brasil começava a sentir que se abria uma pequena brecha de ar puro no sistema autoritário, e que a democracia talvez estivesse ao nosso alcance. Entrevistar aqueles velhos autoritários, que melhor seria fossem esquecidos, era uma extravagância. E aí entram realmente os casos fortuitos que nos dizem algo que, quando começamos, não sabíamos que estávamos começando por causa disso: era a vontade que esses atores tinham de falar que nos estava dando a oportunidade de registrar esses depoimentos.

O problema da política, naquele momento, colocava-se de uma maneira muito genérica – esta é uma questão que temos de enfrentar internacionalmente, para o que já contamos com a cumplicidade de Mercedes Vilanova. Na verdade, o crescimento da história dos costumes, da história social, deu-se num embate contra a história política, especialmente a história carismática dos grandes líderes. E foi exatamente por aí que começamos.

Nós queríamos os grandes líderes mesmo. Mas que diabo vamos fazer?! A história tradicional? Isso é a contramão da história! A equipe era interdisciplinar, o que foi importantíssimo. Mas, sobretudo, estávamos trabalhando com o preconceito; o preconceito contra a política, contra a idéia de que a política não oferecia dados importantes para o entendimento da realidade social, e que era muito mais importante entrevistar quem estava embaixo do que quem estava em cima. A meu ver, esta é, na verdade, uma versão de direita. Porque não é possível que possamos achar irrelevante saber como o poder se comporta, como se organiza, como decide. Se nós, que estamos embaixo recebendo todas as conseqüências das decisões do poder organizado, não quisermos saber como esse poder funciona, somos, no mínimo, alienados, no sentido etimológico da palavra. Nós precisamos saber também como essas coisas funcionam. Este é um lado que extrapola a consistência da informação e passa a ter a ver com a importância da informação.

Nossa abordagem foi muito condicionada pela idéia de que íamos descobrir 1930 no ocaso de 1964. E que eram os atores no ocaso que poderiam refletir uma realidade que vinha de muito antes e que desconhecíamos por falta de fontes. Nossas fontes eram precárias. Na era desenvolvimentista, ninguém achou importante saber como tudo começou, e a nossa história tinha realmente um grande vazio, que era a ignorância de como esse campo foi organizado e de como ele funcionou. Então, uma frase consagrou a idéia de que 64 foi o Estado Novo da UDN. Uma frase dita por Tancredo Neves que, a meu ver, vale vários livros acadêmicos de grande fôlego. Com esta frase, ele conseguiu condensar algo que nós não percebemos na época. Hoje estamos absolutamente convencidos de que essa matriz básica dos anos 30, que não conseguimos decifrar, era, na verdade, a mesma

matriz básica dos anos 64, com algumas adaptações. Mas ela só ficou perceptível e comparável a partir do momento em que essas entrevistas foram obtidas, e as informações, organizadas.

As variáveis que utilizamos eram simples, mas foram fundamentais nessa tentativa de organizar, articulada e consistentemente, a análise de trajetória. Partimos da idéia de que tão importante quanto conhecer os processos decisórios era conhecer a natureza do ator que estávamos entrevistando. Com isso, a História Oral seria beneficiada pela história de vida. Por quê? Porque teríamos o controle dos *baixos* na medida em que soubéssemos de onde saiu aquele ator político, de quem ele era tributário, de que cultura política, de que fontes, de que influências, de que livros, de que idéias. Tudo isso seria o nosso material, a nossa matéria-prima de controle objetivo das informações que eles iam nos dar, e dos acontecimentos e fatos que eles iam nos descrever. E quais foram essas categorias? Em primeiro lugar, a origem familiar. Nós precisávamos saber quem eram essas pessoas. A segunda categoria foi a formação educacional e cultural. Que idéias, que pessoas, que influências regionais estavam subjacentes à origem familiar e à formação educacional e cultural. Em terceiro lugar, a socialização política. Como aquele ator entrou em contato com o mundo da política, por que canais.

Hoje, dispomos de um material extraordinário que nos permite, por exemplo, entender a origem daqueles gaúchos que fizeram a Revolução de 30. Parceiros por décadas nas universidades, nos grupos de contestação das guerras civis no Rio Grande, tudo isso formou o pensamento e criou uma cumplicidade extraordinária entre esses homens, que foram, durante 50 anos, lideranças da maior importância no cenário nacional. Mas esta abordagem nos permite diferenciar também os atores da guerrilha, por exemplo, e

que a professora Alzira Abreu desvendou. Alunos do mesmo colégio, ouvindo os mesmos professores, lendo os mesmos livros, e que foram fazer a guerrilha urbana do final dos anos 60. Por esse caminho, começa-se a formar a matriz de elites políticas, de grupos estratégicos. É fundamental saber hoje onde essas pessoas estão, o que estão fazendo, se se converteram, como os *hippies* americanos, em *yuppies* ou não, se fizeram uma relcitura daquele momento e estão se reinserindo no processo político de outra maneira. Enfim, é um objeto da maior importância, porque nos permite uma avaliação de conjunto e comparações entre blocos que podemos identificar dentro de uma matriz maior, que seriam as elites políticas dos anos 30 e as suas variantes até os nossos dias. Isso nos permitiu ver também, por exemplo, que essas elites políticas jamais foram afastadas do poder. Coisa muito curiosa, mas, se não fosse a História Oral, jamais teríamos percebido que a geração de 45 foi assassinada pela força dos golpes, ou pela sua própria incompetência, ou pela força da outra, e que na verdade nós ficamos, até 1989, sob o comando ideológico e operacional dessa mesma elite. O que era Geisel senão um tenente dos anos 30, da Paraíba? O que era Tancredo Neves senão um belíssimo exemplar do getulismo? Portanto, podemos dizer que esta coisa genérica que nós chamamos de era getuliana se prolongou até 1989. E o que nos permite dizer isso não é uma espécie de adivinhação ou de capricho, mas o fato de que estes atores estratégicos tiveram a sua trajetória nitidamente prolongada até este período.

Depois da socialização política, temos o batismo político. Queremos saber como essas pessoas entraram na cena política. Pode ter sido a Revolução de 22, os movimentos tenentistas do período, a Coluna Prestes, pode ter sido a Revolução de 30, um movimento armado, talvez a Constituinte de 34... E essas experiências fazem diferença. Ninguém passa impunemente por uma luta armada. Ficam

traços, marcas indeléveis no processo político. Então, a idéia era de que o batismo político constituía um elemento importante de definição desses atores. Como também a sucessão de cargos que cada um exerceu, a sua natureza, a sua lógica interna e a explicação que nós poderíamos encontrar para esses desdobramentos. Atores consistentes, atores inconsistentes... Temos, por exemplo, um Oswaldo Aranha, que começa como um revolucionário, vai ser ministro da Justiça, depois, da Fazenda, Relações Exteriores... É necessário desvendar o que isso significa, qual é a lógica desse processo. Por que alguns desses atores se locomovem com desenvoltura, com certa vulnerabilidade, e outros se assentam em determinado lugar e não largam o posto?

A dialética do público e do privado também é relevante. Porque nós achamos que a História Oral talvez seja o instrumento mais poderoso para entender esta estranha cumplicidade que a política produz com extrema competência, que é a capacidade de transformar, como se fosse um forno ou uma usina, o interesse privado em interesse público, e vice-versa. Está também aí a dialética desse processo que tanto intriga os políticos, uma vez que a política é uma atividade que necessariamente tem a ver com a legitimidade e com o poder, com a força. Então, é exatamente o interesse público, de um lado, e o privado, de outro, que fazem um pouco, a meu ver, a contrapartida natural desses segmentos, desvendando a legitimidade, que é o público, e o poder, a dominação, a força, que é o privado. A violação do pacto que permanentemente é transgredido.

Finalmente, a consagração. Em algum momento, os políticos que constituem o cerne dessa elite têm alguma coisa espetacular para oferecer. E analisar esse espetacular, somar esse espetacular com outros espetaculares é um caminho igualmente importante no desvendamento da lógica dessas trajetórias políticas. A rede de pares e de

influências, e a personalidade política vão configurar também o conjunto desse processo. E eu partiria aqui da constatação óbvia de que a natureza da personalidade política dos quadros essenciais de uma elite política tem a ver com a natureza do sistema político. E o que é personalidade política no Brasil não o é necessariamente na Espanha. Então, saber o que faz, o que define essas personalidades políticas significaria, talvez, dispor de um poderoso instrumento de análise comparada dos sistemas políticos, na medida em que cada um desses processos seria desvendado pelo grau de institucionalidade do sistema, pela natureza, pelo fechamento ou abertura dessas elites. Em suma, pela maneira através da qual essas elites se inserem no bojo da sociedade e do processo produtivo.

Para concluir, vale mencionar alguns exemplos de aspectos verdadeiramente importantes que emergiram desse conjunto de depoimentos. Em primeiro lugar, a idéia das matrizes comparativas, 30-64, e a constatação de que o fio condutor, o elemento central de unidade de uma e outra foi algo muito controvertido e, pode-se dizer, mesmo marginal: o movimento tenentista, o movimento dos jovens militares. Os tenentes de 30 foram os generais de 64. E por vezes as mesmas figuras. A meu ver, esta é uma prova cabal de que os sistemas realmente se interligam, e funcionaram na história brasileira como vasos comunicantes inseparáveis em momentos distintos.

Outro ponto de interesse provém de uma entrevista de Afonso Arinos. A qualidade do material nos permite entender as cumplicidades da genealogia mineira e da genealogia política brasileira – as cumplicidades, as trocas, o estar acima de. E isto está muito bem colocado como uma situação que contradiz um pouco a matriz do discurso básico, que é a perspectiva de que Afonso Arinos foi um político comandado pelas idéias, das quais a política

foi uma espécie de consequência natural e fortuita. O que se vê aqui é a enorme autonomia das relações pessoais e das genealogias políticas e sociais na combinação, na articulação das coalizões, no processo decisório, enfim, na definição do próprio processo político.

Coisas interessantes sobre os gaúchos também apareceram nesses depoimentos, como a importância capital da cultura política gaúcha no processo político, na matriz básica da era getuliana. Dado que, por vezes, ao lado das memórias, evidentemente, revela bem mais do que muita pesquisa histórica tradicional que foi feita e que passou ao largo dessas características, dessas qualidades. E questões curiosíssimas, sobre a mobilidade geográfica das elites brasileiras na República Velha. Dificilmente algum de nós terá tido a percepção de que estas elites andavam – eu não sei como, porque o meio de transporte que havia era o cavalo, ou então o navio – de um canto para outro, com uma desenvoltura inacreditável! Eu tenho até tendência a pensar que isso se deve um pouco à tradição do Império, em que o imperador, ao nomear os seus presidentes de província, promovia um verdadeiro troca-troca: quem era paraense, ia para São Paulo, quem era de São Paulo, ia para outro lugar... Enfim, ficou essa tradição. E é espantoso notar que, nesse conjunto de depoimentos, também os pais dos entrevistados e as demais pessoas se locomoveram milhares e milhares de quilômetros, saindo de estados do Norte, do Nordeste para o Sul, e vice-versa. A impressão que se tinha era de um universo muito mais parado, congelado do que esse que as entrevistas nos revelam.

Outra questão surpreendente é a tipologia das lideranças políticas. Nós ouvíamos os nomes dos personagens, sem saber às vezes exatamente o que eles significavam. Por exemplo, Rui Barbosa e Pinheiro Machado foram personagens que tomamos como outros quaisquer. Mas à força de serem repetidos como pontos de referência centrais na

formação política desses atores fomos levados gradualmente a perceber duas coisas: em primeiro lugar, que eram matrizes formadoras de elites, através das suas ideologias, das suas posturas; segundo, mais do que isso, eram matrizes conflitantes. A linhagem do Rui Barbosa deu um certo tipo de político, que foi parar na UDN, ou que teve amores ocasionais ou temporários pela UDN; e políticos saídos da matriz do Pinheiro Machado tinham aquela característica bem gaúcha, bem intervencionista, bem caudilhesca, que também marcou um pouco a trajetória das nossas elites. No conjunto de atores de 30, podemos também notar esses aspectos. A idéia de um gaúcho que é missioneiro, influenciado pelas ideologias jesuíticas, tipo Getúlio Vargas, silencioso, grande negociador, grande articulador, mas também solerte, também perigoso nesse sentido, e o extrovertido da fronteira, tipo Oswaldo Aranha ou Flores da Cunha, com emoções mais soltas, mais sincero, mais aberto. Isso acaba constituindo realmente uma matriz básica de comportamento que eu acho que tem muito a ver com a natureza desse sistema político e com a forma como esses atores se comportaram ao longo do tempo.

Houve coisas curiosas. Uma vez feito um extenso banco de dados sobre esses atores, no CPDOC nós percebemos também que alguns elementos emergiam naturalmente do processo. Assim tivemos dois livros, dois trabalhos importantes que foram subproduto dessas entrevistas. Por quê? Porque, obsessivamente, ao longo das gravações, apareciam alguns personagens, a exemplo de Getúlio Vargas, sobre o qual todos falavam, todos tinham opinião, todos tinham algo a contar. Evidentemente que cem, duzentas entrevistas fornecendo esse tipo de material atestam uma consistência interna que torna possível a sua organização. Da mesma forma, uma coleção de estudos sobre a história da Paraíba, no Nordeste do Brasil, fez despontar, ao longo das entrevistas, um

personagem carismático local que se chamava José Américo. E através dos depoimentos e das narrativas de acontecimentos, de atores, de conflitos que se passaram na região, foi possível fazer, talvez, a mais consistente reconstituição da história política da Paraíba dos anos 30 para cá. E o que teria resultado em uma enorme complicação para reconstituir esses dados e esses arquivos que não existiam, passou a ser um ponto de referência importante para trabalhos futuros.

Finalmente, é preciso mencionar também as imprevisibilidades do processo. Em uma entidade que se chama Fundação Getúlio Vargas, um programa sobre elites políticas da era Vargas tinha tudo para gerar um material suspeito. E na verdade aconteceu uma coisa curiosíssima. Não sei se por conta da nossa vontade de sermos objetivos, ou se por conta do talento dos que inventaram a Casa, pensando que a era Vargas era uma era de muitos conflitos, e não pretendendo fazer da instituição uma casa de culto de personalidades, talvez por essas coisas todas foi possível que fizéssemos um enorme investimento nos inimigos de Getúlio Vargas. Depoimentos com muitos de seus opositores, alguns que em determinado momento foram até amigos, nos permitiram, de certa maneira, decifrar o enigma dos conflitos e das contradições do período. Porque, na verdade, ao obter as versões dos dois lados, nós pudemos muitas vezes confrontá-las e, para nossa surpresa, tivemos revelações importantíssimas que coincidiram. Por exemplo: ambas as vertentes chegaram à conclusão de que o segundo governo Vargas foi um governo muito fraco, que ele estava velho, cansado, abatido, e que a sua tentativa de reeditar o período glorioso dos anos 30 não tinha mais consistência. Ora, esta é uma versão que colide com a maior parte das biografias sobre esta fase, que, sob certa ótica, correspondeu a um período glorioso,

um período espetacular, em que se deu a criação da Petrobrás etc. O próprio suicídio é uma página tão dramática e singular não só da história brasileira como da história do século XX que destaca o período, aos olhos inadvertidos, como o ponto culminante da era getuliana. Mas os atores contemporâneos, os que eram a favor e os contra, interpretaram de outra forma e, a meu ver, nos deixaram uma reflexão muito importante sobre a verdadeira natureza desse sistema, desse processo decisório e dos próprios atores que estiveram envolvidos no segundo governo Vargas.

Retomando a questão do jogo da política, bem como do jogo do bicho, vê-se que a parentela, as redes de relações, as cumplicidades, os interesses comandam tudo. E temos, então, uma etnografia muito importante das cumplicidades. Não sei quantos trabalhos isso propiciaria. Também não sei se os pesquisadores que pretenderem usar esse material não vão se sentir frustrados, porque sempre irá faltar alguma informação. E esse é um ponto fundamental. Como nós partimos da idéia de que o CPDOC é um centro de documentação, a grande questão a ser pensada é se a idéia de documentação é realmente adequada para tratar com a História Oral. Porque a documentação remete a uma certa operosidade, a uma certa capacidade de organizar e de, aparentemente, classificar o que se quer obter, bem como o que não se quer, o que é duvidoso. Então, nós sabíamos o tempo todo que devíamos fazer incursões mais insistentes sobre a família, sobre a mulher do político, aspectos que muitas vezes foram naturalmente registrados, mas que outras não tiveram a mesma atenção. Essa idéia de partir da documentação construída de maneira mais rigorosa, através da metodologia mais consistente, é, a meu ver, um grande desafio que temos pela frente. Como é também um grande desafio que estamos compartilhando

com outras áreas a idéia de que esses depoimentos registram fatos e registram versões, e que, como alguns políticos brasileiros nos advertem, a versão, de modo geral, é muito mais importante do que o fato.

P. – Eu gostaria de fazer dois comentários que se desdobram em perguntas. O primeiro é sobre os riscos de se aceitar a História Oral como um lugar alternativo, na medida em que sentimos a falência de certas especificidades, quer seja da história, da sociologia, da antropologia, e que se cria um espaço novo, que seria a História Oral. Por outro lado, é importante lembrar que isso acarreta certos riscos, como o de anexarmos a História Oral a um processo pós-moderno ou pós-histórico ou pós-estruturalista, e assim continuarmos esvaziando as possibilidades de se constituir, futuramente, um espaço mais orientado, com procedimentos mais definidos e mais capazes de superar alguns esvaziamentos que a própria multidisciplinaridade tem proposto. Ou seja, a multidisciplinaridade que se advoga, quase sempre muito periféricamente, de maneira bastante ingênua, acabou por esvaziar a história política e a história econômica, colocando no lugar uma história dita social, quase sempre preocupada com cem anos, e não temos mais os processos pontuais, não definimos mais quais os momentos de corte, os momentos de mudança. O que, evidentemente, levou a uma transformação do conceito de história como um todo, e começamos então a estudar sexualidade, imaginário, representação, enfim, o que se chama cotidiano, bem como alguns aspectos bastante secundários do que seria o objetivo de uma história mais participante, mais militante, mais útil, que acabou se esvaziando.

A minha pergunta, nesse primeiro universo do risco, está exatamente em se não estaríamos simplesmente criando, com a História Oral como este outro lugar de união de várias

áreas, mais uma válvula para o esvaziamento das próprias questões que são pertinentes a uma cultura que se redefine depois do computador, depois do gravador, depois do fax, enfim, de todos os mecanismos modernos para se pensar a história, inclusive a própria leitura historiográfica.

A.C. – No início, tínhamos uma grande dificuldade de pensar na idéia de fazer um manual, por um certo preconceito contra o que chamei de receita de bolo. Mas a situação era a seguinte: muitos grupos de universitários, de pesquisadores vinham nos procurar para saber como se faz. É lógico. Eu também, quando comecei, se tivesse alguém que me dissesse como é que se fazia... Naquela época não havia muitas pessoas envolvidas com a História Oral. Nós fizemos uma pequena reunião internacional no Brasil, que nos deu um quadro mais ou menos interessante, mas não tínhamos mais do que aquilo. Então, tivemos de quebrar a cabeça, e não tínhamos onde nos segurar. Se fosse hoje, obviamente, íamos querer saber os procedimentos adotados pelas pessoas que já estão trabalhando com História Oral há algum tempo. E esse manual feito pela Verena Alberti, que aproveitou todas as experiências do grupo, foi muito útil, porque permitiu que hoje as pessoas venham ao CPDOC para nos visitar, para trocar idéias, não mais necessariamente como afogados, querendo saber como se faz. Está lá o que fizemos. É lógico que as pessoas, ao lerem a experiência, ou mesmo ao fazerem o seu próprio trabalho, podem ter idéias divergentes e que podem até ir em sentido oposto. Nesse ponto, sou um pouco anarquista. Acho que as regras são feitas para se transgredir. Quer dizer, a normatização existe para tornar a transgressão mais profícua, para não virar anarquia plena. Simplesmente para poder quebrar os tabus. Eu acredito profundamente nisso.

Quanto à imagem, acho que é um caminho, um enorme espaço para ser construído, e importantíssimo. Há pouco tempo, nós discutimos no Ceará uma pesquisa fascinante sobre a Maria Luísa Fontenelle através de fotos. Que coisa interessante! Foi possível detectar a ruptura que a experiência administrativa da Maria Luísa estava provocando no Ceará através das fotos e do que as fotos traziam de inovador no mundo da imagem política. Da mesma maneira, estão fazendo um estudo da era Collor através de fotos. É tão óbvio isso, o fato de se ver coisas extraordinárias sem falar uma palavra! Pode-se até falar, mas falar da imagem que está ali, não do discurso prévio que se tem.

Eu gosto sempre de citar que, para mim, o maior historiador oral do Brasil chama-se Eduardo Coutinho. Eduardo Coutinho fez *O fio da memória* e, antes, *Cabra marcado para morrer*, que eu considero um manual vivo da história oral de imagens. Por quê? Porque, na verdade, não é um cineasta que está filmando uma realidade “interessante”, que está apenas documentando, embora ele seja um grande documentarista, mas é alguém que criou um processo dialógico entre ele e o objeto que o permitiu atingir a visão cristalizada, estratificada daquele universo que ele ia analisar. Falando de um líder camponês que teve uma papel extraordinário na história da Paraíba e mesmo na história brasileira, de um líder cuja família foi esfaqueada, a mulher fugiu, ficou clandestina não sei quantos anos, havia tudo ali para se criar um herói. E o Eduardo conseguiu revelar uma realidade social extremamente dura, conflituosa, as misérias humanas por trás do heroísmo, e sem perder a dignidade e a grandeza. E o que fica muito claro é que ele foi parte daquilo. Ele foi mais longe, porque virou um *happening*. Na verdade, no movimento de ir atrás da realidade do fato, tentando revelar a alma brasileira, a cultura brasileira, a forma de

organização social brasileira, ele conseguiu mexer na coisa de tal maneira que produziu uma reviravoltà, uma verdadeira convulsão cênica através do filme. E da mesma maneira com *O fio da memória*. Quando ele vai falar do negro – e aí é bem da maneira como eu vejo a história oral – quando vai falar dos cem anos da Abolição – e não há nada mais tradicional do que isso – o que ele faz é subverter absolutamente tudo. E chega-se ao final do filme, dizendo: “O Coutinho não fez um filme sobre o negro. Ele fez um filme sobre a negritude brasileira.” Quer dizer, o que o Brasil tem de negro está ali. É a tal história da totalidade, da condensação, da contradição, é tudo ali se revelando, se desdobrando, sempre de uma maneira muito dramática e muito forte.

Então, o que fica para mim é que a imagem é um enorme campo de trabalho. E aí começamos a sair do campo do simples conhecimento para entrar no campo da arte. E eu pergunto: haverá realmente uma diferença palpável, significativa, uma linha de demarcação entre conhecimento e arte? Talvez não haja.

HISTÓRIA, HISTÓRIA ORAL E ARQUIVOS NA VISÃO DE UMA SOCIÓLOGA

*Maria Isaura Pereira de Queiroz**

Para expor com clareza e chegar à compreensão de qualquer tema proposto, um dos primeiros cuidados é definir em que terreno está sendo abordada a questão. No presente ensaio, as definições dirão respeito, em primeiro lugar, à Sociologia, pois é nesse terreno que se coloca a autora para encarar as proposições do título. Ver-se-á, portanto, em que consistem Sociologia, História, História Oral e Arquivos na maneira de ver da ensaísta.

Talvez a definição mais límpida de Sociologia seja a de Antonio Candido de Mello e Souza, em artigo que merece uma atenção cuidadosa (Antonio Candido, 1949). Nele são examinados os três vetores principais que orientam o raciocínio do sociólogo: a) a perspectiva; b) a práxis; c) a ciência específica dos fatos sociais. O sociólogo se coloca em um ponto de vista peculiar – o de que as estruturas sociais, os comportamentos humanos, as ideologias etc. podem e devem ser explicados pelo condicionamento social, uma vez que se aceita explicitamente que o fator social é a mola do comportamento e do destino dos homens. Tal princípio é anterior à concepção da Sociologia como ciência específica dos fatos sociais, existindo desde os fins do século XVIII,

* Professora emérita da Universidade de São Paulo (USP) e criadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) da USP.

porém só se formalizou nas obras de Émile Durkheim. Em segundo lugar, a concepção acima explicitada leva à admissão de que é possível uma intervenção racionalizada na estrutura e na dinâmica da vida social, desde que utilizadas normas adequadas a tal fim – esta admissão é a justificativa da razão de ser da Sociologia e seu alvo permanente. Finalmente, a admissão da Sociologia como ciência específica dos fatos sociais deriva logicamente dos dois itens expostos e constitui, para os sociólogos, o aspecto da maior importância: como ciência, deve executar o levantamento, a análise, a sistematização dos fatos sociais, e chegar a uma interpretação válida que leve à ação; seu trabalho, portanto, não é efetuado de maneira gratuita, pelo simples prazer de conhecer, ou pelo desejo de conservar aquilo que a memória não consegue guardar.

Justamente porque a origem do fato social é outro fato social, o que sucede tanto no âmbito das estruturas quanto da dinâmica que encerra – postulado da maior importância em Sociologia –, torna-se relevante encarar a possibilidade e o dever de intervir na construção das estruturas, no desenvolvimento das dinâmicas. No entanto, esta intervenção só pode ser efetuada por meio de instrumentos de análise construídos exclusivamente para captar os fatos sociais e compreendê-los, obtendo-se, assim, conhecimentos específicos cuja reunião compõe a ciência denominada Sociologia. Admite-se, pois, que *ciência* é o conjunto de conhecimentos racionais sobre a natureza, a sociedade, o pensamento, adquiridos por meio do estudo objetivo de seus fenômenos, explicando-os.

A Sociologia, em sentido lato, engloba os três aspectos analisados, dando, porém, maior ênfase ao terceiro, isto é, ao tratamento objetivo e metódico dos fatos sociais. Tratamento objetivo porque o levantamento de dados deve envolver todos os cuidados, sendo efetuado tanto quanto possível de maneira exterior à consciência que

dele tem o pesquisador, fundamentando-se, pois, em observação independente das preferências deste, que se manteria o mais possível imparcial. Tratamento metódico porque pressupõe que pensamento e ação serão conduzidos de maneira previamente fixada, com o objetivo de atingir um fim determinado. Seguindo estas regras, pretende-se chegar a uma outra visão do homem e da sociedade: uma visão assentada no estudo sempre independente das opiniões, conjecturas e ideais do pesquisador, pois seria a partir dos resultados dessa visão específica que se poderia formular modificações válidas para sociedades ou grupos.

O aparecimento da Sociologia é datado. Deu-se em torno de fins do século XVIII e início do século XIX, período em que se fortaleceu a admissão de que sociedade e fatos sociais podiam ser explicados sem qualquer referência a crenças religiosas e ao domínio do sagrado. Também nesse momento ocorriam revoluções políticas e industriais. Estas circunstâncias foram levando os estudiosos a conceber um distanciamento cada vez mais consciente e controlado em relação à realidade que pretendiam estudar, formando-se, aos poucos, a noção de uma ciência do fato social, seu objeto específico.

Três grandes vultos, hoje chamados os *pais* da Sociologia, se destacaram nesse período com relação à consolidação de uma ciência dos fatos sociais: Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920). Sem dúvida, outros estudiosos também existiram, mas foram estes que contribuíram decisivamente para que se formasse uma ciência sociológica (Fernandes, 1949; Sumpf e Hugues, 1973; Morfaux, 1980). Em seus escritos da juventude, Marx mostrou a existência e a importância das estruturas sociais, as quais comportam contradições internas de tal ordem que seus problemas só se solucionam mediante uma reviravolta social que as ultrapasse. Esta

maneira de ser, inerente a todas as sociedades, dá lugar, de tempos em tempos, a uma nova sociedade (Sumpf e Hugues, 1973, p. 168-170; Lalande, 1980, p. 1264). Foi Durkheim o primeiro cientista social a explicar o fato social por outro, seu coetâneo ou a ele exterior, complementando esta definição fundamental sobre a atitude do pesquisador: somente o distanciamento mental com relação ao fato social lhe permitiria visualizar como este era composto (Sumpf e Hugues, 1973, p. 91-94; Thinès e Lempereur, 1975, p. 195). Max Weber, finalmente, ampliou o campo de análise sociológica, mostrando que também era importante estudar as estruturas sociais para descobrir o significado dado pelo indivíduo e pelo grupo às suas próprias maneiras de agir. Desta forma, as imagens, o ideal passavam a ser investigados também como parte inerente à realidade social e submetidos aos mesmos processos (Thinès e Lempereur, 1975, p. 1027-1028).

É interessante lançar uma vista d'olhos para a época e o país em que viveram estes três grandes nomes da Sociologia, para se deslindarem os principais aspectos do período. Karl Marx, filho de abastado advogado judeu convertido ao protestantismo, viveu durante o período de formação do Império Alemão, sob o domínio da Prússia, que impunha seu mando com vigor e violência, consolidando-se finalmente em 1871; foram momentos extremamente conturbados em que Marx tentou impor suas idéias políticas, o que o obrigou a se refugiar em outros países. Filho de um rabino alsaciano, Émile Durkheim conheceu na França as grandes dificuldades que o país impunha à aceitação dos judeus, que eram malvistas e desprezados. Exemplo flagrante foi a injusta condenação do oficial do Exército, Alfred Dreyfus, em 1894, num clima de extraordinária paixão religiosa e política. Socialista desde o tempo de estudante, Durkheim participou ativamente da defesa de Dreyfus, e

via sua época submetida a várias crises — crise da organização industrial, crise da educação, crise da consciência nacional, crise religiosa —, as quais deveriam ser estudadas por um novo método que as encarasse com o mesmo distanciamento com que eram encarados os objetos, para se poder chegar a soluções válidas. Max Weber, por sua vez, nascido num momento que a Alemanha vivia um surto industrial acompanhado de intensa burocratização, encarou esta como um dos elementos-chave engendrados pelo mundo moderno. No entanto, enquanto a industrialização se desenvolvia velozmente, a burocratização, essencialmente inerte, a ela opunha a inércia que lhe era inerente, dando lugar a graves desequilíbrios e conflitos sociais. Somente um estudo objetivo e sem julgamentos de valor poderia levar a compreender e forjar soluções que superassem tais problemas (Sumpf e Hugues, 1973, p. 36-37).

O condicionamento dos fatos sociais e sua explicação, que constituem dois dos aspectos fundamentais da Sociologia, figuravam já nos escritos do jovem Marx; em seguida, Durkheim efetuou a sua definição enquanto ciência dos fatos sociais; finalmente, Max Weber completou-a, mostrando que os aspectos concernentes às faculdades subjetivas também estavam sujeitos ao mesmo condicionamento. Surgindo por volta de meados do século XIX e estando já praticamente consolidada no início do século XX, a Sociologia apresenta-se hoje como uma ciência jovem.

A História, por sua vez, remonta à Grécia, sendo considerada por Aristóteles como uma coleção geral de fatos à qual se opunham os tratados especiais e teóricos (Lalande, 1980, p. 414). Desde esse tempo foi se desenvolvendo, e seria fastidioso enumerar todas as suas vicissitudes. Deve-se lembrar que Francis Bacon, no início do século XVI, a encarava como “o conhecimento do

único, que tem por instrumento essencial a memória”, diferenciando-a da filosofia, que “tem por objeto o que é geral e por instrumento a razão” (Lalande, 1980, p. 414-415). De acordo com tais definições, o objeto e o instrumento destas duas formas de conhecimento são não apenas diferentes, mas opostos – a referência à posição de cada um é efetuada aqui para que se possa ressaltar como era concebida a História.

No século XVIII, com os enciclopedistas, um elemento importante veio se juntar aos primeiros aspectos da definição: o relevo que então foi dado à cronologia ou sucessão dos acontecimentos no tempo. A importância dada à memória – fonte reconhecida como válida para armazenar o que já havia ocorrido – ficava agora acrescida de algo que lhe era exterior e não dependia mais exclusivamente da mente humana. Este novo elemento era formado pelo desenrolar do tempo, “num meio homogêneo e indefinido, análogo ao espaço, no qual se desenvolve o séquito dos acontecimentos, cada um destes tendo a duração que lhe é própria; cada acontecimento e seu espaço de tempo passava a ser encarado como “objetivo, quantitativo e, portanto, mensurável”, e a documentação vinha corrigir o que a memória humana não conseguia armazenar, ou então deturpava (Foulquié, 1982, p. 719).

Desta maneira, a História, que se relacionava com o *que já passou*, ia abandonando seu apoio em uma faculdade humana de conservar e lembrar as coisas do passado, e tendendo a se basear em dados exteriores à mente e encontrados em uma documentação que se avolumava a cada passo. A fundação, em 1790, dos Arquivos Nacionais, na França, mostra a necessidade de preservar e sistematizar os acervos. A tendência da reconstrução histórica se basear em elementos exteriores à memória, a falta de continuidade das séries de documentos desenvolvia intensa insatisfação em grupos de historiadores franceses, a tal

ponto que um deles, Charles Seignobos (1854-1942), assim exprimia em 1907: “Não há ciência que apresente condições tão más quanto a História. Não tem observações diretas, mas sempre fatos que desapareceram; e nem mesmo fatos completos, mas sempre fragmentos dispersos, preservados por acaso, detritos do passado; o historiador desempenha o papel de trapeiro. E ainda se vê obrigado a operar sobre esses materiais tão ruins por via indireta, empregando o pior dos raciocínios, o raciocínio por analogia” (Seignobos, 1907, in Foulquié, 1982, p. 367) – tomado neste caso como aquele que se apóia em uma simples semelhança entre os objetos sobre os quais se exerce.

Tais inquietações, que tinham lugar quando a Sociologia cada vez mais fortalecia seus objetivos e seus instrumentos de pesquisa, levaram o historiador Marc Bloch (1886-1944), muito influenciado pelo sociólogo Émile Durkheim, a buscar uma aproximação com as Ciências Sociais, propondo uma *história total* que apelasse para dados sociais, econômicos e políticos, e sublinhando também a importância de fontes não escritas, como a Arqueologia e a Etnografia. Apoiado por seu colega Lucien Febvre (1878-1956), fundou, juntamente com este, em 1929, a revista *Les Annales*. Ambos ostentavam “posições francamente hostis à *história historizante*, demasiadamente ligada aos eventos e demasiadamente ligada somente aos documentos escritos” (Gresle et alii, 1990, p. 38-39 e 121-122), enfatizando o valor de uma História aberta aos problemas da organização social e econômica, e ambicionando também a reformulação das Ciências Sociais no sentido de uma aproximação. O estudo do fato histórico não devia mais se limitar à “salvaguarda da memória dos grupos, das nações, das instituições” (o que continuava sendo uma das missões do historiador), mas, sem abandonar a reprodução das memórias, passar a confrontá-las também a lançar mão

de todas as contribuições das Ciências Sociais. Foi o que se chamou de História Experimental: as narrativas históricas tradicionais eram confrontadas com esta *história diferente*, ressaltando-se a importância maior desta (Guillaume, 1986, p. 46).

A História, em sua nova forma, aproximava-se confessadamente das Ciências Sociais, uma vez que buscava cada vez mais os elementos objetivos do passado, em seus diversos aspectos e em suas transformações na direção do presente. As mudanças que ocorriam tomavam também nomes diversos, segundo as orientações das várias correntes de historiadores: História Social, buscando temas *sociais* muitas vezes deixados de lado pelos pesquisadores; História Cultural, privilegiando a busca das idéias, dos símbolos, dos valores partilhados pelos grupos ou pelas sociedades, e não mais a criação intelectual individual; História Econômica, e assim por diante. A busca de dados objetivos fez surgir também uma História Quantitativa, que buscava "fontes maciças, socialmente representativas, de dados homogêneos e repetidos em séries longas, suscetíveis de um tratamento quantificado" (Guillaume, 1986, p.71-73). Todas as tendências se juntavam umas às outras, e a aproximação com as Ciências Sociais era cada vez mais notória.

A História Quantitativa, tendo sobressaído em relação às demais, não tardaria a despertar uma reação contrária. Argumentava-se que as pesquisas que produzia eram de caráter bastante pobre quanto ao conteúdo analisado, captando por meio das quantidades somente os aspectos mais superficiais dos acontecimentos, e deixando de lado o que era típico, característico de cada situação. Não era possível, somente com tais dados, construir o cenário ou o evento histórico, pois o essencial não era captado em sua complexidade e profundidade. Passou-se, então, a buscar os dados singulares que encerravam o elemento

qualitativo, sem o qual os eventos perdiam a individualidade. A busca se voltou para os relatos pessoais – muito raros –, que permitiam compreender diretamente, através de um testemunho confiável, o modo de ser, a especificidade do acontecimento histórico, para em seguida buscar suas possíveis repetições ou falhas de acordo com as diferenças sociais, a diversidade da educação, do sexo etc. (Guillaume, 1986, p. 72-77).

Esta valorização do *singular* levou à busca de textos únicos e da história de vida de personagens de origens menos importantes, que foram tomados como “instrumentos privilegiados para a compreensão das ações individuais, assim como das situações históricas nas quais esta ação se desenvolve”. Eram considerados testemunhos confiáveis e que reproduziam o modo de ser de uma época, a especificidade de um acontecimento (Guillaume, 1986, p. 72-73). A observação de que os registros e dados de personalidades ou de indivíduos de camadas elevadas eram muito mais numerosos do que os colhidos junto às camadas inferiores fez com que se buscasse com afã os poucos relatos provenientes destas últimas. E para que os futuros historiadores não se deparassem com idênticas circunstâncias, pensou-se em trabalhar desde então na conservação das entrevistas.

A História Oral, deste ponto de vista, se alinha com a Literatura Oral, que nasceu como parte do folclore, isto é, do estudo dos costumes, das tradições, das crenças, das narrações, da arte peculiares às camadas sociais chamadas de *populares*, e nas quais os relatos escritos eram raros. Esta disciplina considerava como procedimentos fundamentais para preservar do esquecimento a vida da plebe a coleta, a classificação, o estudo comparativo dos dados. Tendo sua importância valorizada por pesquisadores de relevo, como Frazer (1854-1941), Van Gennep (1873-1957), Varagnac (1903-1983), já utilizava,

a partir da década de 1950, meios mecânicos para o registro e o estudo do material – fotografia, filmes, a princípio, mudos, em seguida, falados. A Literatura Oral, sobretudo, lançou mão destes meios, voltando-se cedo para a coleta da história dos cantadores, dos narradores de contos populares, de suas habitações, de como se organizava o meio em que viviam, das particularidades deste. Quando a História Oral foi tendo seu início, já o folclore utilizava “as técnicas audiovisuais, que estimularam grandemente as coletas, e também o desenvolvimento de centros de pesquisa ou de revistas especializadas”, no afã de preservar do esquecimento partes importantes das atividades de pessoas de poucos recursos (Gresle et alii, 1990, p. 190-191).

O desenvolvimento da História Oral seguiu caminho semelhante. Seu interesse pelo registro de dados referentes às camadas inferiores, através de histórias de vida, continha outros ingredientes que a diferenciavam da Literatura Oral: a preocupação com o presente das camadas populares, que devia ser resguardado, e o sentimento de fazer justiça, dando-lhes importância idêntica à que as mais afortunadas vinham gozando através dos tempos, além de complementar uma documentação histórica que sempre fora falha. Valorizou-se, assim, a coleta, o registro, a preservação do material, sendo muito discutidas as técnicas utilizadas visando ao seu aperfeiçoamento. O uso de meios modernos, como a fotografia, a fita cinematográfica, o vídeo, veio aumentar o âmbito e os aspectos dos dados colhidos, garantindo também a preservação do físico do entrevistado, do ambiente em vivia, de seu meio social etc. A tendência foi considerar que, devido à intermediação dos aparelhos, o registro seria muito mais fiel e impessoal, reduzindo a intervenção do pesquisador. Ficava-se, pois, muito mais próximo do *autêntico*, daquilo que realmente é. A preocupação com a verdade, que desde

muito cedo marcou a História, continuava presente, embora a coleta não objetivasse mais os dados do passado.

Essa consideração se alia a uma outra – a de que, sendo verdadeiro e completo, o material coletado por estes meios dispensa a reunião de dados de outras fontes para mostrar o *real*. É útil que se procure aperfeiçoar o manuseio das técnicas; no entanto, elas são sempre utilizadas por um pesquisador que determina o que vai gravar e como vai fazê-lo. Uma vez efetuado o registro e colocado o material à disposição de outros estudiosos, estes o verão, orientados cada qual por sua mentalidade e seu passado. Além disso, nenhum material colhido de uma só maneira pode ser suficiente para espelhar a realidade, ao contrário do que pensam alguns historiadores que lidam com a História Oral. Como as demais técnicas, também esta é insuficiente e deve ser completada com dados de outras fontes.

Com o desenvolvimento da História Oral, intensificou-se mais uma vez a preocupação para com os documentos e seu colecionamento, que havia ficado amortecida em virtude do emprego de novas formas de pesquisar o passado mais chegadas às Ciências Sociais. Esta preocupação jamais deixou de existir; seguiu *pari passu* o desenrolar da História, sendo encarada com maior ou menor atenção conforme a época, e dando lugar à formação dos arquivos. O termo tanto diz respeito às coleções de manuscritos, de documentos variados considerados importantes, concernentes à história de um país, de uma sociedade, de uma família, como passou a significar também o local em que estes estão armazenados. A partir do século XIX, a abundância de documentos deu lugar a preocupações variadas com relação a vários problemas: o espaço para abrigá-los, a sua conservação, a criação de referenciais coerentes que permitissem sua rápida localização visando à consulta. Formando-se a partir

da documentação escrita, os arquivos foram se voltando para novos tipos de documentação – fotografias, filmes, fitas de gravador, disquetes, vídeos. Documentos do presente passaram a ocupar também seus espaços, e a marcha constante do tempo levou-os a se integrarem gradativamente com os do passado. O desenvolvimento da História Oral trouxe, pois, novos materiais aos arquivos, e também novos problemas, constituindo atualmente uma de suas preocupações.

Este rápido lançar de olhos pelas vicissitudes da História através do tempo apresentou as mudanças consideradas mais importantes em seu desenvolvimento, distinguindo-se hoje diversas escolas, sendo as principais: a que na França é denominada História Experimental, e que inclui algumas subdivisões: a História Quantitativa, estudando o passado através de grandes séries de documentos; e, finalmente, a História Oral, voltada também para o presente e interessada em compor um grande acervo, com a utilização da moderna tecnologia, que conserva dados pouco encontrados na documentação do passado. Todas estas perspectivas parecem convergir para as Ciências Sociais e, particularmente, para a Sociologia. Haveria uma conjunção entre esses dois ramos do conhecimento, que, começando em pontos diversos, teriam convergido para compor um todo, ou constituiriam dois aspectos correndo paralelos, podendo se aproximar em alguns pontos, porém sem se confundir? O problema com que se deparam os pesquisadores destes dois domínios é delimitar com clareza o terreno em que estão trabalhando.

No início do presente ensaio, viu-se que a Sociologia, de origem recente, logo alcançou uma definição que se mantém em suas características principais: a explicação do social pelo social, a preocupação com a *práxis*, a exigência da observação metódica e, tanto quanto possível, da verificação. A pesquisa sociológica, por sua vez, requer

primeiramente a proposição clara de uma pergunta feita à realidade – de um problema, portanto – cuja solução se busca nos componentes desta última; desvenda-se o tipo de relações que determinadas partes mantêm com outras, chegando-se a uma percepção clara e explícita da sua razão de ser, ou então desvendando-se os motivos ocultos de sua existência. A partir das conclusões devidamente verificadas, será possível conceber algo relativamente à práxis. Estes são os aspectos fundamentais do que significa em Sociologia *pesquisar*; a pesquisa não procura desvendar algo pelo desejo de resolver um problema, pela ânsia de conhecer, e sim para dar a alguém os meios que acredita serão indispensáveis no remanejamento da realidade social.

Esta primeira exigência dá lugar a uma outra, a de que o problema deve ser inquirido em todas as suas possibilidades, pois pode conter sentidos diversos que a análise deve desvendar, circunscrevendo com clareza a questão principal. Tal delineamento se obtém com a utilização de *conceitos*, isto é, representações gerais e abstratas que, aplicadas aos dados brutos, permitirão alinhar o material em nova ordem, afastando-o da ordem natural anterior com que aparece aos olhos dos leigos. A Sociologia, desde seu início, vem demarcando os conceitos que lhe são úteis, pois a análise só se aprofunda com o distanciamento entre a realidade bruta e a realidade construída por meio dos mesmos, podendo a pesquisa se deter na profundidade que escolher. Não foi sem razão que Georges Gurvitch (1884-1965), um dos grandes teóricos da Sociologia, falou em *patamares* da realidade social, mostrando que a pesquisa sociológica tanto pode se deter nos mais superficiais e visíveis quanto se encaminhar para os mais profundos (Gurvitch, 1958, v.I, p. 20).

A pesquisa sociológica exige também que se efetue uma crítica constante do conceitual que se está empregando,

passando por este crivo tanto as observações quanto as conclusões do trabalho. É dentro desta concepção que a Sociologia se apresenta como ciência específica dos fatos sociais, exigindo, portanto, uma avaliação permanente das condições e dos limites da terminologia utilizada na análise, bem como dos diversos aspectos da reconstrução da realidade. Rigor indispensável justamente porque o trabalho sociológico não se orienta apenas para a compreensão do problema proposto, não busca o saber pelo saber: busca construir algo que ajude a modificar a sociedade. Sua finalidade é tornar consciente a ação que os homens estão exercendo sem uma percepção clara das implicações decorrentes, ação esta que, diuturnamente, altera o meio físico e social em que vivem, a fim de permitir que estes a exerçam de maneira mais racional e profícua.

Esta fisionomia própria da Sociologia afasta-a da História, que em seu início voltou-se para a conservação dos eventos do passado colhidos através da memória, passando em seguida para a busca e o armazenamento de documentos que garantissem a verdade do que parecia se perder na noite dos tempos. Ela trata “do conhecimento dos diferentes estados realizados sucessivamente no passado por tudo quanto possa ser objeto do conhecimento: um povo, uma instituição, uma espécie viva, uma ciência, um idioma” (Lalande, 1980, p. 415-416). Sua finalidade é *conhecer o que foi*, e por isso se voltou prioritariamente para a busca da maior quantidade de dados confiáveis que permitissem um retrato amplo e verídico do que veio acontecendo no mundo dos homens através das idades; seu trabalho esteve, pois, sempre imbricado na cronologia, e sua perspectiva, dominada pela trasladação do tempo. A importância dada à documentação e às técnicas para sua obtenção foi se tornando cada vez maior, assim como a preocupação com a veracidade, examinada com rigor por meio de provas e contraprovas. A guarda dos documentos

também constituía objeto de sua atenção, uma vez que eram estes que atestavam a verdade da afirmação dos estudiosos. No entanto, o interesse pelo tratamento da conceituação não marcou de maneira profunda o trabalho do historiador, de tal maneira que o ramo da História que mais se aproximou das Ciências Sociais mereceu a crítica de ser uma *história sociologizante*, desprovida de conceitos rigorosos (Gresle et alii, 1990, p. 153). E isto se deu porque o que importa construir são “os estados por que tem passado a humanidade” (Lalande, 1980, p. 415-416), e não como a sociedade pode ser modificada.

Esta é, sem dúvida, a maior diferença entre História e Sociologia, e que impede a sua convergência. Para a Sociologia, é possível efetuar pesquisas em que, embora marcando com clareza em que ponto do tempo se encontra a questão investigada, este aspecto não forma a linha mestra orientando o que vai ser esclarecido. O importante é descobrir qual a representação simplificada a que se chega estudando um grupo ou uma sociedade, abstraindo determinados aspectos que não interessam ao problema, e acreditando que este é o caminho para se conhecer o que está oculto e propor soluções (Gresle et alii, 1990, p. 217). A História, ao contrário, mantém-se estreitamente ligada aos documentos que a amarram à realidade pretérita, que devem ser aumentados tanto quanto possível para, na narrativa resultante, não deixarem de lado os detalhes e poderem compor a mais completa e verdadeira fisionomia possível do passado. A História pretende *retratar* a realidade da maneira mais fiel: a Sociologia, a partir dos dados, *reconstrói* a realidade sob uma forma simplificada, o *modelo* que não é mais igual à realidade, mas que lhe deve ser o mais fiel possível.

Estudando, ambas, sociedades humanas, separam-se História e Sociologia pelas razões por que buscam a realidade social. A História se prende à captação desta em seu aspecto mais verídico, não parecendo se lembrar

que o passado é captado através do prisma do presente, e que ambos, passado e presente, são vistos de maneira diversa pelo informante e pelo pesquisador, o que acarreta deformações no que registram. Quanto à Sociologia, sua tarefa é infinita. De há muito sabem os seus pesquisadores que, estreitamente ligadas, mas opondo-se constantemente, estrutura e dinâmica sociais modificam sem cessar as sociedades, e nada lhes garante que, no momento em que puderem propor uma solução para determinado problema, este ainda exista. Seu trabalho é o de Sísifo, mas eles o exercem sem cessar, acreditando, contra toda a verossimilhança, que um dia alcançarão o topo da montanha...

OBRAS CITADAS

Candido, Antonio. Sociologia, ensino e estudo in *Sociologia*. S. Paulo, v. XI, nº 3, setembro, 1949.

Fernandes, Florestan. Aspectos políticos da civilização do açúcar in *O Estado de S. Paulo*. S. Paulo, 5 de março, 1949.

Gurvitch, Georges. *Traité de Sociologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 2 vol., 1950.

Sumpf, Joseph et Hughes, Michel. *Dictionnaire de Sociologie*. Paris, Librairie Larousse, 1973.

Thines, Georges et Lempereur, Agnès. *Dictionnaire Général des Sciences Humaines*. Paris, Éditions Universitaires, 1975.

Lalande, André. *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie*. Paris, Presses Universitaires de France, 13ª ed., 1980.

Morfaux, Louis Marie. *Vocabulaire de la Philosophie et des Sciences Humaines*. Paris, Armand Colin Ed., 1980.

Foulquié, Paul. *Dictionnaire de la Langue Philosophique*. Paris, Presses Universitaires de France, 4ª ed., 1982.

Guillaume, Marc. *L'état des Sciences Sociales en France*. Paris, Éditions La Découverte, 1986.

Gresle, François et alii. *Dictionnaire des Sciences Humaines*. Paris, Nathan Ed., 1990.

ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL

Documentação Oral e Multidisciplinaridade

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação geral

Marieta de Moraes Ferreira - CPDOC-FGV/IFCS-UFRJ

Cristina Barros Barreto (CIEC-ECO-UFRJ)

Cristina Fonseca (Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ)

Elina Pessanha (IFCS-UFRJ)

Hebe de Castro (LABHOI-UFF)

Ilana Strozenberg (CIEC-ECO-UFRJ)

Ignez Cordeiro de Farias (CPDOC-FGV)

Ismênia Martins (LABHOI-UFF)

Nara Britto (Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ)

Rosilene Alvim (IFCS-UFRJ)

COMISSÃO ACADÊMICA

Elina Pessanha (IFCS-UFRJ)

Regina Morel (IFCS-UFRJ)

Márcia Contins (CIEC-ECO-UFRJ)

Ilana Strozenberg (CIEC-ECO-UFRJ)

Nara Britto (Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ)

Nísia Lima (Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ)

Hebe de Castro (LABHOI-UFF)

Marly Motta (CPDOC-FGV)

Verena Alberti (CPDOC-FGV)

COMISSÃO NACIONAL PARA A CRIAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DOCUMEN- TAÇÃO ORAL

Alice Beatriz Lang (CERU)
Antônio Montenegro (UFPE)
José Carlos Sebe Bom Meihy (USP)
Yara Maria Khoury (PUC-SP)
Marieta de Moraes Ferreira (CPDOC-FGV)

APOIO

CONSULADO DA FRANÇA
FINEP
CAPES
IBM
COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA LTDA.
BANERJ CULTURAL

RELAÇÃO DE GRUPOS E RESUMOS DE TRABALHOS

Questões Metodológicas

Coordenadora: Marieta de Moraes Ferreira
CPDOC-FGV/UFRJ

Memória e História

Antônio Torres Montenegro/UFPE

As questões metodológicas têm sido alvo de um intenso e profícuo debate entre todos aqueles que trabalham com história oral. Nesse sentido, desenvolver estudos e análises que situem a problemática da memória nos parece um dos passos necessários à definição de um território de pesquisa para a história oral. Vale destacar que todo esse percurso terá como balizamento a história, e por extensão as especificidades da relação que se estabelece entre documentação oral e escrita.

Muertes, Silencios y Memorias: Estudio sobre los Testimonios de Familiares de Desaparecidos de la Ultima Dictadura Militar Argentina

Gilda Verónica Ludmila da Silva Catela/UFRJ

Este trabajo objetiva los medios para realizar una etnografía de las memorias que, con el advenimiento de la democracia en Argentina en 1983, se cristalizaron

como un campo de disputas en que se opusieron diferentes grupos: militares, familiares de desaparecidos y el Estado civil.

Tomando los testimonios orales de los familiares de desaparecidos, archivados por el Equipo Argentino de Antropología Forense, como instrumentos de reconstrucción de las identidades, se mapean los momentos de comunicabilidad y silencio generados a partir de diferentes situaciones de crisis.

O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral

Janaina Amado/UnB

A partir da análise de uma entrevista, o texto explora a questão da mentira na história oral. Defende a idéia de que depoimentos desprezados por historiadores por serem “mentirosos” – isto é, por não promoverem reconstituições históricas fidedignas dos fatos pesquisados – podem conter dimensões simbólicas extremamente importantes para o estudo da história. O exemplo utilizado demonstra como tradição, imaginação e cultura erudita e popular combinaram-se para produzir um depoimento “mentiroso” que, entretanto, se revelou o mais rico e fértil para a análise histórica.

A Articulação de Diferentes Fontes e o Depoimento Oral na Recuperação da Memória

Irene Maria F. Barbosa/UNESP

A proposta do trabalho é refletir sobre questões decorrentes da utilização de diferentes fontes, surgida quando da elaboração de minha tese de doutorado “Enfrentando preconceitos: um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades”, que procura

estudar o preconceito racial a partir da reconstrução de uma trajetória especial.

Proponho discutir a articulação de fontes orais (entrevistas e depoimentos) com fontes escritas, tanto as que fornecem dados de natureza impessoal (documentos de cartório, atas, notas, registros) como as de arquivo pessoal (cartas, fotos, reportagens antigas, biografias e autobiografias), que são revestidas de emoção uma vez que foram criadas com a participação direta do personagem pesquisado.

Com relação ao uso do depoimento oral é interessante mostrar que alguns dados podem, à primeira vista, parecer contraditórios, mas com o aprofundamento do depoimento vão revelar aspectos da recuperação da memória.

Projeto Migração e Memória

Maria de Lourdes M. Janotti/PUC-SP

Procurando estudar o processo migratório pelo seu interior, este projeto tem ouvido a voz dos migrantes que se dirigiram para núcleos urbanos atrativos. Constitui-se numa série de pesquisas integradas que, guardando suas especificidades, preocupam-se com o objeto migração e memória.

Não poderia deixar de estar presente uma profunda preocupação teórico-metodológica com os procedimentos analíticos da documentação oral, bem como com questões que brotam do fenômeno migratório brasileiro.

Dentre os principais objetivos perseguidos destacam-se: a compreensão dos conteúdos simbólicos que constroem as narrativas memorialísticas; o significado das representações sobre o espaço rural e urbano; as relações entre o imaginário mítico-religioso e o esquema segregativo sofrido pelo migrante.

História Oral: o Inventário das Diferenças *Marieta de Moraes Ferreira/CPDOC-FGV/UFRJ*

A discussão acerca dos problemas metodológicos da história oral tem despertado, de modo geral, pouco interesse entre os historiadores. A própria história oral se desenvolveu em grande medida fora da comunidade dos historiadores. Isto se explica, em grande parte, pela resistência desses especialistas em incorporar ao seu universo de pesquisa a possibilidade do uso das fontes orais.

A proposta deste texto é analisar essas resistências, enfatizando os problemas relativos ao estudo da história do século XX para os historiadores e as relações entre o passado e o presente.

Um segundo ponto tratado é a trajetória historiográfica da história oral e a apresentação das tendências dominantes neste campo de trabalho na atualidade.

História Oral e Elite: o Caso da Entrevista de Afonso Arinos

Verena Alberti/CPDOC-FGV

O texto visa discutir o potencial documental de entrevistas de história oral com membros das elites políticas brasileiras, com base na entrevista de Afonso Arinos de Mello Franco, realizada pelo Programa de História Oral do CPDOC entre 1982 e 1983, com um total de 26 horas de gravação. De um lado, a entrevista é confrontada com as memórias de Afonso Arinos: trata-se de discutir a validade de entrevistas de história oral com homens públicos que já deixaram registro escrito de sua história de vida em narrativas autobiográficas. De outro, o texto parte de concepções-chaves que ressaltam da entrevista (principalmente

a dicotomia entre “político de palavra” e “político de ação”) para refletir sobre a forma como Afonso Arinos explica sua atuação política. A reflexão se insere na discussão sobre certas recorrências presentes no pensamento político liberal brasileiro, na medida em que tomamos Afonso Arinos como um seu representante.

Pedaços da Guerra na América: Subsídios para o Estudo do Exílio Espanhol através da História Oral de Vida

Dante Marcello Claramonte Gallian/USP

Sem resumo

Documentação Oral e o Fazer do Historiador
Yara Aun Khoury/PUC-SP

Enquanto um grupo de pesquisadores, refletimos sobre as implicações metodológicas que uma dada concepção de história e de sujeito social traz para o trabalho com a documentação oral.

Voltados principalmente para a recuperação de sujeitos silenciados ou desqualificados na cena histórica, refletimos sobre as tensões entre a fala escrita e a fala oral, entre saber instituído e senso comum nas sociedades contemporâneas e como essas tensões se expressam nos procedimentos metodológicos, na produção, transcrição e análise das fontes orais.

Lidando com uma noção de sujeito coletivo, discutimos as questões da objetividade e da individualidade no trabalho com as entrevistas. Enfocamos a questão da memória como uma construção, como o uso que se faz do passado; retomamos diferentes concepções de memória e procuramos analisar maneiras como dimensões da memória atuam poderosamente no presente.

No trabalho com a documentação oral, refletimos ainda sobre a multidisciplinaridade como uma aproximação entre diferentes áreas do saber interagindo em torno de interesses recíprocos e identificações teóricas e políticas, mesmo que trabalhando, cada qual, em âmbito próprio.

Psicanálise e História Oral
Daisy Perelmutter/PUC-SP

Sem resumo

Tradição Oral e Etnicidade
*Coordenadora: Hebe Maria Mattos de Castro/
LABHOI-UFF*

Saara: Espacialidade Urbana, Etnicidade e Cultura
Material no Centro do Rio de Janeiro
Annabella Blyth/CIEC-UFRJ

O lugar conhecido como Saara, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, é o objeto de duas pesquisas aqui apresentadas, ambas privilegiando a história oral como fonte documental, relacionando as temáticas da espacialidade urbana, da etnicidade e da cultura material.

História Oral da Imigração Espanhola: o Centro Democrático Espanhol
André Castanheira Gattaz/FFLCH-USP

O trabalho é resultado de entrevistas realizadas com espanhóis que imigraram nas décadas de 1950 e 1960 para São Paulo e que participaram de meios específicos

de esclarecimento político e de ação contra a ditadura instalada na Espanha. O Centro Democrático Espanhol foi reconhecidamente o principal aglutinador de pessoas das mais variadas tendências liberais e de esquerda, promovendo uma intensa propaganda antifranquista em São Paulo, além de ajudar efetivamente aos presos políticos e suas famílias na Espanha. Sob a fachada do Centro Democrático, atuavam ainda representantes do Partido Comunista Espanhol, que ali instalaram uma estrutura clandestina celular, responsável pela divulgação da teoria e da prática socialistas.

A história oral é o meio ideal para se estudar este momento da história brasileira e espanhola, pois além de trazer à superfície o conhecimento de fatos que de outra forma se perderiam, permite a análise da representação destes fatos pelos personagens envolvidos, o que constitui uma verdadeira mitologia. Empreende-se uma relação entre a história vivida e a história contada, entre a vida, a obra e o estilo; enfim, entre as trajetórias de vida e as estratégias narrativas.

Interpretando Campos Semânticos: a Construção da Etnicidade Tremembé

Carlos Guilherme O. do Valle/PPGAS-UFRJ

A pesquisa etnográfica entre os Tremembé se destacou pela importância dada ao registro e documentação das atividades discursivas. Ficou evidente que os Tremembé construíam a etnicidade pautados num aproveitamento original de um campo semântico, cujo teor, conteúdos e simbolismo eram eminentemente étnicos. Todavia, se assim o faziam, havia também o compartilhamento dos mesmos valores, pressupostos e categorias por parte de grupos sociais antagônicos, que vêm ocupando o seu território étnico, denominado,

na maioria das vezes, de “Terra do Aldeamento”. Procurei mostrar que a abordagem do campo semântico da etnicidade pode ser bastante significativa para o reconhecimento e para a compreensão dos processos de diferenciação étnica e que, muitas vezes, acaba por ser mais elucidativo e complexo do que apenas a preocupação com a reprodução de identidades contrastantes, como se habituou fazer nos estudos interétnicos.

Pacoval - Memória de um Mocambo na Amazônia. História Viva e História Contada

Eurípides Antônio Funes/Universidade Federal do Ceará

Posponho fazer uma rápida apresentação da pesquisa em desenvolvimento sobre comunidades negras remanescentes de quilombos no oeste do Pará, destacando como as lembranças dos velhos – netos e bisnetos de mocambeiros – têm possibilitado o conhecimento dessas comunidades e a compreensão do processo histórico dessas sociedades quilombolas, que se constituíram naquela região. As fontes orais – memórias, depoimentos, canções e outras manifestações culturais – remetem a um passado que não é o da escravidão, mas sim dos mocambos, tempo de liberdade, revelando o processo da sua formação, sobrevivência e continuidade, traduzido nas comunidades negras ali existentes. É ressaltada a utilização de fontes orais, relacionando-as com a documentação escrita, o que tem permitido a recuperação da “multivocalidade” existente nesse processo histórico.

Narrativas de Famílias Negras no Rio de Janeiro *Gizêlda Melo do Nascimento/CIEC-UFRJ*

A pesquisa pretende suscitar discussões que levem a um delineamento da constituição das famílias negras

no Rio, após a Abolição, com vistas a recuperar uma memória. Tendo como principal proposta a procura de fios narrativos visando a formar um corpus significativo que permita uma abordagem apontando para um tecido discursivo identificável, a investigação, além da produção escrita, recorrerá com mais ênfase à produção oral, uma vez que oferece um enriquecedor conjunto de depoimentos.

Encontrando-se em fase de análise dos dados colhidos, a pesquisa orienta para a importância da figura materna na condução de princípios, na transmissão de bens e, sobretudo, nos mecanismos de sobrevivência que desenvolve para que os fios/famílias não se rompam: urdiduras ardilosas e silenciosas de permanência. Memória de resistência.

Memória do Cativo: Ética do Trabalho e Etnicidade no Mundo Rural (1888-1920)

Hebe Maria Mattos de Castro/LABHOI-UFF

Trata-se de projeto desenvolvido no âmbito do Laboratório de História Oral e Iconografia da Universidade Federal Fluminense visando integrar ensino, pesquisa e extensão na prática docente do curso de graduação em História. O projeto busca discutir as relações entre migração, família e etnicidade na dinâmica social da primeira metade deste século, tomando por base o processo de esvaziamento demográfico do Estado do Rio de Janeiro e de crescimento e diferenciação social do espaço urbano da cidade de Niterói no período. Para tanto o projeto articula uma disciplina regular do curso de graduação (História Oral), diversas comunidades étnicas e sócio-profissionais da cidade de Niterói e uma equipe fixa de dois pesquisadores sob minha coordenação.

O principal resultado deste primeiro ano de trabalho são mais de 50 horas de depoimentos gravados e transcritos em nosso arquivo e a elaboração de novas estratégias de expansão desse acervo, a partir da equipe fixa, com a elaboração de subprojetos temáticos. Destacam-se neste sentido as possibilidades de trabalho com a memória do cativo em famílias de migrantes rurais afro-brasileiros. Quando e por que se preserva em algumas famílias esta memória? Até que ponto esta memória permite revisar historicamente a inserção social do liberto no mundo rural após a abolição da escravidão? É dos primeiros ensaios de resposta a estas questões que trata o presente trabalho.

O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná,
1930-1945

José Miguel Arias Neto/Universidade Estadual de Londrina

Londrina é uma cidade de aproximadamente 500 mil habitantes, localizada no norte do Estado do Paraná. Fundada em 1929, e elevada a município em 1934, foi formada por uma companhia imobiliária privada de origem inglesa, durante a expansão da frente cafeeira paulista. A partir de meados dos anos quarenta, o desenvolvimento da cafeicultura tornou a cidade e a região conhecidas como Eldorado ou Terra do Progresso e seu agente construtor como pioneiro. A presente pesquisa, baseada em fontes orais, objetiva investigar os alcances e limites das representações do progresso no âmbito da sociedade local e regional. Quer-se, pois, saber se o discurso do progresso está presente em uma memória coletiva, ou seja, se os habitantes da cidade adotam a perspectiva do progresso como referência para conduzir a narrativa de suas experiências vividas, se aquele discurso é apenas uma dimensão secundária

em suas memorações ou se ele foi reelaborado em função de necessidades de grupos sociais distintos.

Identidad y Memoria Migrantes

Maria Verónica Secreto/UFF

A partir de la segunda mitad del siglo XIX y hasta la mitad del presente (aunque con algunas interrupciones) la Argentina fue el destino para gran cantidad de inmigrantes, sobre todo de origen europeo. Esto dió lugar a una composición poblacional heterogénea desde el punto de vista étnico, lo que motivó un amplio programa de “nacionalización de las masas”. Apesar de que se sostiene que la inmigración encontró facil asimilación, por nuestra parte creemos – sin negar esta – que si bien se produce una “argentinización” de los grupos inmigrantes, esto no implica una homogeneización cultural, y que cada etnia construyó y conservó una identidad y una memoria relacionadas con su país de origen, dando lugar a un tipo especial de memoria familiar. Esta memoria puede rastrearse a través de las permanencias (culturales, materiales, etc.) en los relatos de los descendientes de inmigrantes.

“Tribos Urbanas”: o Processo de Grupalização da Juventude

Maurício da Cunha e Silva/USP

A partir de março de 1992, um grupo multidisciplinar se propôs desenvolver um projeto que estudasse o comportamento da juventude no espaço urbano, em especial o processo de formação do que se convencionou chamar de “tribos modernas”. O alvo da pesquisa era penetrar nesse universo e entender os fatores envolvidos na existência desses diferentes grupos, suas formas

de organização e múltiplas relações na sociedade. Para a realização do projeto optamos por trabalhar com os instrumentos criados pela história oral. Diante da inexistência de documentação e da natureza das questões envolvidas, uma melhor execução se daria através do contato direto com os grupos e pela coleta de depoimentos.

Iniciada a pesquisa, não demorou para percebermos seus amplos horizontes e os possíveis desdobramentos. Começamos estabelecendo diversos contatos com grupos e pessoas envolvidas na problemática, arquivando o escasso material que íamos encontrando e traçando um extenso mapeamento dos diversos agrupamentos sociais que poderiam se caracterizar enquanto “tribos”. Apesar da quantidade e diversidade detectada, ficou clara a existência de um fenômeno que leva os jovens a se agregarem, produzindo padrões e códigos que lhes permitem reconhecer a si e aos demais enquanto pertencentes a um grupo e, pelo mesmo caminho, diferenciarem-se dos “outros”.

Diante da extensão do campo de pesquisa e da limitação material e econômica, traçamos etapas para a execução do projeto. Mesmo sem recursos, a equipe se dispôs a encerrar essa primeira fase do projeto com a realização de duas entrevistas piloto. Desta forma preparamos e realizamos uma experiência com *entrevistas coletivas*, coletando o depoimento de dois *grupos de rap do Movimento Hip-Hop no ABC*. Até então tínhamos experiência apenas com entrevistas individuais, privilegiando o “depoimento de vida”, mas pela própria natureza do tema e pelo aprendizado no trabalho de campo, as entrevistas coletivas se mostraram naturalmente necessárias. A partir de uma margem de flexibilidade que a história oral proporciona, pesquisamos e preparamos técnicas que respondessem

a essas exigências que o trabalho impôs. O resultado foi excelente: mesmo muito mais trabalhosas, as entrevistas coletivas possibilitaram o surgimento de um universo de questões que o depoimento individual não atinge. Além do que, o conteúdo dos depoimentos se mostrou extremamente rico.

Essa primeira etapa da pesquisa, mesmo contando com o apoio da Secretaria de Cultura do Município de São Bernardo do Campo, foi realizada, no seu conjunto, sem as condições materiais necessárias. Foram principalmente a observação da ausência de estudos a respeito do tema, o tratamento distorcido dispensado pela mídia a esses grupos e, sobretudo, o turbilhão de efervescentes questões sociais abertas nesse projeto, que levaram a equipe a se desdobrar ao realizar essa etapa, nos certificando da executabilidade do projeto e principalmente nos convencendo da necessidade social de sua realização.

Imigrantes Judeus no Rio de Janeiro

Paula Ribeiro/CIEC-UFRJ

O projeto Heranças e Lembranças baseou-se na necessidade de resgatar e trazer a público a riqueza cultural e histórica da comunidade judaica carioca, visando com isto contribuir para o conhecimento e compreensão de sua formação e identidade.

Utilizamos como fontes de informação dois elementos especialmente significativos na tradição e cultura judaicas:

- a palavra – resgatada através das narrativas de história de vida. Pelo seu caráter de subjetividade e intimidade, este método possibilita o contato direto com o discurso representativo do sujeito;

• o acervo material. Os objetos de cunho judaico refletem o reconhecimento de uma identidade judaica e testemunham a presença desta herança na vida familiar e religiosa. O estudo da cultura material deste grupo étnico complementa o entendimento da trajetória destes indivíduos.

O acervo, constituído em três anos de pesquisa, integra-se hoje ao Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos – CIEC/ECO/UFRJ.

O que nos propomos apresentar é a metodologia e os resultados desta pesquisa e seus desdobramento atuais.

A Tradição Oral no Contexto das Sociedades Modernas: um Estudo de Caso do Culto a Euclides da Cunha

Regina Abreu/IBAC

A tradição oral tem sido enfocada por muitos autores como “resquício” do passado. Os românticos e os folcloristas acreditavam que com o advento da modernidade antigas tradições transmitidas oralmente iriam aos poucos desaparecer. Essa crença levou a que em muitos países se procedesse a coletas desenfreadas de relatos da tradição oral. Esse movimento teve início na Alemanha em finais do século XVIII com o romantismo alemão que teve em Herder e nos irmãos Grimm seus principais expoentes. (Sobre esse assunto ver *A cultura popular na Idade Moderna* de Peter Burke, Cia. das Letras, 1989).

No Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, o movimento folclorista atingiu grande expressão, chegando a criar no governo de Juscelino Kubitschek a “Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro” com a intenção de coletar vestígios de tradições orais em desaparecimento. Muitos trabalhos, envolvendo intelectuais como Cecília Meirelles, Câmara Cascudo, Renato Almeida, Mário

de Andrade, foram empreendidos nesse sentido. A "Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro" legou a seus sucessores algumas instituições, entre elas a atual Coordenação de Folclore e Cultura Popular do IBAC. Esse trabalho foi também amplamente incorporado no campo intelectual, envolvendo museus, escolas e edições.

Atualmente, alguns pesquisadores vêm trabalhando no sentido de analisar o papel histórico do movimento folclórico, avaliar suas contribuições, mas também apontar para novas dimensões sobre a tradição oral num mundo em acelerado processo de transformação. Entre esses pesquisadores encontram-se os da Coordenação de Folclore e Cultura Popular. (Nessa direção ver *Série Encontros e Estudos* nº 2, CFCP, IBAC.)

O desafio consiste em pensar a tradição oral não mais como "resquício" de um mundo em vias de desaparecimento, mas sim como um aspecto constitutivo desse mundo. Com o surgimento do mundo moderno, percebe-se que muitas tradições orais persistem ou são redefinidas. Observa-se também o surgimento de outras manifestações nesse sentido.

O presente trabalho pretende contribuir para esse debate a partir de um estudo de caso: o culto ao escritor Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo no interior de São Paulo. Trata-se de uma tradição até certo ponto inventada que atualiza elementos de outras tradições orais. (Ver *A invenção das tradições*, de Eric Hobsbawm.)

Instituições

Coordenadora: Nara Britto/FIOCRUZ

Escola Pública Profissão Docente: História e
Memória de Professores

Elza Nadai/USP

Ricardo Ribeiro/UNESP

Sonia Maria Leite Nikitiuk/UFF

Diva do Couto G. Miniz/UnB

O presente trabalho analisa a institucionalização da escola pública e a organização da profissão docente, considerando-se tanto a escola primária como a secundária. Nessa perspectiva, trata dos marcos e da natureza da própria afirmação profissional, identificados pelas reminiscências de seus atores principais: professores e diretores que atuaram nas escolas primárias, secundárias e normais dos anos 30 até 1970.

Privilegiamos, assim, os depoimentos e as histórias de vida, ao lado de documentos de natureza variada: fotos, cartas, relatórios de aulas etc.

Temas como a organização da própria escola e do movimento docente, a identidade desse profissional, o cotidiano da escola, acabaram sendo articulados a partir da memória dos profissionais do ensino.

Focalizamos também a própria pertinência do emprego da história oral para a história da educação brasileira, bem como da metodologia decorrente.

Trançando Discursos: Pobreza, Política, Sociedade
Helena Ponce Maranhão/Museu da República

Este estudo propõe-se examinar percepções, opiniões, crenças de indivíduos que participaram, no ano de

1984, de classes de alfabetização de adultos da Fundação MOBRAL na área metropolitana do Grande Rio.

Suas impressões foram colhidas entre novembro de 1984 e maio de 1985, por meio de entrevistas domiciliares. Além de recuperar suas biografias, destacando experiências ocupacionais e educacionais, foram abordadas as seguintes temáticas: a experiência da alfabetização (focalizando a transição da condição de analfabeto para a de alfabetizado); o reconhecimento de algumas categorias do repertório político democrático (por exemplo, eleições, cidadão, sindicatos, associações de moradores etc.).

Descrevem-se, por um lado, representações do analfabetismo e da alfabetização e, por outro, representações da sociedade e da política destes indivíduos das camadas pobres.

Diferentes tradições teóricas são acionadas para contemplar tais temáticas, visto que tocam a questão da identidade nos seus aspectos psicológicos, sociológicos e políticos.

A Enfermeira Brasileira na Luta contra a Tuberculose *Ieda de Alencar Barreira/UFRJ*

O objeto de estudo é a prática de um grupo de enfermeiras que, analisado a partir de seu discurso, evidencia os conflitos e tensões advindos das exigências feitas por seus papéis sociais, que resultam na ruptura com antigos estereótipos de gênero e de profissão, e que modificam sua identidade profissional. As representações sociais sobre a tuberculose, relacionadas às conjunturas econômicas e políticas, apresentam a Campanha Nacional Contra a Tuberculose como o modo pelo qual a sociedade procurou dar conta do problema, a partir da década de 1940. A enfermagem por trinta anos praticada nessa instituição constitui uma das raízes da enfermagem brasileira. A abordagem da história oral permite explicar

a formação, desenvolvimento e crise desse grupo, e da própria Campanha, no interior do setor de saúde, num contexto de medicalização da sociedade.

Memória da Cultura Brasileira

Isabel Lustosa/Fundação Casa de Rui Barbosa

O objetivo deste projeto é reproduzir e editar depoimentos de personalidades que tenham, ao longo de suas vidas, contribuído para a cultura nacional através da atuação em instituições públicas ou privadas, através de obras publicadas ou de atividade voltada para a apreensão e divulgação da cultura brasileira.

As entrevistas reconstituirão a trajetória de cada um dos personagens e, com ela, a perspectiva da cultura brasileira embutida na sua visão de mundo. Na primeira etapa do projeto entrevistamos o professor Américo Jacobina Lacombe, a escritora Rachel de Queiroz, o radialista Ademar Casé e o caricaturista Antônio Gabriel Nássara.

Evidência e Reminiscência Pessoal: Dois Estudos de Caso

Juselice Jucá/Fundação Joaquim Nabuco

Esta comunicação tem como objetivo abordar aspectos pertinentes ao uso da história oral quando da elaboração de dois trabalhos que resultaram em livros já publicados, os quais reconstituíram a trajetória histórico-social de duas instituições no cenário nacional e, particularmente, no contexto histórico do Nordeste do Brasil. A comunicação também discute a metodologia utilizada nos trabalhos, justificando o uso da técnica da história oral, que se pautou pela adoção do que se convencionou considerar “reminiscência pessoal direta”.

Registro Oral, História e Grandes Organizações

José Luciano de Mattos Dias/CPDOC-FGV

O objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões acerca do desenvolvimento de acervos orais relativos à história de empresas e organizações governamentais, com base na experiência desenvolvida pelo Setor de História Oral do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Inicialmente, descrevemos o projeto institucional e intelectual que determinou a criação desses acervos. Em seguida, discutimos, à luz de desenvolvimentos recentes da teoria das organizações, as contribuições que a utilização das técnicas de história oral podem trazer para a reconstituição da trajetória institucional de tais instituições. Por fim, discutimos alguns requisitos práticos e teóricos para que um acervo oral possa cumprir esta função.

A Tuberculose na Memória de Tisiólogos

Tania Maria Dias Fernandes/FIOCRUZ

Este trabalho foi desenvolvido na Casa de Oswaldo Cruz incorporado a um projeto mais amplo de recuperação da memória da tuberculose no Brasil, tendo um catálogo de entrevistas editado recentemente.

A história oral foi incorporada a este projeto, compreendendo-se que esta se constitui como uma documentação com características próprias que, somada a outras formas documentais, contribui para o aprofundamento das questões abordadas pelo projeto em pauta.

A abordagem que orientou este trabalho foi a da história de vida, atrelando-a ao tema específico: a doença tuberculose.

Além da preocupação em constituir um acervo sobre o tema também vimos a possibilidade de resgatar a

memória da vida e do trabalho de um grupo de profissionais – os tisiólogos. Este grupo como tal está em extinção, na medida em que a doença adquiriu um atendimento que não requer mais a presença destes especialistas.

Elites e Militares

Coordenadora: Rosilene Alvim/IFCS-UFRJ

Os Anos de Chumbo: Memória da Guerrilha
Alzira Alves de Abreu/CPDOC-FGV

Este texto está centrado na análise de um conjunto de entrevistas de história de vida com jovens que optaram, no pós-68, no Brasil, pela luta armada como forma de intervenção política.

Selecionamos alguns temas que foram abordados nas entrevistas, como as motivações que levaram à guerrilha; o ser clandestino; a herança familiar, aqui tratada do ponto de vista do sistema de valores; e a distinção entre terrorismo e guerrilha.

A partir da construção da imagem que esses jovens fazem de si e do grupo, vão surgir problemas no “enquadramento da memória”.

A reconstituição de fatos, ações, atitudes e valores que são aceitos como positivos, que são vistos como enaltecedores da conduta desses jovens, é quase sempre convergente no relato dos entrevistados. No momento em que surgem questões relativas à prática de ações violentas, os depoimentos começam a explicitar divergências, conflitos individuais ou no grupo. Aparecem então justificativas teóricas e práticas que possibilitam a explicação desses atos.

Carvalho Pinto: Trajetória e Projeto Político

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang/CERU

O estudo analisa a carreira política de Carlos Alberto Carvalho Pinto (1910-1987), desenvolvida em nível municipal (secretário das Finanças), estadual (secretário da Fazenda e governador do Estado de São Paulo) e federal (ministro da Fazenda e senador). O objetivo era o de apreender o projeto político que sustentou esta trajetória de mais de 25 anos e delinear os grupos a ele vinculados. O pressuposto era o de que um projeto político não se resume a apenas um indivíduo, mas a um ou mais grupos que buscam o poder.

Trata-se de estudo de história oral, na medida em que tem por base documentos criados pelo pesquisador em um processo interativo de coleta de depoimentos de pessoas que, no exercício de cargos públicos, acompanharam fases diversas da trajetória política de Carvalho Pinto.

Memória do Cotidiano dos Militares

Carlos Frederico Corrêa da Costa/UFMS

Na primeira parte do trabalho, procura-se justificar sua importância, como história dos militares e como história oral. Na segunda parte, procura-se delinear os objetivos da pesquisa perpassando a memória dos militares nos acontecimentos históricos e na vida cotidiana entre as décadas de 1930 e 1980. Na terceira parte, a intenção é especificar a metodologia utilizada, dando-se ênfase à técnica de história oral criada pelo Prof. José Carlos Sebe Bom Meihy. Em seguida, é feita uma abordagem do estado atual da pesquisa, 43 entrevistas de "história de vida". Prosseguindo, apresentam-se algumas inferências como resultado da pesquisa até

o momento atual. Concluindo, apresenta-se a bibliografia utilizada até o momento, dividindo-a em suporte metodológico, obras instrumentais e conhecimento do tema.

O Discurso de um *Troupier*: Entrevista com o General Antônio Carlos Muricy

Ignez Cordeiro de Farias/CPDOC-FGV

Entre os depoimentos do acervo do Programa de História Oral do CPDOC/FGV, existe uma série dedicada aos militares que tiveram atuação importante nos rumos da política do país a partir do chamado movimento tenentista, chegando aos governos militares do pós-64. Muitos deles, inclusive, exerceram cargos civis como políticos ou como técnicos.

Escolhi como objeto de estudo a entrevista do general Antônio Carlos da Silva Muricy, de cuja feitura participei, por considerá-la uma entrevista um tanto diferente das demais existentes em nosso acervo. É diferente por ser o entrevistado um membro das Forças Armadas que pode ser definido como um *troupier*, isto é, um oficial muito mais dedicado à corporação do que à política. Isto não o impede, contudo, de em determinado momento de sua vida transformar-se em conspirador. Além disso, após o movimento de 1964, participa de graves decisões políticas adotadas pelos governos militares, que definem o rumo do país.

Sendo uma entrevista de história de vida, portanto longa, tive oportunidade de, a partir do discurso do entrevistado, refletir sobre vários temas que estão sendo debatidos pelos pesquisadores que utilizam a história oral em seus trabalhos. Entre eles posso ressaltar: a importância da atuação dos entrevistadores na construção da fonte oral; o tipo de discurso do entrevistado; os temas recorrentes na entrevista; a

questão das representações; a reconstrução da memória; o eixo principal do relato, e o objetivo que leva o entrevistado a gravar sua história de vida. A preocupação desta reflexão não é, portanto, fornecer indícios sobre os fatos narrados, e sim, a partir da análise da forma como eles são narrados, discutir as questões metodológicas envolvidas na construção da fonte oral e as vantagens e os problemas de sua utilização.

A Pesquisa em História Oral em Porto Alegre: a Trajetória do Centro de Pesquisa Histórica da PMPA (1989-1993).

Jorge Alberto Soares Barcellos/Centro de Pesquisa Histórica da PMPA

Flávio Krwczyk/Centro de Pesquisa Histórica da PMPA

Este trabalho se refere à experiência de pesquisa em história oral realizada pelo Centro de Pesquisa Histórica da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Em torno do projeto "Memória dos bairros", este Centro vem desenvolvendo, desde 1989, um acervo de documentação e depoimentos orais dos moradores da capital. Sua ênfase é temática, e ao longo desses quatro anos foram publicados os volumes *Restinga*, *IAPI* e *Grande Santa Rosa*, além de outras publicações.

Recentemente, a equipe de pesquisa levantou depoimentos orais das irmãs Torelly, dentro da pesquisa para o Memorial Casa Torelly, a nova sede da Secretaria Municipal de Cultura. Através dos depoimentos das descendentes de Firmino Torelly, recuperaram-se aspectos da vida pública e privada na capital gaúcha no início do século, bem como aspectos da vida política por volta dos anos 20, em relação aos Partidos Republicano e Libertador.

Palavras de Soldado: Trajetórias de Vida da Esquerda Militar Brasileira

José Carlos Sebe Bom Meihy/USP

O presente trabalho remete à documentação e análise das narrativas de quatro participantes brasileiros que atuaram na guerra civil espanhola. No caso, foi considerada uma colônia de militares de esquerda, oriundos da classe média, de três diferentes estados brasileiros, tendo passado por situações comuns. Estes soldados representam uma face anulada da história nacional: a esquerda militar. O tratamento de história oral de vida mostra a trajetória pessoal de alguns destes cidadãos. Metodologicamente, as entrevistas foram feitas buscando o entendimento da experiência individual como um todo. Entre os itens que filtram a vida destes soldados temos: a infância; a vida estudantil, a experiência na Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro); a movimentação política dos jovens militares; a profissionalização do soldado; os compromissos ideológicos sob a ditadura de Vargas; a participação na Guerra Civil Espanhola (que assinala o traço mais comum às trajetórias); os dramas da clandestinidade e a perseguição feita pelos representantes do golpe militar de 64.

Ouvindo os Militares: Imagens de um Poder que se Foi

Maria Celina D'Araújo/CPDOC-FGV/UFF

Através de um conjunto de entrevistas realizadas com vários militares que exerceram importantes funções de comando e direção nas Forças Armadas e no governo durante o período militar, pretende-se mostrar como uma visão particular de mundo foi construída de forma a acentuar clivagens entre esses militares e a socie-

dade que dirigiram por duas décadas. As entrevistas mostram, de um lado, a autoconfiança em relação às potencialidades das Forças Armadas e, de outro, uma desconfiança e/ou um ressentimento em relação ao mundo civil. Paralelamente, esses depoimentos nos transmitem um teor de frustração e de amargura em relação aos resultados globais que se visava obter, particularmente no que concerne à valorização do papel dos militares nos destinos políticos do país. Este trabalho lida, portanto, com as percepções que os militares entrevistados revelam em seus depoimentos. Estas percepções não podem, por isso mesmo, ser generalizadas para toda a corporação, nem podem mesmo nos fornecer indicações do que venha a ser o futuro dessa corporação. Elas nos ajudam a refletir sobre as duas décadas de poder, e nos estimulam a pensar nas novas alternativas de estudo que a técnica de história oral pode nos propiciar nesse campo.

Em Nome da Independência, da Neutralidade
e da Competência

Marly Silva da Motta/CPDOC-FGV

Este trabalho tem por objeto as entrevistas de história de vida de Octavio Gouvêa de Bulhões e de Dênio Nogueira, concedidas aos pesquisadores do CPDOC/FGV entre abril e novembro de 1989, dentro do projeto "A criação do Banco Central: primeiros momentos". Discutindo as possibilidades e os limites desse procedimento metodológico para o estudo das elites burocráticas alocadas em órgãos da administração econômica e financeira do Estado, temos em vista três objetivos. Em primeiro lugar, tratar dos desafios enfrentados pelo historiador que se dedica a refletir sobre o emprego do método de entrevista de história

de vida no trabalho histórico. Em seguida, discutir a imbricação entre história de vida e história institucional. Finalmente, analisar o papel que o presente vivido pelos entrevistados no momento da entrevista teve na reconstrução do passado.

Gênero

Coordenadora: Ilana Strozemberg/CIEG-UFRJ

A Guardiã da Memória

Angela de Castro Gomes/CPDOC-FGV/UFF

O objetivo deste texto é refletir sobre as relações entre a mulher e a política na sociedade brasileira. Considerando que até hoje são pouco numerosas as mulheres que participam da vida pública do país com repercussão e reconhecimento, é esclarecedor utilizar a trajetória de uma mulher, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que durante cerca de meio século – dos anos 40 aos anos 80 – participou intensamente da política de forma extremamente singular.

Experiência e Memória das Mulheres Trabalhadoras em Contagem, Minas Gerais

Magda de Almeida Neves/UFMG

O texto que se segue, com algumas pequenas modificações procurando melhor situar o leitor no universo da pesquisa, é parte do 2º capítulo da minha tese de doutorado.

O objeto de estudo da tese foi a experiência vivenciada por homens e mulheres na Cidade Industrial de Contagem, em Minas Gerais. Procuramos analisar a estrutu-

ração do espaço urbano-industrial, o cotidiano fabril e as greves e as lutas políticas dos trabalhadores. Levando em conta essas dimensões, procurou-se relacionar duas categorias de análise: o conceito de experiência, tal qual definido por Thompson, e o conceito de relações de gênero, entendido como uma ruptura com as explicações biológicas, compreendendo a construção do masculino e do feminino como histórica e social e que essas relações sociais se baseiam numa relação hierárquica de poder entre os gêneros. Como bem apontou Souza Lobo, o conceito de experiências parece adequado para articular trajetórias e representações dos trabalhadores, quebrando a dicotomia objetividade/subjetividade. Nesse "paper" nos restringimos à análise da experiência das trabalhadoras no cotidiano fabril nos anos 50.

A Mulher Civiliza-se: Educação Feminina Católica e Francesa no Brasil Republicano: o Colégio Sacré Coeur de Jésus

Maria Cristina Guido/Museu da República

A transmissão de privilégio é fundamental para a reprodução de grupos da elite dominante. Muito se tem especulado sobre a influência das escolas de elite sobre a estrutura de oportunidades educacionais e culturais embora, no Brasil, poucos trabalhos venham sendo desenvolvidos sobre estas escolas. Esta dissertação apresentará uma visão histórica sobre o estudo de caso acerca do Colégio Sacré Coeur de Jésus, estabelecimento escolar feminino fundado no Rio de Janeiro em 1905, nos primórdios da República brasileira, com o objetivo de investigar a adoção do modelo católico e francês de educação feminina como parte de uma estratégia de afirmação de privilégios e de transmissão de valores de classe. Também será

analisado – particularmente através de entrevistas com ex-alunas desses colégios – o papel desse modelo educativo no processo de construção de uma identidade feminina dotada de atributos específicos, tais como a virtude, a caridade, a obediência, a polidez, o refinamento, a dissimulação e, sobretudo, um sólido espírito de família.

A Atuação dos Agentes Femininos no Campo das Relações Familiares em Diferentes Classes Sociais em São Paulo

Maria Chistoma Siqueira de Souza Campos/CERU

Regina Maria MacDowell de Figueiredo/CERU

Marisa Baptista da Silva/CERU

O presente projeto tem por objetivo analisar o papel da mulher de diferentes classes sociais na família e no espaço público em São Paulo no período de um século (1850-1950). Utiliza metodologia qualitativa, associando a análise de documentação (fontes primárias e secundárias) aos relatos orais de mulheres idosas que tenham vivido na cidade de São Paulo na primeira metade do século e desenvolvido alguma atividade fora de casa. São enfocadas as transformações por que a capital do estado estava passando para se verificar como isso influenciou a penetração da mulher no mercado de trabalho e modificou as relações familiares e o desempenho de suas funções domésticas. Os resultados (ainda parciais) mostram que a situação de classe determina certas diferenças na vida e principalmente no tipo de atividade desenvolvida, mas os valores vigentes na sociedade levam a similaridades de aspirações e de comportamento moral.

Memória Familiar: o Uso de Genealogias como Instrumental de Análise da Dinâmica das Relações Sociais de Gênero

Maria José Carneiro/UFF

A presente pesquisa visou investigar as lógicas das relações de gênero no interior de famílias camponesas dentro de um contexto de mudança social. Tendo como universo de observação uma aldeia dos Alpes franceses e o foco de análise orientado para a família, o estudo se baseia na busca do espaço da família na elaboração de trajetórias individuais e coletivas face às mudanças na sociedade rural francesa provocadas pelas transformações recentes nas condições de produção e de reprodução social. Recorrendo à memória coletiva sobre um processo histórico determinado, e à memória familiar, ajudada pelo levantamento de genealogias, a pesquisa pretendeu identificar elementos de ruptura nos padrões de organização familiar e seus efeitos sobre as hierarquias entre gêneros e entre gerações.

Trajetórias Profissionais: Homens e Mulheres no Magistério Primário

Zeila de Brito Fabri Demartini/UNICAMP/CERU

Esta comunicação é parte da pesquisa “O magistério primário no contexto da Primeira República”, em que recorreremos aos relatos de professores (homens e mulheres) que se formaram e lecionaram em escolas primárias nas primeiras décadas deste século. A análise das trajetórias profissionais dos entrevistados permite verificar como a maioria feminina não está representada nos postos de controle e de formação de novos profissionais, que continuam a ser ocupados por homens.

Trabalhos, Trabalhadores
e Suas Organizações
Coordenadora: Regina Morel/UFRJ

Trade Union Studies Program – CEBRAP
Ana Yara Paulino/CEBRAP
Wanda Caldeira Brant/CEBRAP
Simoni Barbanti/CEBRAP

The main objective of the Trade Union Studies Program at CEBRAP is to study the contemporary trade union movements in Brazil and to examine their organizational capabilities to deal with external constraints. It is a peculiar study project not just about, but with the workers. This idea requires an exchange of information during the period of its achievement and implies the establishment of a network between trade unions and research institutions that are developing studies on the same subject. In the same way, a special methodology – the sociological intervention – is being tested; it allows the workers involved in the investigation to analyse themselves, their movement, and their participative experiences in it.

Two aspects were emphasized during the last two years: 1. the role of the workers national confederations facing public policies, starting by analysing CUT (Central Única dos Trabalhadores); 2. the relationship between the militant workers and the rank and file, and between both these groups and their union bureaucracies and leadership. Some drafts are enclosed. A book on this subject is forthcoming in 1994.

Other activities were done, as data bank (including negotiations, strikes, trade union membership), interviews, and debates with workers and research institutions.

Festa: um "Lugar da Memória"

Hercília Mara Facuty Coelho Lambert/UNESP

Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta/UNESP

Dulce Maria Pamplona Guimarães/UNESP

Privilegiamos a esfera do não-trabalho para a construção de uma história social. Através de depoimentos pessoais de velhos moradores de Franca, pertencentes a camadas sociais diferentes, trabalhamos com suas memórias, investigando as representações de festas religiosas (as promovidas pela Igreja Católica bem como as cerimônias vivenciadas na esfera doméstica, isto é, no interior das moradias, na vida privada), festas cívicas (desfiles, passeatas, inaugurações, discursos etc.) e as que podem ser denominadas de profanas, comemoradas fora de casa (quermesses, "footings", as dos clubes, jogos, serenatas...). As festas podem ser consideradas como um dos pontos de referência que estruturam as memórias individuais e as colocam na memória da coletividade da qual fazem parte. Nesta concepção é que foram abordadas, discutidas e investigadas estas cerimônias.

A Produção dos Cadernos do Trabalhador: uma Experiência Revisitada

Leila Maria da Silva Blass/PUC-SP

A produção dos *Cadernos do Trabalhador*, experiência desenvolvida entre 1979 e 1986 pelo Grupo de Educação Popular do Instituto de Planejamento Regional e Urbano vinculado à PUC de São Paulo, é tematizada neste trabalho, visando, de um lado, reunir e sistematizar a proposta metodológica de co-autoria que envolve essa equipe e participantes de diferentes movimentos; e de outro, avaliar seus limites e potencialidades, tendo

em vista o descompasso, apontado por vários autores, entre a representação (de fora) e a vivência (por dentro) de determinadas condições sociais de existência. Convém ressaltar, nesse sentido, que lideranças e participantes, com um certo acúmulo de conhecimentos sobre a trajetória dos movimentos, constituíram os interlocutores privilegiados do GEP nessa experiência.

A Reconstrução Oral do Passado Militante entre Operários Comunistas do Rio de Janeiro

Marco Aurélio da Silva de Santana/Universidade Federal de Ouro Preto

O presente trabalho visa discutir algumas questões referentes à reconstrução oral do passado entre trabalhadores militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), atuantes no movimento sindical do Rio de Janeiro no período 1945-1964. Por terem sido um dos grupos mais atingidos nos primeiros momentos do golpe militar de 1964, vitimados por perseguições, condenações e exílios, estes militantes apresentaram sérios problemas com as lembranças do passado. O interesse central da pesquisa constitui-se em perceber como, a partir de que elementos, o passado é reconstruído por estes militantes, e também de que forma a própria metodologia de pesquisa, baseada em depoimentos, influenciou na alteração da percepção do passado e de seus momentos limites, "arquivados" como algo doloroso a ser esquecido e que por ter sido guardado, forçosamente acaba por retornar de diversas maneiras não muito satisfatórias para os sujeitos. Esta possível alteração de percepção pode ocorrer com o "trabalho" promovido no depoimento onde várias questões são tratadas, muitas vezes fugindo ao "controle" do entrevistado, fazendo com que ele visite seu arquivo e construa uma nova relação mesmo com as lembranças mais dolorosas.

Reorganização do Trabalho e (Re) Qualificação do Ser Trabalhador

Maria Inês Rosa/UNICAMP

A nossa pesquisa tem como objeto nodal de investigação o ser trabalhador – o seu modo de ser moral ou dever ser e sua marca pessoal (sua subjetividade), os quais são (re)qualificados através da reorganização do trabalho. Esta reorganização se processa através da introdução de novos métodos de organização do trabalho, simultaneamente ou não, à introdução de máquinas sob o princípio técnico da automação microeletrônica. Entretanto, este processo não é considerado sob o crivo estritamente econômico, mas sim na conjunção do crivo político. Isto nos conduz a privilegiar um outro processo: o de qualificação e requalificação do ser trabalhador, com ênfase nos aspectos políticos. Por isso, a relação com o objeto de investigação funda-se no indivíduo não como objeto mas enquanto sujeito de conhecimento e da história. Para tanto, os procedimentos metodológicos fundam-se em depoimentos ou relatos orais, em que se privilegia pela/na *fala* a vivência e interpretação do indivíduo (sujeito), a partir do lugar que ele ocupa no campo social de investigação. Estes depoimentos são obtidos mediante entrevistas abertas com o uso do gravador e se constituem enquanto documentação oral na fonte primária principal de nossa pesquisa.

Memória da Previdência Social no Brasil: Concepções do Movimento Sindical

Nísia Verônica Trindade Lima/FIOCRUZ

O objetivo do trabalho é examinar as versões do movimento sindical em torno de um dos principais temas da legislação social brasileira – o da universali-

zação dos direitos sociais. Com base em depoimentos de cinco lideranças entrevistadas para o projeto Memória da Assistência Médica na Previdência Social no Brasil, procurei recuperar debates e controvérsias presentes entre ferroviários, marítimos, bancários e industriários no período de 1945 a 1964. A hipótese de natureza mais geral que orientou a investigação foi a de que a forma de implantação da Previdência Social no Brasil, a partir de uma noção de cidadania regulada pela ocupação profissional, influenciou decisivamente a percepção de direitos pelos trabalhadores.

O recurso à história oral permitiu um acesso privilegiado ao tema, acentuando ambivalências, motivações e versões dificilmente reveladas por documentos escritos produzidos no âmbito do movimento sindical. O fato de se tratar de documentos de história de vida permitiu ainda qualificar de forma mais adequada a hipótese original da pesquisa. Assim, fatores como origens familiares, ingresso no mundo do trabalho e tradição familiar de exercício de uma profissão revelaram-se de grande importância na construção de versões sobre a Previdência Social pelos entrevistados.

Utilización de Documentation Oral en la Investigación de las Condiciones Materiales de Vida de los Trabajadores durante el Periodo de Sustitución de Importaciones

Norberto Osvaldo Ferreras/UFF

La ponencia presentada se vincula con la investigación que estamos desarrollando para alcanzar el grado de Mestre em História en el Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). La misma, desde una perspectiva comparativa, tiene por objetivo profundizar el conocimiento de las condi-

ciones materiales de vida de los trabajadores en las ciudades de Rio de Janeiro y Buenos Aires, durante el denominado Período de Sustitución de Importaciones, aproximadamente de 1930 a 1945.

Para esto es necesario que nos acerquemos a su cotidiano através de la vivencia que tuvieron de las alteraciones producidas durante el período. Para esto hemos decidido trabajar en archivos de fuentes orales y produciendo, por nuestra cuenta, la documentación oral necesaria. Trabajamos, en lo posible, con historias de vida, para lograr una mayor comprensión de los cambios ocurridos.

A Exemplaridade do Extraordinário: o Lugar dos Casos na Memória dos Trabalhadores

Simoni Lahud Guedes/UFF

Na pesquisa com trabalhadores urbanos, utilizando técnicas antropológicas básicas como entrevistas não-estruturadas e observação participante, são freqüentemente registrados os relatos de casos que versam sobre acontecimentos pessoais, singulares e considerados como extraordinários na vida cotidiana. A forma mais ou menos cristalizada que tomam, bem como sua freqüente repetição em contextos diversos, aponta para sua importância como forma de expressar a configuração de idéias e valores que orientam estes trabalhadores. O texto visa iniciar uma reflexão sobre estes casos, pretendendo projetar um trabalho que deverá contribuir para o debate sobre cultura da classe trabalhadora e, ainda, para o desenvolvimento dos instrumentais de pesquisa antropológica quando utilizados no meio urbano.

Constituição de Acervos Orais

Coordenadora: Elina Pessanha/UFRJ

História Oral e a Produção de Documentos de Arquivo

Luís Carlos Lopes/Arquivo Público do Distrito Federal

O texto que se segue pauta-se na narração da minha experiência como coordenador do Programa Permanente de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Faço também uma reflexão sobre os aspectos metodológicos da maneira mais desenvolvida em centros de documentação, arquivos públicos ou privados etc. Proponho uma metodologia de trabalho e discuto o papel da história oral na formação de acervos documentais para o presente e para o futuro.

O Centro de Estudos Dialectológicos do Acre (CEDAC)

Luiza Galvão Lessa/Universidade Federal do Acre

A proposta de criação do Centro de Estudos Dialectológicos do Acre (CEDAC) parte do princípio já cientificamente comprovado de que o estudo de uma língua não se esgota na investigação de seus aspectos estruturais, transcendendo o plano da frase e atingindo o universo da língua como instrumento de comunicação que se consubstancia no discurso. Os princípios dialectológicos que norteiam a criação do CEDAC não se enquadram nos limites da lingüística puramente descritiva, mas retomam o saber idiomático extralingüístico, o saber tradicional e comum sobre as coisas. Este saber extralingüístico se insere no sistema

uma vez que constitui seu conteúdo e sua energia realimentadora.

Este Centro de Estudos Dialectológicos pretende ser continuador da tradição dialectológica luso-brasileira, de cunho histórico-cultural, descrevendo não só a língua portuguesa falada no Norte do Brasil, pelos amazônidas, em Atlas Lingüístico e Glossários, mas também a(s) língua(s) dos povos indígenas do Acre, entendendo ser imprescindível para nós, povos da floresta, estudar a linguagem amazônida para uma melhor compreensão do homem que habita as matas sob a linha do Equador.

Abrigos da Memória na Vila Planalto – DF

Nancy Alessio Magalhães/ UnB

José Walter Nunes/UnB

Através deste projeto, executamos pesquisa voltada à prática de metodologia de estudo das articulações entre história oral, memória, cultura, imagem e cidadania. Pretendemos debater a experiência desenvolvida no Curso Imagem e Pesquisa Histórica – disciplina em módulo livre – CEAM/UnB e curso de extensão, com apoio do DEX/UnB. Através de aulas teóricas e de prática de pesquisa de campo, este trabalho privilegia a história oral e a imagem fotográfica/videográfica na produção de conhecimento e de material escrito e visual, em processo de devolução aos contextos de origem e demais interessados, como é o caso do vídeo já editado “Cadê Brasília que construímos?”, primeiro da série homônima ao projeto.

Preservação da Memória Judaica no Rio Grande do Sul através da História Oral

Sandra L. Moscovich/Instituto Cultural Judaico Marc Chagall

Em nossa apresentação, faremos um relato do trabalho de resgate da memória da imigração judaica no Rio Grande do Sul, que vem sendo desenvolvido pelo Instituto Cultural Judaico Marc Chagall desde dezembro de 1986 e que resultou no mais completo acervo de documentação oral sobre judaísmo no Brasil. Em uma primeira etapa, foram feitas entrevistas com imigrantes judeus de primeira geração e seus descendentes no Brasil, entrevistas estas que descrevem a trajetória dos indivíduos desde o país de origem até a chegada e adaptação ao novo país. Num segundo momento, agregou-se ao material de história oral documentos, livros, fotos e objetos referentes ao tema, formando um rico acervo que abarca a trajetória contemporânea dos judeus no sul do Brasil.

Festa e Martírio em Xapuri – Extrativismo da Fé

Vania Apolônio de Trajano/Universidade Federal do Acre

O trabalho “Festa e Martírio em Xapuri – Extrativismo da Fé” retrata, através da história oral, a religiosidade do povo xapuriense, urbano e extrativista (seringueiros, colonos, ribeirinhos etc.).

Essa expressão de fé está vinculada a uma tradição que vai desde a prática econômica (compra e venda de produtos), na cidade, ao objetivo maior que é a participação da população nos festejos e na celebração religiosa.

Museu da Imigração X História Oral

Sônia Maria de Freitas/Museu da Imigração

Sem resumo

Museu da Pessoa

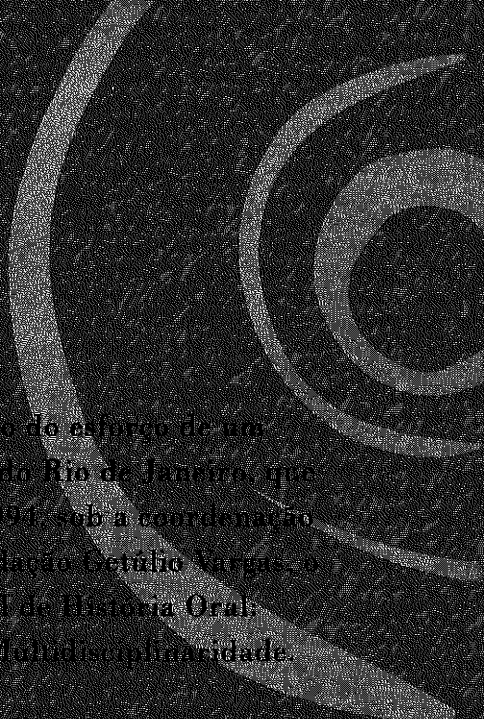
Karen Worcman/Museu da Pessoa

Sem resumo

De Olho e Ouvido no Passado, mas em Dia com
o Presente

Claudia C. de Mesquita Garcia Dias/MIS-Rio

Sem resumo



Este livro é resultado do esforço de um conjunto de instituições do Rio de Janeiro, que organizou em abril de 1994, sob a coordenação geral do LBDOC da Fundação Getúlio Vargas, o

II Encontro Nacional de História Oral:
Documentação Oral e Multidisciplinaridade

Uma avaliação dos trabalhos apresentados nos permite delinear um quadro geral do estado da História Oral no Brasil hoje. Fazem parte deste livro, textos de Michel Trebusch, Mercedes Vilanova, Aspasia Camargo e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Diagrama FINEP